



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS**

GRACIANY COSTA DOS REIS

**USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO ASSENTAMENTO
VERA CRUZ/MARANHÃO: SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO DE
ALIMENTOS E À SOBERANIA ALIMENTAR**

Araguaína/TO
2025

Graciany Costa dos Reis

**USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO ASSENTAMENTO VERA
CRUZ/MARANHÃO: SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E À SOBERANIA
ALIMENTAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes

Araguaína/TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C838u Costa dos Reis, Graciany.

USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO
ASSENTAMENTO VERA CRUZ/MARANHÃO: : SUBSÍDIOS À
PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E À SOBERANIA ALIMENTAR /
Graciany Costa dos Reis. - Centro de Ciências Integradas -
CCI, TO, 2020.

113 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -
Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e
Dinâmicas Regionais - PPGDire) -- Universidade Federal do
Norte do Tocantins, 2020.

Orientador: Maurício Ferreira Mendes.

1. Agricultura camponesa. 2. Paisagem. 3. Soberania
alimentar. **CDD 300**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

FOLHA DE APROVAÇÃO


GRACIANY COSTA DOS REIS

USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO ASSENTAMENTO VERA CRUZ/MARANHÃO: SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E À SOBERANIA ALIMENTAR


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 10 / 12 / 2025


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 MAURICIO FERREIRA MENDES
Data: 11/12/2025 08:45:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, UFNT (Orientador)

Documento assinado digitalmente
 LUCIANO DA SILVA GUEDES
Data: 12/12/2025 09:31:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes, UFNT

Documento assinado digitalmente
 JOSE SAMPAIO DE MATTOS JUNIOR
Data: 13/12/2025 12:18:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Sampaio Mattos Júnior, UEMA

Araguaína, 2025

Dedico este trabalho aos meus pais, Alcy Jorge e Maria das Graças, que sob muito sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra.

Dedico também à criança sonhadora, de alma livre e imenso desejo de descobrir o mundo, que vive em mim, cuja determinação e força de vontade para realizar seus sonhos jamais se extinguiram, e que nunca desacreditou de onde seus pés poderiam pisar.

“Se você tem disposição para correr o risco, a vista do outro lado é espetacular”

Grey's Anatomy

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que sempre iluminou meus passos e me sustentou nos momentos mais difíceis desta caminhada. Foi Ele quem me deu força, sabedoria e esperança quando pensei em desistir. Sem a Sua presença constante, nada disso seria possível.

Aos meus pais, Alcy Jorge e Maria das Graças, todo o meu amor e gratidão. Não existem palavras suficientes para traduzir o quanto devo a vocês. Cada gesto de carinho, cada palavra de incentivo, cada demonstração de paciência e, sobretudo, o amor incondicional que sempre me ofereceram foram a base para que eu chegasse até aqui. Obrigada por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava de mim mesma.

À minha irmã, Thatiany Costa, que é meu porto seguro e minha maior inspiração. Foram dois anos intensos, cheios de desafios, aprendizados e conquistas, e você esteve ao meu lado em cada um deles. Obrigada por ser minha companheira, por dividir comigo lágrimas e risos, e por me impulsionar a seguir sempre adiante. Você é parte de mim.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes, expresso minha gratidão mais profunda. Sua paciência, dedicação e sabedoria foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal. Obrigada por me guiar com firmeza e sensibilidade, por acreditar no meu potencial e por me ensinar que a pesquisa é também um exercício de humanidade.

Ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire), minha gratidão imensa por ser a base dessa etapa da minha vida. Aos professores João de Deus, Thelma Borges e Miguel Pacífico, obrigada por compartilharem tanto conhecimento e por tornarem minha jornada no mestrado mais rica e significativa.

À 8ª turma do PPGDire, em especial a Letícia Almeida e ao José André Guedes, minha gratidão transborda. Vocês foram mais do que companheiros de sala: foram porto seguro, riso compartilhado e esperança renovada nos dias em que a caminhada parecia pesada demais. Cada gesto de amizade, cada palavra de apoio e cada momento vivido juntos estarão sempre guardados em mim. Levarei vocês para além do mestrado, como parte de uma história que segue comigo, cheia de afeto e muito carinho.

À Maria Antônia Pereira, que chegou à minha vida pelo acaso de compartilharmos o mesmo orientador e que, com o tempo, se transformou em uma grande amiga. Com ela dividi não apenas dúvidas e incertezas da vida acadêmica, mas também alegrias, conversas e aprendizados que tornaram este percurso mais leve e significativo.

Aos meus amigos da graduação em Geografia-UFT (Naiane, Évora, Pedro Henrique, Thaylane e Jéssica), que caminham comigo desde os primeiros passos acadêmicos: obrigada por nunca soltarem a minha mão. Nossa amizade é um dos maiores presentes que a vida me deu e uma das razões pelas quais sigo acreditando nos laços verdadeiros.

Ao Prof. Dr. Gustavo Cunha de Araújo, registro minha profunda gratidão pela amizade, pelas palavras de incentivo e pelos conselhos que tantas vezes foram decisivos para que eu continuasse firme. Sua generosidade marcou minha vida acadêmica e pessoal de uma forma que levarei para sempre.

Agradeço imensamente aos moradores do assentamento Vera Cruz, que abriram suas portas, suas vidas e seus relatos para que esta pesquisa pudesse existir. Essa dissertação é, acima de tudo, sobre eles e para eles.

Aos professores, colegas, técnicos administrativos e a todos que, de alguma forma, cruzaram meu caminho e contribuíram para que eu chegasse até aqui: obrigada por cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio, cada aprendizado compartilhado. Nada disso seria possível sem vocês.

Ao CNPq, agradeço a concessão da bolsa, que foi essencial para a continuidade dos meus estudos e para que eu pudesse dedicar-me integralmente a esta pesquisa. Esse apoio foi determinante para que este sonho se tornasse realidade.

E, por fim, à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT/Araguaína), que se tornou minha segunda casa ao longo desses seis anos. Obrigada por cada oportunidade, por cada experiência e por ser um espaço de acolhimento, crescimento e transformação. Carrego comigo cada lembrança, cada aprendizado e cada pessoa que fez parte dessa história.

Ao olhar para esta dissertação, vejo muito mais do que um trabalho acadêmico: reconheço nela o reflexo de uma trajetória marcada por sonhos, desafios e conquistas que começaram ainda na graduação em Geografia, quando descobri a paixão pela pesquisa e pela compreensão crítica do espaço. Desde então, cada

disciplina, cada professor e cada colega deixaram marcas e contribuíram para construir o caminho que me trouxe até aqui. No mestrado, enfrentei dificuldades que exigiram disciplina, resiliência e dedicação, mas também encontrei pessoas e experiências que ampliaram minha visão de mundo e me fizeram crescer como pesquisadora e como ser humano. Essa caminhada, entre aprendizados, tropeços e vitórias, consolidou em mim a certeza de que a vida acadêmica é, antes de tudo, um espaço de resistência, compromisso e esperança. E, com toda a intensidade desse percurso, sei que este é apenas o começo de muitos outros passos que ainda desejo trilhar.

RESUMO

A presente dissertação analisou o uso da terra e a cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz, localizado no município de Grajaú, Maranhão, destacando as estratégias camponesas de produção de alimentos e a promoção da soberania alimentar. O estudo parte da compreensão da paisagem como um sistema dinâmico e indissociável entre natureza e sociedade, conforme a abordagem de Bertrand (2004), e do território como condição, meio e produto das práticas sociais, conforme Santos (2006). Adotou-se como base metodológica o materialismo histórico-dialético, permitindo interpretar as contradições e transformações que permeiam o espaço agrário. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com o uso de levantamento bibliográfico, análise documental, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os assentados, além de técnicas de geoprocessamento para o mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal entre 2015 e 2025. Os resultados indicaram que o assentamento Vera Cruz é caracterizado por uma paisagem híbrida, onde áreas de vegetação nativa coexistem com espaços degradados pelo uso intensivo da terra. A produção agrícola é diversificada, com predomínio de mandioca, arroz, feijão, milho, hortaliças e frutíferas, majoritariamente destinadas ao autoconsumo, evidenciando a lógica da agricultura camponesa e sua contribuição para a soberania alimentar local. As entrevistas revelaram sentimentos ambíguos entre esperança e frustração, associados às condições precárias de infraestrutura, falta de assistência técnica, envelhecimento da população e ausência de políticas públicas efetivas. As mulheres assumem papel central na produção de alimentos, especialmente no cultivo de hortaliças, frutíferas e feijão, reafirmando sua importância na preservação de saberes tradicionais e na reprodução da vida no campo. Conclui-se que a soberania alimentar no assentamento depende da valorização das práticas agroecológicas, da preservação da biodiversidade e do fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura camponesa. A pesquisa confirma que o objetivo proposto foi alcançado, ao demonstrar como as estratégias camponesas articulam resistência, identidade e sustentabilidade em um contexto de desafios estruturais. Além de contribuir empiricamente para o debate sobre reforma agrária, soberania alimentar e paisagem rural, este trabalho tem relevância especial por ser a primeira dissertação do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais a ser desenvolvida no estado do Maranhão, constituindo-se como referência para futuras investigações sobre os assentamentos rurais do bioma Cerrado maranhense.

Palavras-chave: Soberania alimentar. Agroecologia. Políticas públicas. Produção agrícola. Paisagem.

ABSTRACT

This dissertation analyzed land use and vegetation cover in the Vera Cruz settlement, located in the municipality of Grajaú, Maranhão, highlighting peasant strategies for food production and the promotion of food sovereignty. The study is based on the understanding of the landscape as a dynamic and inseparable system between nature and society, according to Bertrand's approach (2004), and of the territory as condition, means, and product of social practices, as proposed by Santos (2006). The methodological foundation adopted was historical-dialectical materialism, which allowed the interpretation of the contradictions and transformations that permeate the agrarian space. The research was conducted through a qualitative and quantitative, exploratory and descriptive approach, using bibliographic and documentary research, questionnaires, and semi-structured interviews with settlers, in addition to geoprocessing techniques for mapping land use and vegetation cover between 2015 and 2025. The results indicated that the Vera Cruz settlement is characterized by a hybrid landscape, where areas of native vegetation coexist with spaces degraded by intensive land use. Agricultural production is diversified, with the predominance of cassava, rice, beans, corn, vegetables, and fruit trees, mostly intended for self-consumption, demonstrating the logic of peasant agriculture and its contribution to local food sovereignty. The interviews revealed ambivalent feelings of hope and frustration, associated with precarious infrastructure, lack of technical assistance, aging of the population, and the absence of effective public policies. Women play a central role in food production, especially in the cultivation of vegetables, fruits, and beans, reaffirming their importance in preserving traditional knowledge and sustaining rural life. It is concluded that food sovereignty in the settlement depends on the appreciation of agroecological practices, biodiversity preservation, and the strengthening of public policies aimed at peasant agriculture. The research confirms that the proposed objective was achieved by demonstrating how peasant strategies articulate resistance, identity, and sustainability within a context of structural challenges. In addition to contributing empirically to the debate on agrarian reform, food sovereignty, and rural landscape, this work holds special relevance for being the first dissertation of the Graduate Program in Popular Demands and Regional Dynamics developed in the state of Maranhão, serving as a reference for future investigations on rural settlements within the Cerrado biome.

Key-words: Food sovereignty. Agroecology. Public policies. Agricultural production. Landscape.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Criação de assentamentos no Maranhão (1971-2018).....	40
Figura 2 - Quantidade de assentamentos por modalidade no Maranhão.....	42
Figura 3 - Localização geográfica do assentamento Vera Cruz, município de Grajaú/MA.....	63
Figura 4 - Paisagens e elementos do cotidiano no assentamento Vera Cruz	75
Figura 5 - Equipamentos sociais presentes no território (UBS e escola)	75
Figura 6 - Localização do assentamento Vera Cruz entre Grajaú e Formosa da Serra Negra, Maranhão	76
Figura 7 - Uso e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz – 2015.....	81
Figura 8 - Uso e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz – 2025.....	84
Figura 9 - Colagem de imagens de cultivos de mandioca e milho no assentamento Vera Cruz.....	86
Figura 10 - Paisagens do assentamento: entre a sociabilidade e a natureza cotidiana	89

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Cobertura vegetal e uso da terra do assentamento Vera Cruz - 2015	79
Tabela 2 - Uso e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz, 2025	82
Tabela 3 - Principais cultivos agrícolas e destinação da produção no assentamento Vera Cruz	95
Quadro 1 - Perfil socioeconômico dos entrevistados do assentamento Vera Cruz ...	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA	Associação Camponesa
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CGU	Controladoria - Geral da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PE	Projeto Estadual
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGDire	Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Demandas Populares
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX	Reserva Extrativista
SIG	Sistema de Informações Geográficas
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. ESTUDOS DA PAISAGEM, USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL.....	21
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS	31
3. PROCESSOS E DEFINIÇÕES DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, FIXAÇÃO NA TERRA NO CONTEXTO SUL MARANHENSE E SEUS DESAFIOS ATUAIS	35
3.1 CONFLITOS FUNDIÁRIOS, RESISTÊNCIA CAMPONESA E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO SUL DO MARANHÃO	44
3.2 ASPECTOS AMBIENTAIS: IMPACTOS DO DESMATAMENTO E MUDANÇAS NO USO DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MARANHÃO	50
4. SOBERANIA ALIMENTAR E ASSENTAMENTOS RURAIS: ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES	52
4.1 MULHERES CAMPONESAS E A LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR	57
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O FORTALECIMENTO DA SOBERANIA ALIMENTAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS	59
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA, TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	65
6. RESULTADOS E ANÁLISE	74
6.1 A GEOGRAFIA DO VERA CRUZ: ESPAÇO, VIDA E PERMANÊNCIA	74
6.2 DINÂMICA DO USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO ASSENTAMENTO VERA CRUZ	79
6.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: PERCEPÇÕES CAMPONESAS SOBRE TERRA, PRODUÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR	90
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO.....	106
APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	108
ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/UFNT	111

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica do uso da terra e da cobertura vegetal em assentamentos rurais constitui um tema central para a compreensão dos processos de transformação do espaço agrário no Brasil. A ampliação da fronteira agrícola, aliada à intensificação da agricultura, gerou mudanças relevantes nas práticas agrícolas e nas condições socioeconômicas das comunidades rurais, especialmente na região centro-sul do estado do Maranhão. No âmbito do assentamento Vera Cruz, a relação entre os sistemas produtivos, a paisagem e as políticas públicas se destacam como um tema importante para a elaboração do planejamento territorial e para a promoção da soberania alimentar.

A fundamentação teórica deste trabalho está alicerçada na abordagem da Análise da Paisagem, conforme apresentado por Bertrand (2004), que compreende a paisagem como um sistema dinâmico resultante da interação entre elementos naturais e antrópicos. Ademais, o conceito de território e territorialidade foram explorados a partir das contribuições de Santos (2006) e Porto-Gonçalves (2004), os quais discorrem acerca da construção social do espaço e dos conflitos associados à posse e ao uso da terra. Por fim, a relação entre a agricultura camponesa e a soberania alimentar será analisada à luz dos estudos de Bergamasco e Norder (1996), Fernandes (2010) e Abramovay (2012), que ressaltam a importância da autonomia produtiva e da sustentabilidade ambiental.

A paisagem, enquanto categoria de análise, é concebida de maneira dinâmica e interativa, refletindo tanto os processos naturais quanto as transformações impostas pela sociedade. Para Bertrand (2004), a paisagem deve ser compreendida como um sistema em constante evolução, no qual os elementos físicos, biológicos e humanos interagem dialeticamente. Sua abordagem da análise da paisagem propõe que o espaço não pode ser estudado isoladamente, pois é resultado da sobreposição de diferentes camadas temporais e espaciais. Assim, a paisagem não é apenas um reflexo da natureza, mas sim uma construção histórica que incorpora as práticas sociais e econômicas que modelam o território. No contexto dos assentamentos rurais, como o Vera Cruz, essa concepção permite entender as transformações da cobertura vegetal e do uso da terra como parte de um processo contínuo de adaptação e resistência das populações camponesas.

Corroborando essa perspectiva, Santos (2006) aprofunda essa análise ao ressaltar que a paisagem não pode ser compreendida sem considerar sua interação

com o espaço geográfico e as dinâmicas sociais que o organizam. Segundo Santos (2006), a paisagem é formada por um conjunto de sistemas de objetos e ações, no qual a técnica se entrelaça com o ambiente natural em um processo dinâmico. Ele defende que a paisagem deve ser vista em sua materialidade, sempre associada aos modos como a sociedade a utiliza. No contexto dos assentamentos rurais, essa visão possibilita entender como os agricultores camponeses modificam e reinterpretam a paisagem através de suas práticas agrícolas, enfrentando os desafios impostos pelo agronegócio e pela incipiência de políticas para o setor familiar. Portanto, a paisagem não é meramente um cenário fixo, mas um espaço habitado e socialmente construído, repleto de conflitos e disputas territoriais.

Complementarmente, Porto-Gonçalves (2004) contribui para essa análise ao enfatizar a dimensão conflituosa dos territórios, evidenciando que a apropriação da terra e dos recursos naturais é um processo historicamente marcado por desigualdades e disputas de poder. Segundo o autor, os conflitos territoriais não são apenas disputas pela posse da terra, mas envolvem diferentes projetos de sociedade e formas de organização do espaço. No caso dos assentamentos rurais, esses conflitos se manifestam na luta dos camponeses por acesso e permanência na terra, enfrentando pressões do agronegócio, da especulação fundiária e das políticas públicas frequentemente orientadas para grandes produtores. Porto-Gonçalves (2004) destaca que a territorialização camponesa representa uma forma de resistência ao modelo hegemônico de produção agrícola, sendo essencial compreender as disputas pelo território como parte de um processo mais amplo de luta pela soberania alimentar e pela justiça social no campo.

A particularização do assentamento Vera Cruz, como objeto de estudo, justifica-se pela intenção inicial da pesquisadora de desenvolver a pesquisa em sua cidade natal, Formosa da Serra Negra/MA. Entretanto, a ausência de assentamentos oficialmente reconhecidos pelo INCRA no referido município constituiu um obstáculo significativo, dificultando o acesso a dados essenciais para a investigação. Em virtude dessa limitação, decidiu-se por realizar o estudo no município vizinho de Grajaú/MA, especificamente no assentamento Vera Cruz. Tal escolha é respaldada pela proximidade geográfica com Formosa da Serra Negra, a qual possibilitou uma análise mais contextualizada da realidade regional e favoreceu a compreensão das dinâmicas socioambientais que influenciaram a produção agrícola e a organização do território na área em questão.

A seleção do assentamento Vera Cruz como recorte empírico desta pesquisa decorre do reconhecimento desses territórios como espaços de prática consolidada da agricultura camponesa, onde a produção está voltada, predominantemente, para o autoconsumo e para os mercados locais. Nesses contextos, desenvolve-se uma relação singular entre terra, trabalho e saberes tradicionais, que permite compreender dinâmicas produtivas, sociais e culturais associadas à permanência no campo. Além disso, o assentamento configura-se como espaço de debate e prática em torno da soberania e segurança alimentar, do uso sustentável dos recursos naturais e da reprodução social das famílias agricultoras. Tais características o tornam adequado para investigar de que forma políticas públicas, condições territoriais e estratégias produtivas influenciam a organização socioeconômica e a qualidade de vida de seus moradores, atendendo aos objetivos desta pesquisa.

A partir desta seleção, formulou-se a seguinte questão norteadora: como o uso da terra e a cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz se relacionam com as estratégias camponesas de produção de alimentos e soberania alimentar? Essa problemática surge da necessidade de compreender as interações entre organização socioeconômica, práticas agrícolas e conservação dos recursos naturais em um contexto marcado pela importância da agricultura camponesa para a reprodução social e a segurança alimentar. Nesse sentido, o objetivo central do estudo consiste em analisar o uso da terra e a cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz, município de Grajaú, Maranhão, destacando estratégias para a produção de alimentos e a promoção da soberania alimentar por meio de práticas da agricultura camponesa associadas ao uso sustentável dos recursos naturais.

Para atingi-lo, a investigação contempla a caracterização do histórico, da organização socioeconômica e produtiva do assentamento, com ênfase na atuação política dos agricultores e no acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural; o mapeamento e a análise dos recursos naturais e das transformações no uso e cobertura da terra, considerando aspectos ambientais como pedologia, declividade, vegetação e hidrografia, bem como os impactos da agricultura convencional na região; e a análise das práticas agrícolas camponesas e dos usos da terra, identificando formas de cultivo, manejo do solo, utilização de recursos hídricos e estratégias de comercialização voltadas à autonomia produtiva e à soberania alimentar.

Além disso, a compreensão das práticas agrícolas desenvolvidas por camponeses e dos desafios enfrentados pelos assentados permite o fornecimento de subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A relevância da pesquisa é ainda ampliada ao adotar uma abordagem interdisciplinar, integrando conceitos provenientes da geografia, ecologia e planejamento territorial e regional, visando analisar as interações entre os sistemas produtivos e os recursos naturais disponíveis.

Dessa forma, este estudo pretendeu contribuir tanto para o avanço do conhecimento acadêmico quanto para o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento rural sustentável, ressaltando a importância da agricultura camponesa na promoção da soberania alimentar e na permanência das comunidades no meio rural.

A metodologia adotada nesta pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, possibilitando uma análise crítica das interações entre as práticas agrícolas, as relações sociais e os impactos ambientais no assentamento Vera Cruz. A pesquisa contemplou levantamento bibliográfico, análise documental, trabalho de campo com aplicação de questionários e entrevistas com os assentados, além da utilização de técnicas de geoprocessamento para mapear e analisar as transformações na cobertura vegetal e no uso da terra, entre os anos de 2015 a 2025. Para operacionalizar essa análise, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa, conforme Gil (2002), que destaca a importância dessa abordagem metodológica para garantir maior confiabilidade aos dados e aprofundamento na compreensão do objeto de estudo.

A pesquisa compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas (Triviños, 1987), que possibilitou captar as percepções dos assentados sobre o uso da terra, as técnicas agrícolas empregadas e os desafios enfrentados. Os participantes foram selecionados com base nos critérios, como: tempo de residência no assentamento, tipo de atividade agrícola desenvolvida e participação em associações comunitárias. Paralelamente, foram aplicados questionários estruturados, permitindo a obtenção de dados quantitativos sobre a organização produtiva, o acesso a políticas públicas e a comercialização da produção agrícola.

Para a análise espacial, foram utilizadas técnicas de geoprocessamento, fundamentadas no uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), permitindo mapear as mudanças no uso da terra e na cobertura vegetal ao longo do tempo. A

coleta de dados secundários foi realizada a partir de fontes institucionais, como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de bases de periódicos, teses e dissertações, proporcionando uma contextualização histórica e territorial mais ampla.

Seguindo a recomendação de Gil (2002), a análise dos dados foi conduzida por meio da triangulação metodológica, garantindo maior rigor e confiabilidade aos resultados obtidos. A triangulação metodológica é uma abordagem de pesquisa que utiliza múltiplos métodos para coletar dados e obter uma compreensão mais completa e detalhada do fenômeno em estudo. Essa estratégia permite combinar diferentes perspectivas e técnicas, enriquecendo a análise e aumentando a validade dos resultados (Almeida, 2016).

Os resultados desse estudo almejam contribuir para a formulação de estratégias de manejo sustentável da terra e para o fortalecimento da agricultura camponesa como eixo central da soberania alimentar no assentamento Vera Cruz. Ademais, a pesquisa visou fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas direcionadas aos assentamentos rurais, ressaltando a necessidade de ações integradas que assegurem não apenas o acesso à terra, mas também condições adequadas para sua utilização sustentável.

Dessa forma, essa dissertação está estruturada em cinco capítulos. Após esta introdução, o referencial teórico é apresentado em três seções, nas quais se discutem a relação entre assentamentos rurais e uso da terra, a soberania alimentar e as estratégias camponesas para a permanência no território. Em seguida, o capítulo metodológico detalha os procedimentos adotados para a pesquisa, incluindo abordagem, técnicas de coleta e análise dos dados. Posteriormente, em resultados e discussão, são apresentados e analisados os dados da pesquisa, relacionando-os ao referencial teórico. Na sequência, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do estudo, ressaltando seus limites e apontando perspectivas para futuras investigações. Por fim, são dispostas as referências, seguidas pelos apêndices e anexos, que complementam as informações do estudo.

2. ESTUDOS DA PAISAGEM, USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

A compreensão das dinâmicas socioambientais em assentamentos rurais no Brasil exige uma abordagem interdisciplinar, que relacione as transformações da paisagem, o uso da terra e a cobertura vegetal às práticas agrícolas e às condições socioeconômicas das comunidades camponesas. No caso do assentamento Vera Cruz, situado no município de Grajaú, Maranhão, essas dinâmicas são moldadas por fatores históricos, políticos e ambientais, que influenciam tanto a organização do território quanto os modos de produção adotados pelos assentados. Neste capítulo, fundamentou-se a análise do espaço rural a partir das contribuições teóricas de autores como Georges Bertrand (2004), Milton Santos (2006), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004) e Sônia Bergamasco (1997) cujas abordagens permitem compreender a paisagem enquanto um sistema dinâmico e interdependente, no qual interagem elementos naturais e antrópicos.

A partir dessa base conceitual, buscou-se discutir como as práticas de uso da terra no assentamento Vera Cruz refletem as relações sociais e econômicas que estruturam o território, bem como os desafios enfrentados pelos assentados na busca por um desenvolvimento agrícola sustentável. Apesar da vasta literatura sobre reforma agrária, uso da terra e cobertura vegetal em assentamentos rurais, ainda há lacunas no entendimento sobre como essas dinâmicas se manifestam em assentamentos específicos, como o Vera Cruz.

A compreensão das dinâmicas do assentamento Vera Cruz demanda uma abordagem interdisciplinar que integre elementos naturais, sociais e históricos. Nesse sentido, as contribuições teóricas de autores como Georges Bertrand (2004), Milton Santos (2006), Carlos Walter Porto-Gonçalves (2004) e Sônia Bergamasco (1997) se revelam fundamentais para analisar a paisagem e o uso da terra nesse contexto rural, considerando as interações entre os diferentes componentes do sistema socioespacial.

A teoria de análise da Paisagem de Georges Bertrand concebe a paisagem como um conjunto único e indissociável, resultante da interação dinâmica e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos. Bertrand (2004) enfatiza que a paisagem não é apenas uma soma de elementos geográficos dispersos, mas sim um sistema energético em constante evolução, onde os elementos interagem

dialeticamente entre si. Esse enfoque possibilita uma compreensão mais ampla da paisagem, abordando suas transformações e a complexidade das interações ecológicas e antrópicas que a constituem, tornando essa metodologia de pesquisa abrangente e integradora.

De acordo com o autor, "...é preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem 'natural', mas da paisagem total integrando todas as implicações da ação antrópica." (Bertrand, 2004, p. 141).

A citação destacada acima ressalta a importância de se compreender a paisagem como um todo, englobando tanto os elementos naturais quanto as transformações resultantes da ação humana. Essa perspectiva é essencial para estudos ambientais, pois reconhece que as intervenções humanas são parte integrante e indissociável do ambiente contemporâneo. As ações humanas, que incluem desde a construção de infraestruturas até práticas agrícolas e industriais, modificam a paisagem de forma complexa e interligada. Ao considerar essas interações, o conceito de paisagem torna-se mais abrangente e realista, possibilitando uma análise mais profunda dos impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades humanas (Bertrand, 2004).

Essa perspectiva destaca a necessidade de compreender as relações entre os elementos naturais e humanos como um sistema interdependente. No caso do assentamento Vera Cruz, essa abordagem holística possibilita investigar como as práticas agrícolas interagem com os recursos naturais, desencadeando processos de transformação tanto na paisagem quanto na dinâmica social local.

Nesse sentido, a teoria de análise da paisagem de Georges Bertrand (2004) permite compreender a complexidade das interações entre os elementos naturais e antrópicos no assentamento Vera Cruz. No contexto desse assentamento, a paisagem reflete um sistema dinâmico em constante transformação, nas quais práticas agrícolas tradicionais e modernas coexistem e geram impactos distintos na configuração espacial.

Por exemplo, a introdução de cultivos anuais, como milho e mandioca, leva à modificação do uso da terra e da cobertura vegetal, alterando a composição da paisagem. A substituição da vegetação nativa por áreas de cultivo reduz a biodiversidade e pode comprometer os processos ecológicos, como a retenção de água no solo e a estabilidade dos ecossistemas locais. Além disso, práticas como o uso de queimadas para renovação de pastagens modificam temporariamente a

estrutura da paisagem, afetando a regeneração natural da vegetação (Santos Filho; Penha, 2015).

Esses exemplos demonstram como a paisagem do assentamento Vera Cruz não é estática, mas sim resultado das interações contínuas entre o meio natural e as estratégias de uso da terra pelas famílias assentadas. Assim, a abordagem sistêmica de Bertrand se mostra essencial para analisar essas transformações e compreender as dinâmicas socioambientais que caracterizam o território.

A abordagem de Bertrand (2004) possibilita entender como a ocupação do assentamento Vera Cruz tem modificado a paisagem, resultando na conversão de áreas naturais em espaços produtivos. No entanto, essa transformação não ocorre apenas por fatores ambientais e agrícolas, mas também por políticas públicas, decisões econômicas e relações de poder. Assim, a perspectiva de Santos (2006) complementa essa análise ao conceber o espaço geográfico como um meio técnico e político, no qual os assentados não apenas adaptam a paisagem, mas também enfrentam desafios estruturais, como a falta de infraestrutura e o acesso desigual a recursos agrícolas.

A partir da visão sistêmica de Bertrand, Santos (2006) aprofunda a análise do espaço geográfico, concebendo-o como um meio técnico, político e cultural. Essa perspectiva permite compreender o território como resultado de interações humanas, moldado por estruturas sociais e históricas. No caso do assentamento Vera Cruz, essa abordagem é fundamental para analisar como políticas públicas, lutas sociais e práticas comunitárias se entrelaçam na construção territorial, transformando-o em um espaço dinâmico e em constante construção.

O espaço geográfico não pode ser compreendido isoladamente, pois resulta da interação entre aspectos naturais e humanos. Nesse sentido, Santos (2006, p. 39) argumenta que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (Santos, 2006, p. 39).

Portanto, Santos (2006) defende que o espaço é um produto social, resultado das relações entre os indivíduos e seu meio ambiente. O espaço é um conjunto dinâmico de elementos naturais e artificiais, moldado pelas ações humanas. Essa relação entre objetos e ações é complexa, marcada por contradições e transformações contínuas. A evolução tecnológica, com a crescente presença de objetos técnicos, confere ao espaço um caráter cada vez mais artificial e mecanizado.

A dinâmica do assentamento Vera Cruz, no Maranhão, reflete a concepção de Santos (2006) sobre o espaço como resultado das relações sociais. A comunidade, ao interagir com o meio ambiente, molda o território através de suas práticas agrícolas e decisões sobre o uso da terra. A priorização da produção para subsistência demonstra como as necessidades sociais e econômicas da comunidade influenciam diretamente a organização do espaço.

A intensificação do uso de tecnologias no assentamento Vera Cruz, marcadas pela incorporação de maquinários agrícolas, acentua a artificialização do espaço, corroborando a análise de Santos (2006). Essa mecanização, ao ampliar a capacidade produtiva e facilitar a adaptação do meio ambiente às necessidades humanas, gera, paradoxalmente, impactos negativos sobre os recursos naturais e acentua as desigualdades sociais no acesso a essas tecnologias. A coexistência de práticas tradicionais com inovações tecnológicas revela a complexidade de um espaço em constante transformação, marcado por tensões e negociações contínuas entre os diferentes atores sociais envolvidos.

Para Santos (2006), o espaço geográfico é um produto social, formado pela interdependência entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa concepção ajuda a entender como as relações humanas configuram o território, tornando-o não apenas um reflexo das condições naturais, mas também um cenário dinâmico de transformações impulsionadas por interesses econômicos, políticos e culturais. No assentamento Vera Cruz, as práticas agrícolas, o uso da terra e a organização comunitária refletem essa interação entre fatores naturais e sociais, demonstrando como o espaço é continuamente produzido e modificado.

No entanto, essa construção do espaço não ocorre sem tensões. É nesse ponto que as contribuições de Porto-Gonçalves (2004) complementam a análise de Milton Santos, trazendo a dimensão dos conflitos territoriais. Enquanto Santos (2006) enfatiza a constituição do espaço como um processo social, Porto-Gonçalves

(2004) aprofunda a análise ao demonstrar que esse espaço é também um campo de disputas. A apropriação da terra e dos recursos naturais, as relações desiguais de poder e as lutas dos movimentos sociais são elementos centrais para compreender a territorialidade dos assentamentos rurais.

No caso do assentamento Vera Cruz, a luta histórica dos trabalhadores rurais pelo direito à terra evidencia essa dimensão conflituosa da organização do espaço. A resistência camponesa frente à expansão do agronegócio, a busca pela soberania alimentar e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis são manifestações concretas dessa disputa territorial. Assim, enquanto Santos (2006) fornece a base para entender o espaço como um produto social, Porto-Gonçalves (2004) acrescenta uma perspectiva dialética, ao mostrar que o território não apenas resulta das relações sociais, mas também expressa conflitos e resistências que moldam sua configuração.

A integração da perspectiva de Carlos Walter Porto-Gonçalves à análise do assentamento Vera Cruz contribui para a compreensão das dinâmicas socioespaciais nesse território, ao enfatizar o impacto dos conflitos sociais e da territorialidade na formação do espaço geográfico. De acordo com Porto-Gonçalves (2004), o espaço também é um local de disputas, em que diferentes grupos sociais, com interesses e racionalidades diferentes, interagem e conflitam, moldando constantemente a paisagem. No caso do assentamento Vera Cruz, as práticas agrícolas e o manejo dos recursos naturais expressam a luta histórica pela terra e soberania alimentar, ao destacar a importância das comunidades camponesas na construção de um território que resiste às lógicas do capital e valoriza a sustentabilidade socioambiental.

Essa perspectiva dialética complementa a análise de Milton Santos (2006), que analisa o espaço como uma consequência das relações sociais e técnicas. No assentamento Vera Cruz, as práticas agrícolas tradicionais e a utilização de maquinários demonstram as contradições apontadas por Santos (2006) e Porto-Gonçalves (2004). Enquanto os objetos técnicos, como máquinas ou sistemas de irrigação, aumentam a artificialidade do espaço, eles também são incorporados dentro de uma lógica de uso que prioriza a preservação do meio ambiente e a autonomia camponesa, configurando um território híbrido, em constante conflito entre o desenvolvimento técnico e as necessidades socioeconômicas da comunidade. Dessa forma, a análise do assentamento, de acordo com essas teorias,

revela um espaço dinâmico, marcado por processos de resistência, inovação e transformação.

Assim, a configuração do espaço geográfico é resultado de uma intrincada relação entre as sociedades humanas e o meio ambiente. As formas de uso da terra, moldadas por fatores culturais, econômicos e sociais, exercem uma influência direta sobre a cobertura vegetal, impactando a biodiversidade e os processos ecológicos. Ao analisar as dinâmicas espaciais, é fundamental compreender como as diferentes formas de ocupação do solo interferem na composição e distribuição da vegetação, e vice-versa.

Nesse sentido, conforme dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) de 2019, a cobertura vegetal do município Grajaú, Maranhão, é composta majoritariamente por Cerrado (91%), com menor presença de Amazônia (9%).

Por exemplo, no Cerrado, a expansão da fronteira agrícola tem levado à troca de florestas nativas por plantações de soja e milho, prejudicando serviços ecossistêmicos vitais, como o ciclo da água e a regulação do clima. Frequentemente, esse processo é apoiado por políticas governamentais que estimulam o desmatamento, sem levar em conta a habilidade de regeneração do solo e a fragmentação das paisagens naturais.

Diante disso, é importante destacar que a reforma agrária no Brasil tem sido uma temática recorrente desde as décadas de 1950 e 1960, período em que foi apresentada como uma solução para diversas questões sociais e econômicas do país. No entanto, o golpe militar de 1964 trouxe uma institucionalização da questão por meio do Estatuto da Terra¹, o qual, apesar de representar um marco jurídico importante, não teve efetividade na solução dos problemas fundiários do Brasil. Em vez disso, a política adotada foi a de colonização, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, com a implantação de assentamentos de colonos oriundos do Sul e do Sudeste (Bergamasco, 1997).

Os impactos dessa modernização da agricultura promovida pelo governo militar foram profundos, resultando na precarização das condições de trabalho, no

¹ Esta Lei regula os direitos e as obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

êxodo rural e na marginalização social de milhões de trabalhadores. Entre 1960 e 1980, mais de 28 milhões de pessoas deixaram o campo em busca de oportunidades nas cidades, o que reforçou a necessidade de uma política agrária eficaz. Esse cenário estimulou a organização política dos trabalhadores rurais, culminando no fortalecimento dos movimentos sociais do campo durante as décadas de 1980 e 1990 (Bergamasco, 1997).

Além disso, é essencial discutir a relação entre assentamentos rurais, agricultura camponesa e seu papel nesses contextos, destacando a importância de práticas agrícolas alinhadas ao uso da terra e à organização do espaço rural.

Considerando essa abordagem, Bergamasco e Norder (1996, p. 7) trazem o conceito de assentamentos.

O termo “assentamento” apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária. (Bergamasco; Norder, 1996, p. 7).

Dito em outras palavras, os assentamentos rurais, que são a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais, têm como objetivo principal beneficiar trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Essa definição ampla e genérica evidencia a intenção do governo de reestruturar a posse da terra para diminuir a concentração fundiária e aumentar a produtividade agrícola. No entanto, a implantação desses assentamentos não se limita à distribuição de terras; envolve também a fixação dos trabalhadores na agricultura, o que requer a disponibilização de condições adequadas para o uso da terra e o estímulo à organização social e à vida comunitária (Bergamasco; Norder, 1996).

Diante do aumento da fome e da miséria, do desemprego, da expansão desordenada dos centros urbanos e das baixas taxas de crescimento econômico, especialmente em países com altos índices de pobreza e exclusão social, os assentamentos rurais surgiram como uma iniciativa crucial para gerar empregos diretos e indiretos a baixo custo e para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola com bases sociais mais justas (Bergamasco; Norder, 1996).

No contexto das discussões sobre a questão agrária brasileira, os assentamentos de reforma agrária representam, na atualidade, uma realidade concreta. Esses assentamentos são resultado das pressões exercidas pelos movimentos sociais de luta pela terra e foram adotados pelo governo como uma solução para a continuamente postergada reforma agrária (Miranda *et al.*, 2018).

A cobertura vegetal e a uso da terra nos assentamentos rurais são componentes indispensáveis para avaliar a sustentabilidade dessas regiões. Frequentemente, a ocupação de terras para a reforma agrária acontece em regiões de fronteira agrícola ou em áreas já exploradas pelo agronegócio, o que impacta diretamente a qualidade do solo e a vegetação remanescente. Conforme Bergamasco (1997), a localização dos assentamentos no país espelha a territorialização da reforma agrária. Essa distribuição é mais acentuada nas regiões Norte e Nordeste, historicamente marcadas por conflitos de terras e processos de colonização.

Seguindo essa perspectiva, Fernandes (1996) indica que muitos assentamentos sofrem com a degradação do ambiental resultante da ausência de práticas de conservação e da escassez de acesso à tecnologias de agricultura orgânica. A transformação de regiões naturais em lavouras e pastos sem uma gestão apropriada pode resultar na compactação do solo, na perda de biodiversidade e na diminuição da produtividade a longo prazo. Além disso, o uso da terra nos assentamentos muda de acordo com as condições edafoclimáticas e as políticas governamentais de estímulo à agricultura camponesa. Contudo, a falta de um planejamento apropriado e de suporte técnico prejudica a preservação da vegetação e a produtividade na agricultura.

Nesse sentido, a escassez de infraestrutura e políticas de fomento à sustentabilidade também impacta o manejo dos recursos naturais nos assentamentos. Bergamasco (1997) destaca ainda que a conquista da terra pelos trabalhadores rurais não garante, por si só, melhorias nas condições de vida, pois a falta de investimentos em educação, saúde e assistência técnica limita a capacidade dos assentados de implementar sistemas produtivos sustentáveis. De forma semelhante, Norder (1997) enfatiza que a ausência de um suporte adequado por parte do Estado contribui para a degradação ambiental e para a permanência da vulnerabilidade socioeconômica dessas populações.

Além disso, nos assentamentos de reforma agrária, como o Vera Cruz, a agricultura sustentável representa um desafio e uma oportunidade. O desafio está na superação das condições precárias de infraestrutura e do acesso limitado a recursos e tecnologias adequadas. Por outro lado, a oportunidade reside na possibilidade de construir modelos de produção baseados na autonomia dos agricultores e na valorização da biodiversidade local (Fernandes, 2000).

Segundo Fernandes (2000), a transição para sistemas agrícolas sustentáveis em assentamentos rurais requer o fortalecimento da organização comunitária e a implementação de políticas de apoio à agroecologia. Programas de crédito rural, capacitação técnica e extensão rural são fundamentais para viabilizar práticas sustentáveis, promovendo a segurança alimentar e a soberania dos assentados.

Em complemento a essa discussão, Stedile (2013) argumenta que o surgimento de movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), trouxe à tona a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à terra e promovam a reforma agrária. A luta pela terra e o desenvolvimento de uma agricultura camponesa nesse assentamento representam uma resposta direta ao modelo agrícola convencional, que privilegia a monocultura e o uso intensivo de insumos químicos (Abramovay, 2012).

O debate em torno da reforma agrária e da sustentabilidade na agricultura camponesa é amplamente discutido por autores como Fernandes (2010), que explora o desempenho histórico dos movimentos sociais na redistribuição de terras, e Abramovay (2012), que argumenta sobre a importância da agricultura sustentável como motor de desenvolvimento rural. A agroecologia é discutida com base em Altieri e Nicholls (2020), que destacam os benefícios dessa prática para a regeneração dos solos e a redução da dependência de insumos químicos. Além disso, Martins (2003) e Wanderley (2009) discutem a relação entre sustentabilidade e agricultura camponesa, enfatizando como a adoção de práticas sustentáveis pode promover maior autonomia produtiva para os pequenos agricultores.

É importante salientar que a reforma agrária é um tema central nos estudos sobre a estrutura fundiária brasileira, sendo historicamente marcada por conflitos entre o latifúndio e os movimentos camponeses. A esse respeito, Fernandes (2010) destaca a atuação essencial dos movimentos sociais na luta pela redistribuição da terra, evidenciando como a organização coletiva tem sido determinante para pressionar o Estado a implementar políticas de reforma agrária. A desapropriação de

terras improdutivas e a criação de assentamentos representam uma tentativa de corrigir desigualdades estruturais no campo, garantindo acesso à terra para pequenos agricultores e promovendo a justiça social.

Além disso, Fernandes (2010) aponta que a resistência camponesa e as ocupações de terra não se restringem à luta por propriedade, mas também envolvem o direito à produção sustentável e à permanência no território. A reforma agrária, nesse sentido, deve ser pensada para além da simples divisão de terras, incorporando políticas de assistência técnica, crédito agrícola e incentivo à agroecologia.

A sustentabilidade na agricultura camponesa é também analisada por Abramovay (2012), que argumenta que o modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e na intensificação do uso de insumos químicos tem levado a graves impactos ambientais e sociais. Para o autor, a transição para modelos mais sustentáveis não só melhora a produtividade a longo prazo, como também promove maior resiliência às mudanças climáticas e maior independência dos agricultores em relação às grandes corporações do agronegócio.

Sob essa perspectiva, a agricultura sustentável, segundo Abramovay (2012), precisa ser integrada às políticas públicas, incentivando sistemas diversificados de produção que respeitem as condições ecológicas locais e valorizem o conhecimento tradicional dos agricultores. Essa abordagem pode fortalecer a economia local e reduzir a vulnerabilidade dos assentados a oscilações de mercado, garantindo maior soberania alimentar e nutricional.

Dentro desse contexto, Altieri e Nicholls (2020) ressaltam que a agroecologia se apresenta como uma alternativa concreta ao modelo convencional de produção agrícola. A abordagem agroecológica propõe o uso de técnicas regenerativas, como a diversificação de cultivos, a adubação verde e o controle biológico de pragas, reduzindo a necessidade de fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Conforme explicam Altieri e Nicholls (2020), um dos maiores benefícios da agroecologia é sua capacidade de recuperar a fertilidade dos solos degradados, restaurando a biodiversidade e promovendo sistemas produtivos mais equilibrados. Essa prática também fortalece a autonomia dos agricultores, ao diminuir sua dependência de insumos externos e fomentar redes de comercialização baseadas na economia solidária e nos circuitos curtos de comercialização.

A relação entre sustentabilidade e agricultura camponesa é abordada por Martins (2003) e Wanderley (2009), que analisam como práticas sustentáveis podem promover maior autonomia produtiva para os pequenos agricultores. A agricultura camponesa, ao contrário do agronegócio, tem uma relação mais estreita com a preservação ambiental, pois depende diretamente da manutenção dos recursos naturais para sua continuidade.

Martins (2003) enfatiza que a modernização da agricultura deve considerar as especificidades dos agricultores camponeses, garantindo que as inovações tecnológicas sejam acessíveis e adaptáveis às realidades locais. Wanderley (2009), por sua vez, argumenta que a sustentabilidade na agricultura camponesa não deve ser vista apenas sob a ótica da produção, mas também como um fator de fortalecimento das comunidades rurais, promovendo a inclusão social e econômica.

A agroecologia nos assentamentos rurais representa uma alternativa sustentável para a produção agrícola, promovendo a autonomia dos agricultores camponeses e a preservação dos recursos naturais. Ao integrar práticas agroecológicas, os assentamentos conseguem fortalecer a segurança alimentar, diversificar a produção e reduzir a dependência de insumos externos, promovendo um modelo de desenvolvimento rural mais equilibrado. No entanto, para que essa transição agroecológica seja efetiva, é fundamental a implementação de políticas públicas que garantam assistência técnica, acesso ao crédito e incentivos para a comercialização de produtos agroecológicos. Dessa forma, a agroecologia nos assentamentos não apenas contribui para a sustentabilidade ambiental, mas também fortalece a organização social e econômica dos agricultores, assegurando sua permanência no campo com qualidade de vida.

2.1 Políticas públicas e sustentabilidade em assentamentos rurais

A estruturação e permanência dos assentamentos rurais no Brasil dependem de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, incentivo à produção agrícola e sustentabilidade socioambiental. Desde a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na década de 1970, diversas políticas foram implementadas para regularizar a posse da terra e promover a agricultura camponesa. No entanto, a efetividade dessas ações varia conforme os contextos

regionais e a articulação entre diferentes esferas do governo (Ferrante; Whitaker, 2008).

Historicamente, as políticas de desenvolvimento rural no Brasil privilegiaram e continuam favorecendo a grande propriedade e o agronegócio, prescindindo a agricultura camponesa de burocracia para alocação de recursos financeiros e falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Apenas em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), houve uma tentativa de reconhecimento e de se integrar as demandas dos pequenos agricultores ao cenário político e econômico nacional, mas sem solucionar o problema fundamental de acesso à terra (Mendes, 2017).

Schneider e Grisa (2014) examinam a evolução das políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa no Brasil, identificando três gerações de programas e iniciativas que demonstram as mudanças nas estratégias do governo nessa área. A primeira fase, estabelecida nos anos 1990, foi caracterizada por uma ênfase no setor agrícola e agrário, com destaque para medidas como financiamento rural, seguro safra e colonização rural. Durante esse momento, merece destaque a implementação do Pronaf, que teve contribuição fundamental para incluir os pequenos agricultores no mercado e fortalecer as economias locais e/ou regionais. Estas medidas foram desenvolvidas em reação aos protestos de movimentos sociais e sindicatos, que exigiam apoio do governo para os agricultores camponeses.

A segunda fase das políticas públicas passou a incluir aspectos sociais e de assistência, expandindo iniciativas para garantir alimentação e promover a inclusão social. Durante essa época, surgiram iniciativas como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo mercados institucionais que garantiram renda aos agricultores camponeses e possibilitaram o acesso a alimentos de boa qualidade para grupos vulneráveis. Esses projetos indicaram progresso na relação entre o governo e a sociedade civil, com envolvimento de entidades sociais na formulação de políticas públicas (Schneider; Grisa, 2014).

Finalmente, a terceira geração, que tem a sustentabilidade como seu principal objetivo, procurava combinar os princípios de segurança alimentar e soberania alimentar. Neste momento, as políticas públicas começaram a focar na criação de novos mercados e na implementação de técnicas agroecológicas, incentivando a mudança para sistemas de produção mais resilientes e ecologicamente sustentáveis. Schneider e Grisa (2014) destacam que as políticas dessas gerações

não seguem uma direção linear, mas sim se ajustam constantemente às necessidades sociais e mudanças econômicas, ressaltando a relevância do diálogo entre o Estado e a sociedade na formulação de políticas que beneficiem o desenvolvimento rural e a geração de renda de maneira justa e sustentável.

Nesse processo, o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi um dos principais mecanismos para a criação e manutenção de assentamentos rurais no país. No entanto, sua execução tem enfrentado desafios, como a insuficiência de assistência técnica e infraestrutura básica nos assentamentos. Conforme Bergamasco (1997), a simples distribuição de terras não garante, por si só, a melhoria das condições de vida dos agricultores assentados, sendo fundamental o investimento contínuo em capacitação e apoio produtivo.

Ademais, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) foi estabelecido através do decreto número 807/93. O Conselho recebeu a responsabilidade de coordenar as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e a sociedade civil (movimentos sociais e ONGs) na revisão dos programas federais em vigor e na criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria. Apesar da extensão alcançada no Brasil, a segurança alimentar e nutricional ainda é um conceito relativamente recente (IPEA, 2018). Dentre as responsabilidades do Consea, destaca-se a convocação e organização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que deve ocorrer a cada quatro anos, no máximo.

Além do PNRA, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) desempenham um impacto essencial no apoio à produção agrícola camponesa. O PAA, por exemplo, permite que os agricultores camponeses comercializem sua produção para órgãos públicos, promovendo segurança alimentar e estabilidade econômica nas comunidades assentadas. Já o PRONAF disponibiliza crédito rural para pequenos produtores, incentivando práticas sustentáveis e a diversificação produtiva.

Outro aspecto importante a ser destacado é a criação Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, visando promover a geração de renda e a sustentabilidade dos pequenos produtores rurais no Brasil. Inicialmente, o programa concentrava-se em agricultores camponeses já estabelecidos, mas, a partir de 1999, foi estendido aos assentados da reforma agrária, buscando integrar todos os agricultores camponeses em uma única política

de crédito. Essa unificação objetivava maior eficácia na alocação dos recursos públicos, reconhecendo a isonomia social e econômica entre os diferentes segmentos da agricultura camponesa (Mattei, 2015).

No entanto, Mattei (2015) aponta para desafios operacionais dessa política pública, uma vez que os recursos se encontram fortemente concentrados na região Sul e no segmento dos agricultores camponeses já consolidados. Essa concentração indica a necessidade de ajustes para garantir uma distribuição mais equitativa dos benefícios do programa, visando atender de forma mais abrangente as diversas realidades da agricultura camponesa brasileira.

O debate sobre reforma agrária e sustentabilidade na agricultura camponesa evidencia a necessidade de políticas integradas que garantam acesso à terra, suporte técnico e incentivos à adoção de práticas agroecológicas. A agroecologia se mostra uma alternativa viável para promover a regeneração dos solos e reduzir a dependência de insumos químicos, fortalecendo a resiliência dos pequenos agricultores. Além disso, o reconhecimento da agricultura camponesa como peça-chave para a segurança alimentar reforça a importância de um modelo de desenvolvimento rural que valorize a diversidade produtiva e os saberes tradicionais.

Diante do exposto, percebe-se que a literatura existente já oferece bases sólidas para compreender os processos de transformação do espaço em assentamentos rurais. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a carência de estudos empíricos que associem diretamente as mudanças na cobertura vegetal e o uso da terra com os processos políticos e sociais que moldam os territórios assentados. Além disso, a maioria das pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil se concentra em regiões do Centro-Sul, enquanto há menor atenção dedicada à realidade dos assentamentos rurais no Maranhão, que apresentam dinâmicas próprias. Ao focar no assentamento Vera Cruz e em sua relação com a sustentabilidade agrícola, esta pesquisa busca preencher essas lacunas e fornecer um panorama mais detalhado das especificidades do território e das estratégias adotadas pelos assentados diante dos desafios socioambientais.

3. PROCESSOS E DEFINIÇÕES DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, FIXAÇÃO NA TERRA NO CONTEXTO SUL MARANHENSE E SEUS DESAFIOS ATUAIS

Os assentamentos rurais no Brasil representam uma importante estratégia de redistribuição de terras e promoção da agricultura camponesa, promovendo um protagonismo essencial na produção de alimentos e na fixação das populações no campo. No contexto do sul do Maranhão, região historicamente marcada por conflitos fundiários e pela expansão do agronegócio, os assentamentos surgem como alternativas para a reorganização do espaço agrário e para a garantia da soberania alimentar das famílias camponesas.

Este capítulo buscou discutir os processos históricos e as definições de assentamentos rurais, analisando suas implicações para a produção agrícola e para a permanência das famílias na terra. A partir da revisão da literatura e de dados empíricos, investiga-se de que forma as políticas públicas e as dinâmicas territoriais influenciam a sustentabilidade dos assentamentos e a viabilidade das atividades produtivas, destacando desafios como a infraestrutura precária, o acesso limitado a crédito e assistência técnica e as estratégias de resistência e adaptação dos camponeses diante das pressões externas.

Os assentamentos rurais no Brasil são estabelecidos como parte das políticas de reforma agrária, visando redistribuir terras para trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. O processo de criação desses assentamentos envolve várias etapas, desde a identificação e desapropriação de áreas improdutivas até a seleção e assentamento das famílias beneficiárias. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o órgão responsável por coordenar essas ações, que incluem a publicação de editais de seleção, inscrição dos candidatos, análise de documentação e, finalmente, a alocação das famílias nas áreas destinadas (INCRA, 2020).

Uma vez estabelecidos, os assentamentos representam uma forma de territorialização camponesa, na qual os trabalhadores rurais não apenas garantem o acesso à terra como meio de produção, mas também constroem e reforçam suas identidades sociais, culturais e políticas. O território, nesse contexto, transcende a função econômica, tornando-se um espaço de vivência, convivência e resistência. É nele que se manifestam as práticas culturais, as tradições e as relações sociais que definem a identidade camponesa (Alves, 2019).

O assentamento é o espaço onde ocorrem transformações e se concretiza a materialidade do território. Conforme destaca Alves (2019, p. 4), pode-se afirmar que:

O assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de acender a partir de suas próprias potencialidades (Alves, 2019, p. 4).

Os conflitos pelo uso da terra e a estruturação dos assentamentos são elementos centrais na dinâmica da reforma agrária. Alves (2019) destaca que a territorialização é um fenômeno que ocorre em meio a disputas políticas, econômicas e sociais, envolvendo não apenas os assentados, mas também o Estado e o setor agropecuário. Além disso, os assentamentos rurais enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, acesso a políticas públicas e condições de produção, o que pode dificultar sua consolidação. No entanto, a territorialização também representa uma resposta ativa dos trabalhadores rurais, que, por meio da organização coletiva e do fortalecimento da identidade camponesa, conseguem se estabelecer e modificar a realidade social ao seu redor.

Ou seja, a territorialização dos assentamentos vai além da conquista do espaço físico e se manifesta na construção de redes de solidariedade, na valorização da cultura camponesa e na reprodução de práticas produtivas sustentáveis. De acordo com Alves (2019), os assentamentos rurais podem ser compreendidos como espaços de luta e resistência, onde os assentados criam estratégias para permanecer na terra e garantir sua autonomia. A identidade territorial, construída ao longo do tempo, fortalece o sentimento de pertencimento e a busca por direitos, tornando os assentamentos rurais não apenas um local de moradia e produção, mas também um símbolo de transformação e justiça social no campo brasileiro.

Assim, a luta pela terra não se limita à conquista, mas representa uma luta pela sobrevivência, pela produção e comercialização, bem como pela reivindicação de direitos e políticas agrárias voltadas aos trabalhadores rurais. Essa luta começou a se materializar por meio das ocupações e, atualmente, se mantém nos assentamentos, impulsionando a busca pela tão almejada reforma agrária (Alves, 2019).

A ocupação do território maranhense, especialmente em sua porção sul, foi marcada por intensas transformações econômicas e socioambientais ao longo do século XX, impulsionadas pela expansão da fronteira agrícola e pelas ações estatais voltadas à modernização da produção agropecuária. Segundo Rocha (2015), esse processo gerou uma reorganização territorial baseada no avanço do agronegócio, resultando em profundas desigualdades fundiárias e sociais. A introdução de grandes monoculturas, especialmente a soja, alterou as formas tradicionais de uso da terra e impactou diretamente pequenos agricultores e comunidades camponesas, que passaram a enfrentar dificuldades para garantir sua permanência no campo.

A atuação do Estado na ocupação do Sul do Maranhão desempenhou uma atuação determinante na estruturação desse cenário. Conforme destaca Rocha (2015), durante a década de 1970, políticas públicas facilitaram a concentração fundiária e o deslocamento de trabalhadores rurais, em um movimento que privilegiou grandes empreendimentos agroindustriais. O resultado desse processo foi a intensificação dos conflitos agrários, acompanhada de migrações forçadas e aumento da vulnerabilidade social das populações locais. A valorização da terra em função da modernização agrícola e dos incentivos governamentais também contribuiu para a expulsão de posseiros e pequenos produtores, forçando muitos a buscarem alternativas nas periferias urbanas.

A expansão do agronegócio no Sul do Maranhão não apenas redefiniu o uso da terra, mas também teve impactos ambientais significativos. Rocha (2015) enfatiza que a conversão de áreas de Cerrado para lavouras mecanizadas resultou no desmatamento acelerado, na degradação dos solos e na contaminação hídrica por agrotóxicos. Além disso, a lógica produtiva voltada à exportação consolidou um modelo de desenvolvimento excludente, no qual a produção agrícola é direcionada ao mercado externo em detrimento da soberania alimentar local.

Nesse contexto, a situação dos assentamentos rurais torna-se ainda mais complexa, pois essas áreas representam espaços de resistência a esse modelo hegemônico de desenvolvimento. Enquanto grandes empreendimentos se expandem, comunidades assentadas enfrentam desafios relacionados à regularização fundiária, acesso a recursos produtivos e implementação de práticas agroecológicas. O estudo de Rocha (2015) evidencia que, apesar das adversidades, movimentos sociais e organizações camponesas têm desempenhado uma

participação fundamental na luta pela permanência no território e na construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento rural.

Como resposta a essas pressões, foram implantados Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) no sul do Maranhão, visando promover o uso sustentável dos recursos naturais e valorização das comunidades tradicionais. Esses projetos buscam conciliar a conservação do bioma Cerrado com práticas agroecológicas e agroextrativistas, oferecendo uma alternativa ao modelo de desenvolvimento baseado na monocultura intensiva. A implementação dos PAE tem como objetivo fortalecer a agricultura camponesa, preservar o meio ambiente e assegurar a reprodução das práticas culturais locais (Soares, 2012).

No entanto, a pesquisa de Mattos Júnior e Araújo (2005) destacam a complexidade da organização da agricultura camponesa nos assentamentos rurais do Maranhão, enfatizando a relação entre a territorialidade da produção agrícola e o tamanho dos lotes destinados aos trabalhadores. Os autores apontam que a dimensão inadequada dos lotes pode levar a equívocos na escolha das culturas e na adoção de tecnologias, resultando, em alguns casos, no abandono ou na venda das parcelas por parte dos assentados. Essa situação evidencia a necessidade de um planejamento mais preciso na distribuição das terras, considerando as especificidades socioeconômicas e ambientais de cada comunidade.

De acordo com a análise de Sodré *et al.* (2019), o campo maranhense é resultado das relações contraditórias e dialéticas entre capitalistas e camponeses. De um lado, observa-se a crescente inserção do Maranhão na produção de *commodities*, em sintonia com a lógica neoliberal; de outro, os camponeses persistem em manter uma estrutura produtiva agrícola diversificada, ainda que não contem com os incentivos destinados à produção.

De acordo com Sodré *et al.* (2019), a estrutura agrária do Maranhão reflete as características da formação socioeconômica e cultural brasileira, marcada por desigualdades históricas. Desde o período colonial, o estado esteve fortemente alinhado à demanda externa por produtos agrícolas, inserindo-se de forma destacada nos circuitos nacionais e internacionais de exportação. No entanto, esse protagonismo convive com intensas disputas pela terra, onde a concentração fundiária em mãos de poucos é voltada à agroexportação, enquanto muitos camponeses lutam pelo direito de permanecer em seus territórios, exercendo suas práticas sociais, econômicas e culturais.

A consolidação da agroindústria no Maranhão contou com fatores que favoreceram sua expansão, como o baixo custo das terras, muitas vezes obtidas por meio de grilagem e a atuação do Estado em processos de expropriação de camponeses. O avanço do agronegócio, embora expressivo e economicamente vantajoso em comparação com décadas anteriores, ocorreu de forma excludente. Apesar do crescimento econômico, os benefícios não se refletiram na melhoria dos indicadores sociais, que permanecem entre os mais baixos do país (Sodré *et al.*, 2019).

Mattos Júnior e Hespanhol (2010) expõem que a formação dos assentamentos rurais no Maranhão está inserida em um contexto mais amplo de disputa pela terra, marcado por processos de territorialização e desterritorialização. Essa dinâmica se manifesta no Maranhão desde os anos 1980, quando o Estado intensificou políticas de regularização fundiária em áreas previamente ocupadas por pequenos produtores e posseiros. Segundo Fernandes (2012, p. 31):

Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, especializam-se e promovem espacialidade. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território (Fernandes, 2012, p. 31).

O caráter dos assentamentos maranhenses difere de outras regiões do país. Como apontado por Mattos Júnior e Hespanhol (2010), no Maranhão, os assentamentos resultam, na maioria das vezes, da regularização fundiária de áreas já ocupadas, e não de um planejamento estatal prévio para fixação de trabalhadores. Esse modelo reforça a ideia de que as ocupações foram determinantes para a posterior ação estatal, muitas vezes tardia e desorganizada.

No aspecto produtivo, a criação de assentamentos trouxe desafios à sustentabilidade das famílias assentadas. A população beneficiária era diversa, incluindo posseiros, pequenos produtores atingidos por barragens, trabalhadores urbanos desempregados e assalariados rurais. Essa heterogeneidade contribuiu para diferentes níveis de adaptação à produção agrícola em pequenas propriedades (Mattos Junior; Hespanhol, 2010).

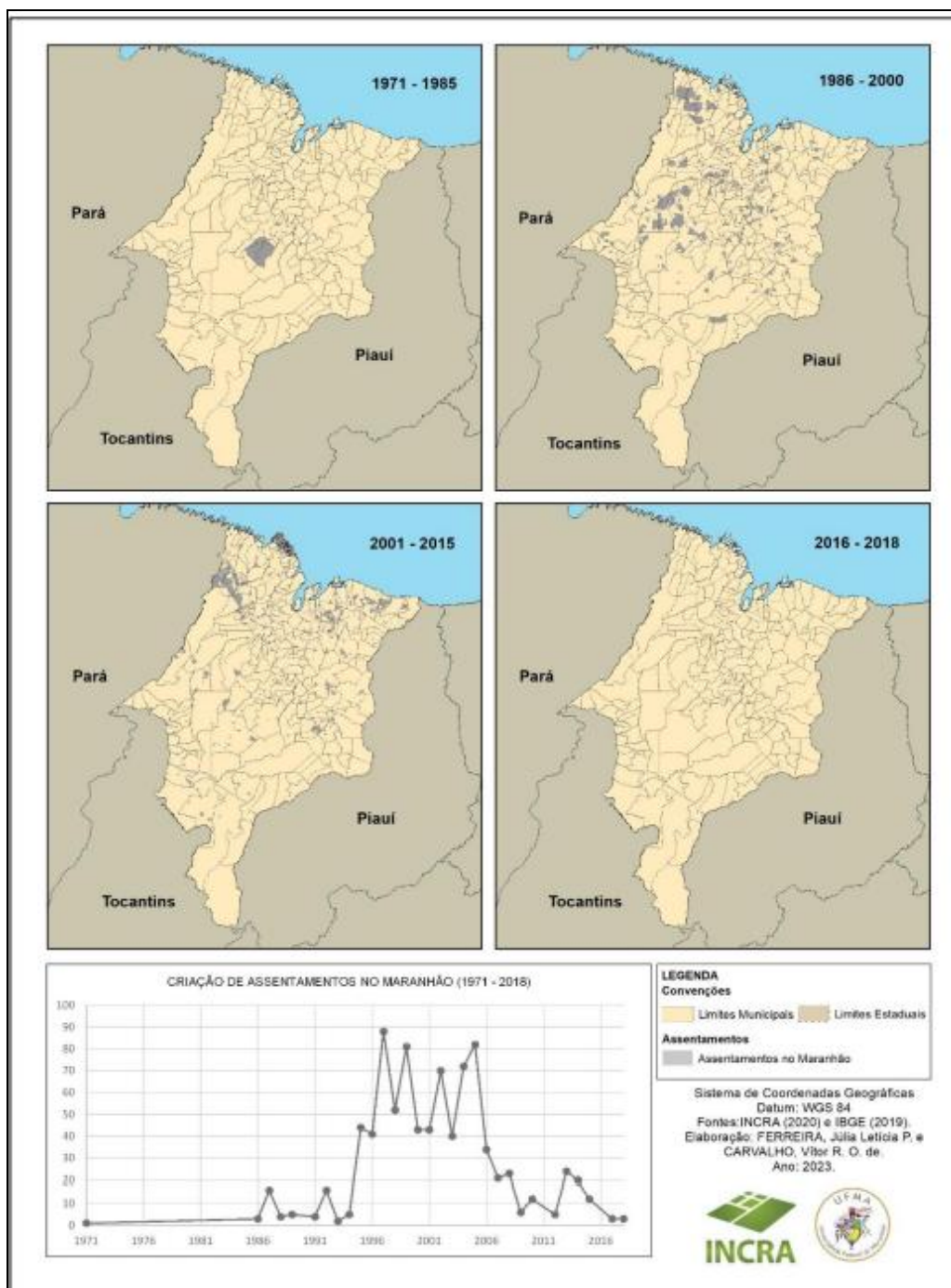
Outro aspecto relevante é a relação dos assentamentos com a infraestrutura e os mercados. A falta de estradas adequadas, assistência técnica e acesso a crédito comprometeu o desenvolvimento de muitos projetos. Segundo Leite (2004, p. 40), “para maior ou menor êxito na comercialização dos produtos oriundos do assentamento, além dos aspectos organizacionais e das condições de infraestrutura

dos próprios projetos [...] o entorno é também relevante”. Ou seja, a viabilidade econômica dos assentamentos não depende apenas da posse da terra, mas também das condições externas de apoio à produção.

Com o objetivo de relacionar e destacar as diferentes formas de acesso à terra e os desdobramentos após a criação dos projetos de assentamentos, é apresentado nesse capítulo uma perspectiva geográfica da territorialização dos assentamentos rurais no Maranhão. Apesar do grande número de ocupações, o número de assentamentos criados é ainda maior, o que reforça a ideia de regularização fundiária. Como pode-se observar no mapa a seguir.

A seguir, o mapa apresentado (Figura 1) mostra que a linha do tempo do processo de criação de assentamentos no Maranhão, desde a década de 1970 até 2018. Este trabalho é fruto de estudos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MA) e pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e com a cooperação do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), em 2024.

Figura 1 - Criação de assentamentos no Maranhão (1971-2018)



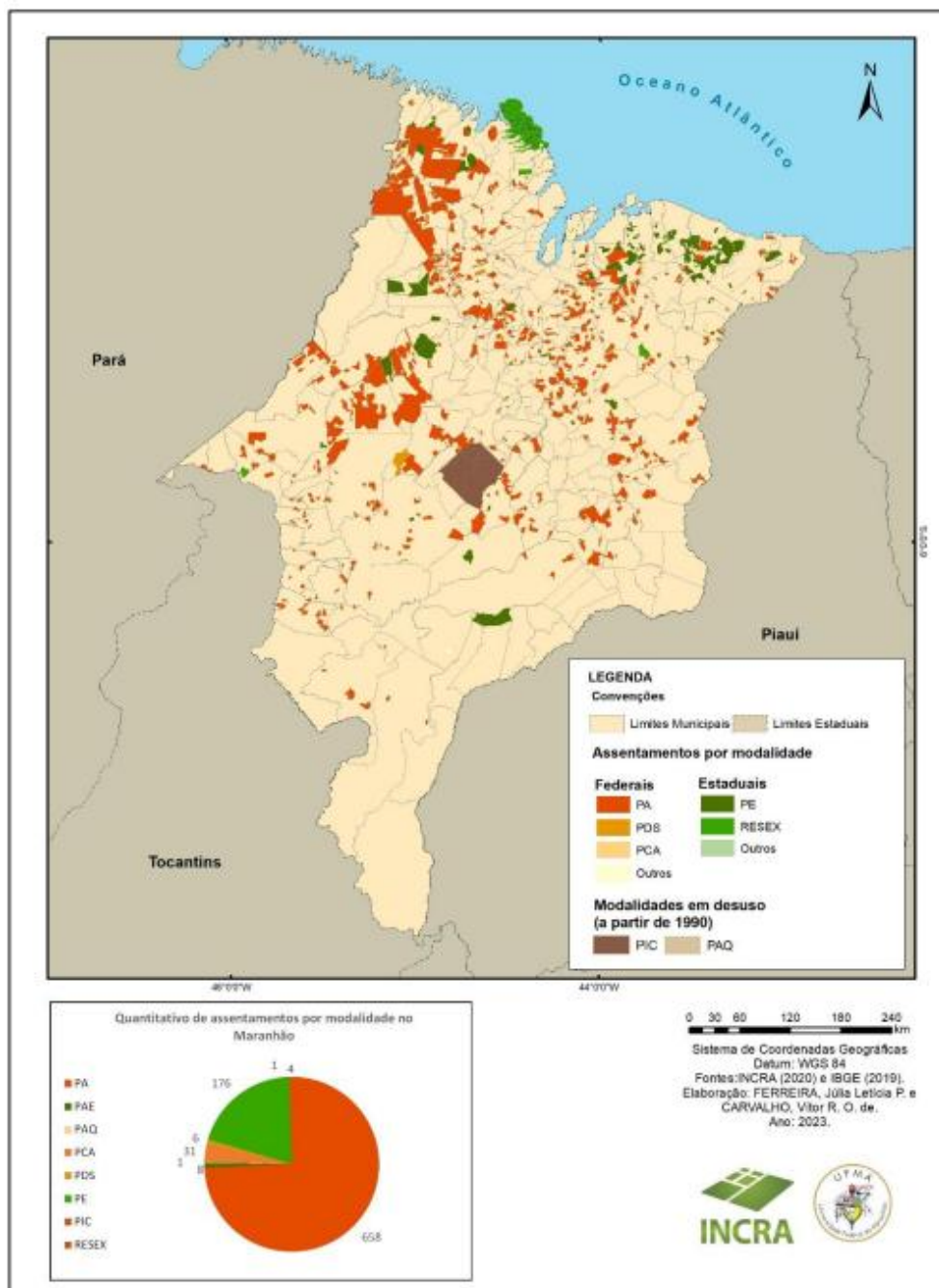
Fonte: INCRA; UFMA; IMESC (2024)

A análise da linha do tempo apresentada no mapa revela que o crescimento maior na criação de assentamentos no Maranhão ocorreu entre 1996 e 2006. Esse período se destaca pelo aumento das políticas de reforma agrária e pelo aumento significativo dos projetos implantados, o que demonstra um esforço concentrado para promover a distribuição de terras e o desenvolvimento rural no estado. O mapa traz à tona como esses esforços permitiram uma grande expansão dos

assentamentos, o que demonstra ser um momento crucial na história da colonização agrária maranhense.

O mapa apresentado (Figura 2) ilustra a distribuição dos assentamentos no estado do Maranhão, categorizados por modalidades federais e estaduais, conforme a pesquisa conduzida pelo INCRA/MA, UFMA e IMESC em 2024. As modalidades federais incluem Projetos de Assentamento (PA), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), enquanto as modalidades estaduais englobam Projeto de Assentamento Estadual (PE), Reservas Extrativistas (RESEX) e outras categorias. Este mapa apresenta uma visão holística da distribuição espacial dos assentamentos no Maranhão, mostrando os esforços de pesquisa e planejamento realizados para compreender e organizar a ocupação do território.

Figura 2 - Quantidade de assentamentos por modalidade no Maranhão



Fonte: INCRA; UFMA; IMESC (2024)

A análise do mapa fornecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) revela a distribuição dos assentamentos rurais no estado do Maranhão, destacando diferentes modalidades implementadas pelo governo federal e estadual. Observa-se uma concentração significativa de assentamentos na região centro-sul do estado, área historicamente marcada por intensos conflitos fundiários devido à expansão do agronegócio e à disputa pela posse da terra.

O mapa também indica a presença predominante de assentamentos criados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), além de outras modalidades,

como Projetos de Assentamento de Colonização (PAC) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). A predominância dos assentamentos da modalidade PA (Projeto de Assentamento) sugere um esforço governamental na regularização fundiária e no reassentamento de famílias camponesas, especialmente em áreas onde a concentração de terras por grandes latifúndios tem gerado conflitos (INCRA; UFMA; IMESC, 2024).

A análise geoespacial do mapa também aponta para uma distribuição desigual dos assentamentos, com maior presença nas proximidades de municípios estratégicos e áreas de expansão agrícola. Essa configuração reflete tanto a demanda por terra por parte de trabalhadores rurais quanto a resistência enfrentada por comunidades camponesas diante da pressão do agronegócio.

Dessa forma, a espacialização dos assentamentos reforça a importância da luta camponesa e das políticas públicas voltadas à reforma agrária no Maranhão. O mapa corrobora os desafios enfrentados pelos agricultores camponeses, desde o acesso à terra até a infraestrutura necessária para a consolidação de territórios sustentáveis e produtivos. Assim, a reforma agrária no estado, embora represente avanços, ainda se depara com entraves políticos e econômicos que precisam ser superados para garantir a segurança territorial e alimentar das comunidades assentadas.

3.1 Conflitos fundiários, resistência camponesa e a produção de alimentos no sul do Maranhão

Os assentamentos rurais no Brasil representam uma importante estratégia para a democratização do acesso à terra e para o fortalecimento da agricultura camponesa. No entanto, a consolidação desses territórios enfrenta desafios estruturais que comprometem sua sustentabilidade e a qualidade de vida das famílias assentadas.

A precariedade da infraestrutura nos assentamentos é um fator determinante para a vulnerabilidade social das famílias. De acordo com o relatório intitulado “Relatório identifica desafios na consolidação de assentamentos rurais no Brasil” da Controladoria-Geral da União (CGU), 73% das famílias entrevistadas relataram que a renda obtida com a produção agrícola não é suficiente para sua subsistência, sendo necessário complementar a renda por meio de aposentadorias e benefícios sociais. Além disso, embora muitos assentamentos tenham acesso à energia

elétrica, a frequência de quedas no fornecimento compromete não apenas o conforto dos moradores, mas também as atividades produtivas, limitando a irrigação, a estocagem de alimentos e a mecanização da produção. Outro fator crítico é a dificuldade de acesso à água potável, o que impacta tanto o consumo doméstico quanto as práticas agrícolas, restringindo a capacidade de produção e afetando a segurança alimentar dessas comunidades (BRASIL, 2024).

Além das limitações estruturais, a burocracia excessiva na regularização fundiária se apresenta como um entrave para a estabilidade dos assentados. O processo de desapropriação de terras e a concessão de títulos definitivos são, muitas vezes, demorados e marcados por insegurança jurídica, dificultando o planejamento a longo prazo e o acesso a políticas públicas essenciais, como o crédito rural. A falta de assistência técnica contínua agrava esse cenário, pois impede que os agricultores desenvolvam práticas produtivas mais eficientes e sustentáveis, comprometendo sua autonomia e capacidade de geração de renda (Cardoso; Doula; Ferreira Neto, 2018).

A questão fundiária, historicamente marcada por desigualdades e disputas, ainda se configura como um dos principais desafios enfrentados pelos assentamentos. A busca por soluções governamentais, como a criação de projetos de reassentamento e a implementação de grandes obras de infraestrutura, tem resultado, em alguns casos, no surgimento de novos conflitos. Estudos indicam que a falta de planejamento adequado e a desconsideração das especificidades socioculturais e produtivas das famílias reassentadas contribuem para a instabilidade desses territórios. O deslocamento forçado sem a devida adaptação às condições climáticas, à fertilidade do solo e à estrutura produtiva das novas áreas pode comprometer a capacidade de reprodução socioeconômica das comunidades, gerando novas formas de vulnerabilidade e marginalização dos assentados (Cardoso; Doula; Ferreira Neto, 2018).

A região sul do Maranhão tem sido cenário de conflitos de terras e lutas camponesas, especialmente após a expansão do agronegócio, em particular da produção de soja, nas décadas de 1970 e 1980. Essa expansão levou à incorporação de extensas regiões do Cerrado, frequentemente em prejuízo das comunidades tradicionais e pequenos agricultores que já ocupavam esses territórios. A presença de grandes agricultores e a aplicação de métodos agrícolas modernos

modificaram drasticamente a estrutura territorial e as dinâmicas de poder na região, provocando tensões e conflitos por território (Rodrigues, 2010).

Nesse contexto, Rodrigues (2010) complementa que as comunidades camponesas têm se organizado para resistir às pressões do agronegócio e defender seus territórios. A criação de entidades como a Associação Camponesa (ACA), o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tem sido fundamental para fornecer apoio jurídico e técnico aos agricultores camponeses. Essas organizações desempenham uma representatividade fundamental na articulação de estratégias de resistência, que incluem desde confrontos diretos até formas mais veladas de oposição, buscando assegurar a permanência das comunidades em suas terras e a continuidade de suas práticas tradicionais de cultivo.

Diante desse avanço do agronegócio, a resistência camponesa emerge como resposta às contradições do modelo de desenvolvimento capitalista no campo. Conforme apontam Ribeiro Júnior, Oliveira e Costa (2014, p. 15).

O desenvolvimento do capitalismo no campo processa-se pelas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista que, ao se desenvolver, promove dialeticamente o desenvolvimento de relações não capitalistas como é o caso do trabalho familiar camponês. Além disso, apesar de a concentração da propriedade da terra continuar no centro da problemática agrária, esta tem passado a se relacionar também com formas de privatização e mercadificação de processos biofísicos (como a captura de carbono), de códigos genéticos e de etnosaberes, que estão implicadas em um emaranhado de formas de valorização do capital, por vezes contraditórias entre si (Ribeiro Junior; Oliveira; Costa, 2014, p. 15).

Em outras palavras, essa afirmação ressalta como o capitalismo transforma a terra em mercadoria e subordina processos naturais e sociais às lógicas de mercado. No contexto do assentamento Vera Cruz, essa problemática pode ser observada na dificuldade dos moradores em garantir a posse e o uso sustentável da terra diante da pressão do agronegócio e da expansão de modelos produtivos que favorecem a grande propriedade e o monocultivo. Ao apontar que a resistência camponesa não é apenas uma luta por terra, mas uma disputa por diferentes formas de significar e utilizar o território. Enquanto as grandes empresas capitalistas operam com a lógica da mercantilização e da maximização dos lucros, os camponeses veem a terra como um meio de vida, onde a produção está associada à preservação ambiental e à reprodução social das comunidades. Essa contradição entre diferentes formas de apropriação do território é um ponto central para a compreensão dos conflitos agrários no Brasil. (Ribeiro Junior; Oliveira; Costa, 2014).

Segundo o Ministério Público do Estado do Maranhão (2013), esses conflitos não se restringem apenas à propriedade territorial, mas também impactam diretamente o ambiente e o modo de vida das comunidades tradicionais. O crescimento do agronegócio tem provocado a destruição da flora nativa, prejudicando os ecossistemas locais. Ademais, o aumento da invasão ilegal de terras, frequentemente de posse de comunidades quilombolas e indígenas, intensifica as tensões, levando a ameaças e atos violentos contra líderes do campo. Entre 2011 e 2013, aproximadamente 15 lideranças foram assassinadas no estado, evidenciando a gravidade do problema e a necessidade de intervenção efetiva por parte das autoridades competentes.

Os conflitos agrários no estado do Maranhão são uma questão histórica e estrutural da questão fundiária brasileira. Entre os anos de 2001 e 2020, o Maranhão liderou o ranking nacional de conflitos por terra, conforme levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), demonstrando que a disputa pelo território continua sendo uma realidade marcante na região (Nascimento *et al.*, 2024).

A Amazônia Legal², da qual o estado do Maranhão parcialmente faz parte, tem sido alvo de diversos projetos de grande escala que intensificam as disputas territoriais. O avanço do agronegócio, a implementação de infraestruturas e a exploração mineral têm impulsionado deslocamentos compulsórios e a expropriação de comunidades tradicionais. Programas como o MATOPIBA³ e os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) são algumas das iniciativas que alteraram significativamente a paisagem agrária do estado, favorecendo a concentração fundiária e restringindo o acesso à terra para pequenos agricultores e povos originários.

O conceito de conflito agrário transcende a mera disputa pela terra, envolvendo relações de poder e resistência. Os conflitos são inerentes às

² A Amazônia Legal é uma região definida pelo governo brasileiro em 1953 para fins de planejamento econômico e desenvolvimento sustentável. Compreende os estados do Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão, abrangendo aproximadamente 60% do território nacional.

³ MATOPIBA é uma região agrícola que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A sigla foi criada para denominar a última fronteira agrícola do país, impulsionada pelo agronegócio voltado para a produção de grãos, especialmente soja e milho, e tem sido alvo de intensos conflitos fundiários devido à expansão da monocultura e seus impactos sobre comunidades tradicionais e pequenos agricultores.

sociedades e podem ter uma função transformadora. No Maranhão, os movimentos sociais organizados, como sindicatos rurais e associações comunitárias, têm desempenhado uma influência fundamental na resistência contra a expansão do agronegócio e na luta pela permanência no território (Nascimento *et al.*, 2024). Essas resistências se manifestam por meio de ocupações, bloqueios de estradas e reivindicações políticas que visam assegurar direitos historicamente negligenciados pelo Estado.

A espacialização dos conflitos no Maranhão evidencia sua concentração nas regiões norte e leste do estado, onde a expansão do agronegócio tem sido mais intensa. Municípios como Alcântara, São Luís e Itapecuru registraram os maiores números de ocorrências no período analisado (Nascimento *et al.*, 2024). O papel do Estado tem sido central na reprodução dessas disputas, uma vez que, ao invés de promover políticas públicas voltadas para a regularização fundiária e a proteção dos territórios tradicionais, tem atuado como facilitador da territorialização do capital, garantindo incentivos ao agronegócio e à exploração de recursos naturais.

Os impactos desses conflitos vão além da disputa pelo território, resultando em violência, criminalização dos movimentos sociais e aprofundamento das desigualdades socioeconômicas. Segundo Nascimento *et al.* (2024), a repressão a lideranças camponesas e indígenas, a destruição de comunidades e o uso da força policial para garantir a posse da terra por grandes empresas são estratégias recorrentes nesse contexto. Além disso, a narrativa do “desenvolvimento” muitas vezes serve para legitimar a expropriação territorial, desconsiderando os modos de vida e a identidade cultural das populações afetadas.

O estudo dos conflitos agrários no Maranhão revela que a questão fundiária permanece como um dos principais desafios para a construção de um modelo mais equitativo de desenvolvimento rural no Brasil. Conforme Nascimento *et al.* (2024), os conflitos sociais são motores de transformações e podem resultar em avanços para os grupos historicamente marginalizados. Dessa forma, fortalecer políticas públicas de regularização fundiária e ampliar o reconhecimento dos direitos territoriais das populações tradicionais são passos fundamentais para a promoção da justiça social no campo.

Brito, Beraldo e Sousa (2020) analisam que a estrutura produtiva da agricultura camponesa no Maranhão com base nos censos agropecuários de 2006 e 2017. Os autores destacam que a agricultura camponesa no estado é

predominantemente marcada por culturas temporárias, com ênfase na mandioca, o que demonstra a relevância dessa atividade para a subsistência dos agricultores. No entanto, os dados indicam uma baixa participação desse setor na produção agrícola, o que pode ser atribuído aos baixos padrões tecnológicos adotados nas unidades produtivas e à predominância da produção voltada para o autoconsumo.

A modernização agrícola, impulsionada por políticas públicas, tem sido um tema central na discussão sobre o desenvolvimento rural. Segundo Brito, Beraldo e Sousa (2020), as políticas implementadas ao longo dos anos impactaram de maneira diferenciada os pequenos agricultores. Enquanto alguns programas buscaram fomentar a inclusão produtiva da agricultura camponesa, as dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias adequadas ainda limitam o crescimento do setor. Assim, os resultados evidenciam que a agricultura camponesa no Maranhão enfrenta desafios estruturais que precisam ser superados para que haja uma maior inserção no mercado e uma melhoria na qualidade de vida dos produtores.

Além das dificuldades tecnológicas, Brito, Beraldo e Sousa (2020) ressaltam que a agricultura camponesa no Maranhão se insere em um contexto de baixa diversificação produtiva e dependência de mercados locais. A ausência de infraestrutura adequada, como estradas e sistemas de escoamento da produção, também compromete a competitividade dos agricultores camponeses. Dessa forma, os dados dos censos agropecuários analisados pelos autores indicam que, sem investimentos significativos e políticas públicas mais eficazes, a agricultura camponesa continuará enfrentando obstáculos para seu desenvolvimento sustentável.

Portanto, embora a agricultura camponesa tenha uma atuação relevante na soberania alimentar e na economia local, sua participação na produção agrícola do estado ainda é limitada. Brito, Beraldo e Sousa (2020) apontam que o incentivo a práticas mais eficientes, o fortalecimento de cooperativas e o aprimoramento das políticas de crédito e assistência técnica podem ser caminhos para promover uma maior autonomia e competitividade da agricultura camponesa no Maranhão.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas mais eficazes, voltadas para a modernização e diversificação da produção, bem como o fortalecimento de redes cooperativas e incentivos à comercialização. A superação dessas dificuldades permitirá uma maior autonomia dos produtores,

favorecendo a sustentabilidade da agricultura camponesa e sua inserção no mercado. Assim, o fortalecimento desse setor não apenas contribui para a geração de renda no campo, mas também para a garantia da soberania alimentar da população maranhense.

3.2 Aspectos ambientais: impactos do desmatamento e mudanças no uso da terra nos assentamentos rurais do Maranhão

O estado do Maranhão, situado no Nordeste brasileiro, tem uma parte considerável de seu território localizada na Amazônia Legal. Essa região tem sido alvo de mudanças ambientais significativas, principalmente em decorrência do desmatamento e das alterações no uso da terra ligadas aos assentamentos rurais. Essas mudanças afetam diretamente a sustentabilidade dos ecossistemas locais e o bem-estar das comunidades residentes. De acordo com Souza *et al.* (2022), os assentamentos rurais na Amazônia ocupam aproximadamente 36,6 milhões de hectares, representando cerca de 7% do território e 73% da área de produção da agricultura camponesa na região.

Conforme Mourão, Souza e Sessim (2024), os assentamentos de reforma agrária na Amazônia representam 45% da área total assentada no Brasil e abrigam aproximadamente 400 mil famílias. Apesar de representarem somente 8% do bioma amazônico, essas áreas foram responsáveis por 24% da perda florestal na região em 2023. A situação no Maranhão é particularmente preocupante, uma vez que concentra uma parcela significativa dos assentamentos da Amazônia Legal, que estão localizados ao longo das principais rodovias e no Arco do Desmatamento. Essa concentração tem contribuído significativamente para a diminuição da cobertura florestal, uma vez que novas áreas são convertidas para o cultivo e o pecuário.

A expansão da pecuária constitui um dos principais fatores de pressão sobre as florestas nos assentamentos rurais. A introdução da bovinocultura de corte resulta na conversão de áreas florestais em pastagens, o que, embora proporcione renda para os assentados, também culmina em degradação ambiental e perda de biodiversidade. Ademais, a exploração madeireira e os investimentos em infraestrutura facilitam o acesso a regiões remotas, promovendo a ocupação e o desmatamento. Esses fatores interrelacionados contribuem de forma significativa para a intensificação do desmatamento na região (Santos; Silva; Sousa, 2018).

Sob a perspectiva socioeconômica, mais de 2,6 milhões de pessoas assentadas na Amazônia enfrentam desafios consideráveis, como a pobreza e a dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde, educação e energia. Essas condições comprometem a viabilidade desses territórios como unidades produtivas sustentáveis, limitando as oportunidades de incremento de renda e ameaçando a segurança alimentar das famílias que residem nos assentamentos (Souza *et al.*, 2022).

Para promover a sustentabilidade nos assentamentos rurais do Maranhão e de toda a Amazônia, é imprescindível reestruturar a forma como tais territórios são viabilizados. Tal reestruturação deve incluir o fortalecimento de políticas públicas que incentivem a produção familiar sustentável e ofereçam alternativas econômicas de baixo impacto ambiental. Ademais, é urgente a implementação de ações para conter o desmatamento, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade, com o objetivo de preservar a floresta e assegurar o bem-estar das comunidades rurais (Souza *et al.*, 2022).

Os desafios mencionados evidenciam a imperiosa necessidade de implementação de políticas públicas que incentivem práticas agrícolas sustentáveis, a preservação ambiental e a recuperação de áreas degradadas. Essas iniciativas são fundamentais para assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas e o bem-estar das comunidades rurais no estado do Maranhão. Ademais, direcionar esforços para assentamentos específicos que apresentam as maiores taxas de desmatamento pode constituir uma estratégia eficaz para a conservação da floresta e para a promoção do bem-estar das comunidades rurais.

4. SOBERANIA ALIMENTAR E ASSENTAMENTOS RURAIS: ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES

A soberania alimentar tem sido amplamente debatida como um princípio essencial para garantir a autonomia dos camponeses e fortalecer os territórios rurais frente às dinâmicas do agronegócio e da globalização dos sistemas produtivos. No entanto, apesar do avanço das discussões teóricas e das políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa e os assentamentos rurais, ainda existem lacunas na compreensão sobre como essas estratégias se materializam em diferentes contextos territoriais. Este capítulo tenta contribuir com essa lacuna ao investigar as práticas e os desafios enfrentados pelos assentamentos na construção da soberania alimentar, analisando suas dinâmicas internas, as relações com o Estado e os mercados, bem como as experiências que promovem a soberania alimentar, a valorização dos saberes tradicionais e a sustentabilidade socioeconômica. Dessa forma, pretende-se contribuir para o debate acadêmico sobre o auxílio dos assentamentos rurais na consolidação de um modelo alternativo de produção e reprodução social no campo.

A soberania alimentar vem se consolidando como um conceito central para a compreensão das dinâmicas territoriais camponesas, sendo um eixo central para a formulação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao fortalecimento da agricultura camponesa. No Brasil, a soberania alimentar tem sido interpretada, muitas vezes, a partir da perspectiva da autonomia do Estado na definição de suas políticas agrícolas, em detrimento do reconhecimento da autodeterminação dos povos e comunidades locais na produção e consumo de seus próprios alimentos (Mendes; Gonçalves, 2023). Essa abordagem contrasta com a concepção original do termo, formulada pela Via Campesina, que enfatiza o direito das populações de definir seus próprios sistemas alimentares, livres das imposições do agronegócio e das grandes corporações multinacionais.

A soberania alimentar, um dos conceitos centrais abordados por Vieira (2012), foi definida pela Via Campesina na década de 1990 como o direito das nações e povos de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares. Essa noção vai além da segurança alimentar promovida por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), pois enfatiza a necessidade de autonomia das comunidades locais na produção de seus alimentos. O conceito ganhou força a partir da II Conferência da Via Campesina, realizada no México em abril de 1996, e posteriormente foi ampliado, incluindo a

perspectiva de soberania cidadã e comunitária, que desafia diretamente a lógica do mercado internacional.

Vieira (2012) analisa a Via Campesina como uma articulação internacional popular que resgata aspectos da tradição internacionalista de direitos básicos da população. Segundo a autora, o movimento surgiu como uma reação ao avanço do capitalismo na agricultura global e consolidou-se por meio da reformulação do conceito de campesinato, da elaboração de pautas comuns entre trabalhadores rurais e da constituição de uma identidade política própria. A Via Campesina se posiciona contra a globalização neoliberal e busca fortalecer a soberania alimentar como alternativa ao modelo hegemônico de produção agrícola.

É importante ressaltar que segurança alimentar e soberania alimentar são conceitos interligados, mas possuem diferenças fundamentais. A segurança alimentar se refere ao acesso regular e suficiente a alimentos de qualidade, garantindo que todas as pessoas tenham uma alimentação adequada para uma vida saudável. Esse conceito, amplamente adotado por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), foca na disponibilidade e no acesso aos alimentos, sem necessariamente questionar a forma como são produzidos ou distribuídos (Mendes; Gonçalves, 2023).

Já a soberania alimentar vai além, enfatizando o direito dos povos de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas, garantindo autonomia na produção e no consumo, respeitando tradições culturais e promovendo a sustentabilidade. O destaque à soberania alimentar é essencial, pois questiona a dependência de grandes corporações e mercados globais, fortalecendo práticas locais e sustentáveis que valorizam a agricultura familiar e o respeito ao meio ambiente. Ao priorizar a soberania alimentar, cria-se um modelo mais justo e resiliente, reduzindo vulnerabilidades socioeconômicas e promovendo uma verdadeira segurança alimentar baseada na autonomia dos povos (Mendes; Gonçalves, 2023).

A segurança alimentar e a soberania alimentar no Brasil passaram por mudanças conceituais ao longo dos anos. Mendes e Gonçalves (2023) analisam como esses conceitos foram incorporados nas políticas públicas nacionais:

O conceito de Segurança Alimentar obteve maior ênfase em todas as Conferências, com um discurso bem alinhado com as diretrizes da FAO, ao passo que a Soberania Alimentar foi se inserindo aos poucos e de forma mais restrita a abarcar algumas populações. Pode-se dizer que no caso brasileiro a SA é tida como o conceito principal e a Soberania Alimentar, um conceito associado. A confusão na aplicação dos conceitos (segurança

alimentar, soberania alimentar, soberania nacional) e/ou uma associação equivocada entre eles faz com que percam ou enfraqueçam o seu sentido original e conseqüentemente as metas a serem alcançadas para cada um acabam enfraquecidas e algumas até abortadas. (Mendes; Gonçalves, 2023, p. 15-16).

Em outras palavras, essa afirmação demonstra como os conceitos de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar foram sendo incorporados de forma distinta no Brasil. Enquanto a Segurança Alimentar seguiu uma abordagem alinhada às diretrizes internacionais, a Soberania Alimentar foi, inicialmente, tratada de maneira limitada. Esse uso equivocado dos termos pode ter levado a falhas na implementação de políticas públicas voltadas para garantir tanto o acesso quanto a autonomia dos povos sobre a produção de alimentos. Assim, entender essas diferenças conceituais é fundamental para avaliar o impacto das políticas alimentares no país (Mendes; Gonçalves, 2023).

Nos assentamentos rurais, a soberania alimentar se apresenta como um elemento-chave na promoção da autonomia produtiva e na resistência às forças que impulsionam a mercantilização dos alimentos. A experiência brasileira tem demonstrado que políticas de segurança alimentar podem, em algumas circunstâncias, ser compatíveis com a soberania alimentar, mas também há momentos em que se tornam limitantes. Mendes e Gonçalves (2023) argumentam que, no Brasil, a segurança alimentar tem sido utilizada como um conceito guarda-chuva que subordina a soberania alimentar às diretrizes nacionais de produção e abastecimento. Esse deslocamento semântico pode restringir as iniciativas dos assentamentos rurais que buscam garantir o direito à produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, dentro de uma lógica que valoriza os saberes locais e as práticas agroecológicas.

A construção da soberania alimentar nos assentamentos rurais passa necessariamente pelo fortalecimento da produção agroecológica, pela defesa da biodiversidade e pelo resgate das sementes crioulas, aspectos fundamentais para garantir autonomia e segurança às famílias assentadas (Mendes; Gonçalves, 2023). No entanto, desafios como a concentração fundiária, o avanço do agronegócio e a dependência de insumos industriais ainda limitam a consolidação desse modelo de produção sustentável. Além disso, a soberania alimentar enfrenta obstáculos impostos pelo controle das sementes por grandes corporações, que monopolizam o mercado e dificultam o acesso dos camponeses a variedades tradicionais,

comprometendo a diversidade genética e a resiliência dos sistemas produtivos locais.

Outro ponto relevante discutido por Vieira (2012) é o engajamento da mulher dentro da Via Campesina, especialmente na luta pela soberania alimentar. Ao destacar que a campanha pelas sementes crioulas, promovida por mulheres dos movimentos sociais do campo foram de suma importância para reforçar a ideia de autonomia dos agricultores em relação às corporações transnacionais. A luta pela preservação das sementes crioulas representa um embate contra a privatização do patrimônio genético e a imposição de organismos geneticamente modificados, que reduzem a diversidade agrícola e aumentam a dependência dos pequenos produtores.

Em complemento, Vieira (2012) também aborda a inserção da Via Campesina no contexto das lutas globais contra o neoliberalismo. O movimento participou ativamente de protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC), denunciando as consequências da liberalização do comércio agrícola, que favorece grandes corporações e prejudica os pequenos produtores. A articulação internacional da Via Campesina permitiu a criação de uma rede de resistência camponesa que desafia as políticas impostas por instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse posicionamento fortaleceu a identidade do movimento como um dos principais atores na luta por um modelo agrícola alternativo.

Por fim, ao ressaltar que a Via Campesina representa uma construção política que busca resgatar o conceito de campesinato e redefini-lo dentro do atual contexto global. Enquanto algumas correntes do pensamento marxista previram o desaparecimento do campesinato com o avanço do capitalismo, a Via Campesina demonstra que os trabalhadores rurais continuam a desempenhar uma atuação relevante na luta contra a exploração e na construção de um modelo agrícola mais sustentável. A partir dessa perspectiva, o movimento se estabelece como um espaço de resistência e de proposição de alternativas ao modelo agroindustrial predominante (Vieira, 2012).

Diante do exposto, os assentamentos rurais no Brasil, especialmente no sul do Maranhão, representam não apenas uma política de redistribuição de terras, mas também um processo de territorialização camponesa que envolve resistência, identidade e organização social (Alves, 2019). A trajetória histórica dessas

ocupações revela que a luta pela terra vai além do acesso à propriedade, configurando-se como uma disputa por modos de vida e pela permanência no campo diante da pressão do agronegócio (Porto-Gonçalves, 2004). Como apontam Fernandes (2010) e Stedile (2013), os assentamentos não devem ser vistos apenas como espaços produtivos, mas como territórios de luta e resistência, nos quais as comunidades camponesas constroem formas alternativas de organização social e econômica. Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para a reforma agrária têm sido fundamentais, embora insuficientes para garantir a infraestrutura necessária à sustentabilidade desses territórios (Bergamasco, 1997; Mattei, 2015).

Os desafios enfrentados pelos assentamentos são diversos e incluem a precariedade da infraestrutura, a dificuldade de acesso ao crédito e assistência técnica, além da constante ameaça de conflitos fundiários (Nascimento *et al.*, 2024). O avanço do agronegócio e a concentração de terras continuam a restringir a autonomia dos agricultores camponeses, dificultando a construção de um modelo produtivo que priorize a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental (Abramovay, 2012). A resistência camponesa, entretanto, manifesta-se por meio da organização social e das estratégias de adaptação adotadas por essas comunidades, demonstrando a importância das redes de solidariedade e das práticas agroecológicas como alternativas à lógica do mercado globalizado (Altieri; Nicholls, 2020).

A análise das dinâmicas dos assentamentos rurais no Maranhão evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes, que não apenas garantam a posse da terra, mas viabilizem a permanência dos agricultores no campo (Schneider; Grisa, 2014). A implementação de programas de incentivo à agroecologia, o fortalecimento de cooperativas e a ampliação do acesso a mercados institucionais são medidas essenciais para fortalecer a agricultura camponesa e garantir a segurança alimentar das famílias assentadas. Além disso, a regularização fundiária e o investimento em infraestrutura são fundamentais para minimizar os conflitos agrários e proporcionar condições dignas de vida aos trabalhadores rurais.

Compreender o protagonismo dos assentamentos na organização do espaço agrário e na produção de alimentos é essencial para o debate sobre desenvolvimento rural no Brasil. Como destacam Mendes e Gonçalves (2023), a soberania alimentar deve ser vista como um eixo central para a autonomia camponesa, garantindo o direito das comunidades de definir seus próprios sistemas

produtivos e fortalecer seus territórios. Nesse sentido, o próximo capítulo aprofundará a discussão sobre a soberania alimentar nos assentamentos, analisando como esses territórios podem contribuir para um modelo de produção sustentável, baseado na valorização dos saberes tradicionais, na preservação ambiental e na autonomia das comunidades camponesas.

4.1 Mulheres camponesas e a luta pela soberania alimentar

A participação da mulher na produção de alimentos em comunidades rurais desempenha uma função determinante na formação da soberania alimentar. Historicamente, as mulheres do campo exercem papéis cruciais na agricultura, na conservação de sementes crioulas, na gestão agroecológica e na estruturação da comunidade. Contudo, esse protagonismo frequentemente é obscurecido nas dinâmicas de produção e nas políticas de agricultura.

A Via Campesina, um dos principais movimentos em prol da reforma agrária e da soberania alimentar, destaca a relevância das mulheres na criação de um modelo alternativo de agricultura, fundamentado na agroecologia e na independência dos agricultores. Segundo Altieri e Nicholls (2020), as mulheres do campo desempenham uma função determinante na disseminação de saberes tradicionais e na preservação da biodiversidade na agricultura. Elas têm um significado direto na seleção das espécies.

Nessa perspectiva, Salvaro, Lago e Wolff (2013) analisam a formação das identidades "mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas" no contexto de movimentos rurais femininos no Brasil. Essas identidades políticas emergem das lutas de gênero e refletem a resistência das mulheres contra as estruturas patriarcais e capitalistas que historicamente marginalizaram suas contribuições na agricultura e na gestão dos recursos naturais. A construção dessas identidades fortalece a autonomia das mulheres e promove práticas agroecológicas sustentáveis, essenciais para a soberania alimentar. Ao se reconhecerem como protagonistas na produção de alimentos e na preservação da biodiversidade, as mulheres camponesas implementam estratégias que diversificam a produção agrícola, asseguram a segurança alimentar das comunidades e conservam os recursos naturais.

Em 2004, ocorreu a unificação de diversos movimentos rurais autônomos de mulheres, resultando na criação de um movimento nacional. No entanto, essa unificação não foi consensual: enquanto algumas mulheres aceitaram a integração,

outras a rejeitaram, evidenciando tensões e disputas internas (Salvaro; Lago; Wolf, 2013). Essas divergências refletem diferentes concepções de identidade e estratégias políticas, revelando como as relações de poder e as subjetividades são negociadas e (re)construídas no contexto das lutas de gênero.

As identidades "mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas" emergem como categorias políticas centrais nesse processo. A escolha de uma terminologia em detrimento da outra não é meramente semântica, mas carrega implicações profundas sobre como essas mulheres se posicionam em relação às questões de gênero, trabalho e pertencimento comunitário. A adoção do termo "camponesas", por exemplo, pode estar associada a uma visão mais coletiva e politizada da luta por direitos e reconhecimento, enquanto "agricultoras" pode enfatizar aspectos mais técnicos e produtivos da atividade rural (Salvaro; Lago; Wolf, 2013).

A luta das mulheres camponesas pela soberania alimentar está inserida em um contexto de resistência ao modelo agroindustrial e reafirmação da agricultura camponesa como base para a segurança e soberania alimentar. De acordo com Jalil (2009), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem desempenhado uma participação significativa nesse processo, promovendo um modelo de agricultura que se opõe ao capitalismo e ao patriarcado. A autora sustenta que a luta pela soberania alimentar não se limita à produção de alimentos, mas está diretamente ligada ao direito das comunidades rurais de decidirem sobre seus próprios sistemas produtivos e alimentares, respeitando suas culturas, promovendo a vida e garantindo a autonomia das mulheres camponesas.

Dessa forma, a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, organizada pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), representa uma estratégia de resistência e construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. Jalil (2009) salienta que esta campanha não apenas reforça a agroecologia como uma alternativa ao agronegócio, como também possibilita que as mulheres camponesas se tornem protagonistas na defesa de seus territórios e na valorização das práticas agrícolas tradicionais. A autora salienta que as mulheres do MMC articulam a sua luta pela soberania alimentar com outras questões, como a democratização do acesso à terra, à água, à educação e à previdência social, o que demonstra que a soberania alimentar é, antes de tudo, uma luta política e feminista.

Jalil (2009) sustenta que a ideologia dominante tende a desvalorizar a participação feminina na agricultura, tratando-as como simples "ajudantes" dos

homens, o que dificulta a identificação de sua contribuição fundamental para a produção e sustentabilidade da vida no campo. Dessa forma, a soberania alimentar, ao ser considerada sob a perspectiva feminista, desafia essa exclusão e propõe uma mudança estrutural da sociedade, baseada na igualdade de gênero e na valorização dos saberes e práticas das mulheres camponesas.

Assim, a batalha das mulheres rurais pela soberania alimentar vai além da simples produção de alimentos, consolidando-se como um movimento de resistência e transformação social. Ao confrontar as estruturas do agronegócio, do capitalismo e do patriarcado, essas mulheres reafirmam sua posição como agentes políticas, reivindicando não apenas o direito à terra e à produção agroecológica, mas também o reconhecimento de seus conhecimentos e sua autonomia. Conforme evidenciado por Jalil (2009), a soberania alimentar, quando abordada sob uma perspectiva feminista, promove a democratização dos espaços públicos e fortalece a luta por direitos sociais fundamentais, como acesso à água, educação e previdência. Diante disso, a criação de um modelo alternativo de desenvolvimento rural passa, inevitavelmente, pelo protagonismo das mulheres camponesas, que, ao reafirmarem sua identidade e suas práticas, contribuem para a edificação de uma sociedade mais justa e sustentável.

4.2 Políticas públicas e o fortalecimento da soberania alimentar nos assentamentos rurais

A soberania alimentar nos assentamentos rurais está intimamente ligada à implementação de políticas públicas que incentivam a produção sustentável e garantem a autonomia dos agricultores camponeses. No Brasil, programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenham uma função essencial na promoção da agroecologia, na geração de renda e na garantia de mercados institucionais para os pequenos produtores. Além disso, a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) na regularização fundiária e na assistência técnica é fundamental para viabilizar a produção nos assentamentos.

O conceito de Soberania Alimentar surgiu a partir de discussões internacionais sobre Segurança Alimentar e Nutricional. Em 1996, durante o Fórum da Sociedade Civil, que ocorreu simultaneamente à Cúpula Mundial de Alimentação,

em Roma, o conceito de Soberania Alimentar tem sido amplamente discutido em debates globais. No Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, Cuba, em 2001, foi reafirmado o direito dos povos de estabelecerem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis para a produção, distribuição e consumo de alimentos, garantindo, dessa forma, o direito à alimentação para todos (Oliveira; Castro, 2013).

A soberania alimentar atribui grande importância à preservação da cultura e dos costumes alimentares de cada povo, dando ênfase às sementes caboclas ou crioulas. As sementes crioulas não foram modificadas por métodos de melhoramento genético, tais como os Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), nem sofreram alterações em seu DNA (transgênicos/OGMs), essas sementes foram mantidas por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, camponeses, ribeirinhos e caboclos, através do uso tradicional e da seleção natural dos melhores exemplares (Oliveira; Castro, 2013).

O conceito de soberania alimentar fundamenta-se no controle integral dos processos, materiais e insumos empregados na produção agrícola, assegurando que o campesinato local e regional retenha a maior parte da renda gerada pelo trabalho no campo. Essa abordagem promove a autonomia dos agricultores, permitindo-lhes decidir sobre o que e como produzir, além de fortalecer as economias locais e proteger a biodiversidade (Valério, 2019).

A soberania alimentar, que defende o direito das comunidades de estabelecer suas políticas e estratégias alimentares, está intimamente ligada à produção de alimentos, estimulando o controle local, práticas agrícolas sustentáveis, autossuficiência e segurança alimentar. A soberania alimentar visa reduzir os impactos ambientais e preservar a biodiversidade, em oposição à agricultura industrial (Oliveira; Castro, 2013). Ademais, ela capacita os produtores e os compradores, fortalecendo as economias locais e promovendo a justiça social, ao mesmo tempo em que requer políticas públicas favoráveis à produção local e infraestruturas de apoio, como mercados e feiras. Dessa forma, a soberania alimentar molda a produção de alimentos de forma a criar sistemas mais justos, resistentes e sustentáveis, que se adequam às necessidades das comunidades.

Contudo, a efetividade dessas políticas é frequentemente colocada em dúvida, particularmente em relação à sua implementação nos assentamentos. Conforme Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004), essas comunidades possuem

uma forte dependência do apoio do governo, destacando tanto os progressos quanto as restrições dessas políticas no progresso rural.

Nesse arcabouço teórico, as políticas públicas direcionadas aos assentamentos rurais têm um impacto direto na estruturação e viabilidade dessas comunidades. O PRONAF, por exemplo, foi criado com o intuito de oferecer crédito para pequenos agricultores, fomentando a produção agropecuária familiar. No entanto, Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004) enfatizam que a obtenção de crédito ainda encontra obstáculos burocráticos, restringindo a eficácia do programa. Ademais, frequentemente os assentados carecem de suporte técnico adequado para elaborar projetos que atendam às demandas dos bancos, o que leva a uma taxa reduzida de concessão de financiamentos.

Um outro ponto importante é a compra governamental da produção agrícola dos assentamentos. O PAA e o PNAE são essenciais para assegurar mercado institucional para os agricultores familiares, enquanto fomentam a segurança alimentar da população em condições de vulnerabilidade. Contudo, Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004) destacam que a logística de distribuição da produção e a ausência de infraestrutura nos assentamentos continuam sendo obstáculos consideráveis para a execução eficiente desses programas. Muitas comunidades enfrentam dificuldades no armazenamento e transporte dos produtos, o que compromete a regularidade do fornecimento e reduz as oportunidades de comercialização.

A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) também é um fator central na dinâmica dos assentamentos. O órgão é responsável pela regularização fundiária e pelo suporte técnico-administrativo às famílias assentadas. No entanto, conforme observado por Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004), há uma percepção generalizada entre os assentados de que a presença do INCRA nos projetos é insuficiente, resultando em uma execução fragmentada das políticas públicas. Essa lacuna impacta diretamente a organização produtiva e a permanência das famílias no campo, dificultando a consolidação da soberania alimentar nesses territórios.

Com base no exposto, fica evidente que mesmo com os progressos ocasionados pelas políticas públicas direcionadas aos assentamentos rurais, ainda há obstáculos estruturais a serem vencidos. O acesso ao crédito, a infraestrutura de escoamento e a assistência técnica são fatores essenciais para garantir a soberania

alimentar e a autonomia produtiva dessas comunidades. Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004) evidenciam a necessidade de uma abordagem mais integrada por parte do Estado, que contemple não apenas a distribuição de terras, mas também o suporte contínuo para que os assentamentos se tornem economicamente viáveis e sustentáveis. Portanto, é essencial reforçar essas políticas e adaptá-las às realidades locais para garantir a soberania alimentar e o progresso rural no Brasil.

O assentamento Vera Cruz, situado no município de Grajaú, Maranhão, representa de maneira significativa essa realidade, constituindo um território onde as famílias assentadas se empenham na consolidação de estratégias de resistência às adversidades enfrentadas. Entre os desafios que se apresentam, destacam-se o acesso precário a insumos agrícolas sustentáveis, a infraestrutura limitada destinada ao escoamento da produção e a ausência de suporte técnico adequado. Nesse contexto, a soberania alimentar transcende a mera produção de alimentos, configurando-se como um projeto político e social que engloba a preservação dos modos de vida camponeses, a valorização dos saberes tradicionais e a construção de redes alternativas de comercialização que rompam com a lógica de dependência do mercado convencional.

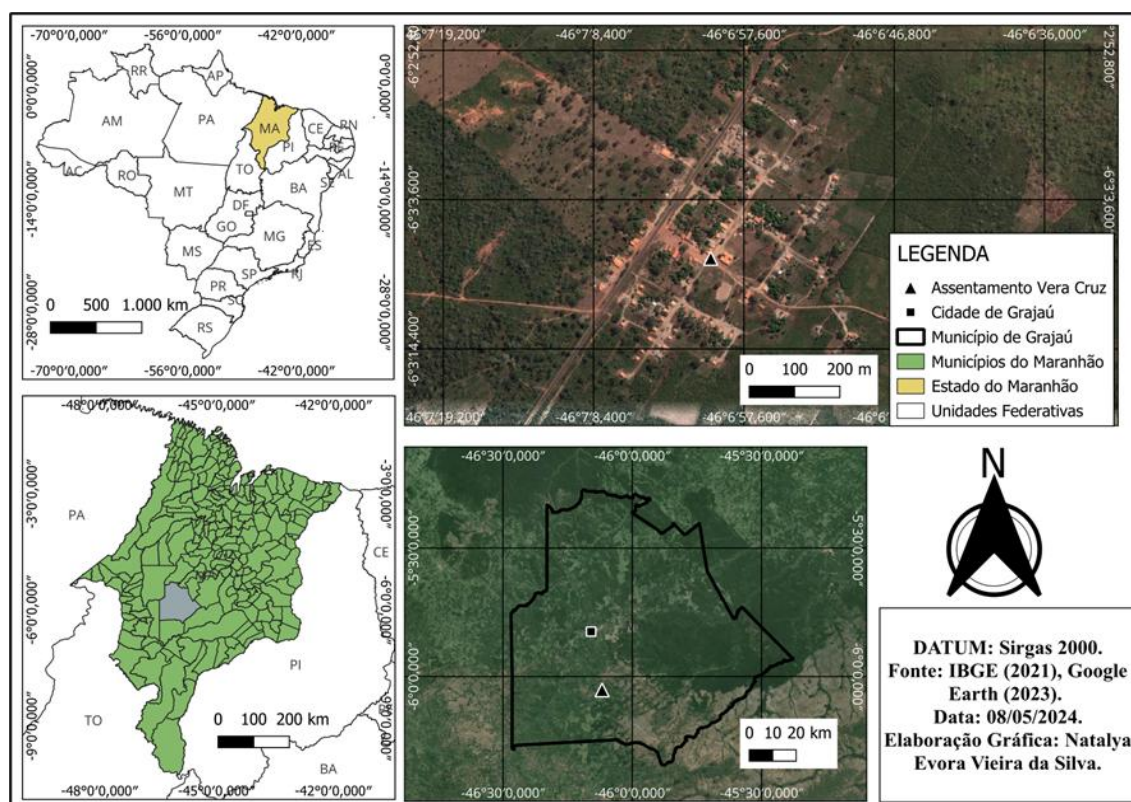
Dessa forma, compreender as estratégias dos assentados para garantir sua autonomia alimentar é essencial para a análise das dinâmicas socioespaciais nos assentamentos rurais. A partir dessa perspectiva, torna-se necessário aprofundar a investigação sobre as políticas públicas voltadas à soberania alimentar e sua efetividade na promoção de um desenvolvimento rural mais equitativo e sustentável.

A luta pela terra não se resume ao acesso ao território, mas também à garantia de condições para produzir e se alimentar de forma autônoma e sustentável. Diante disso, é fundamental que as políticas públicas avancem no fortalecimento da soberania alimentar como estratégia de resistência camponesa e desenvolvimento rural. O fortalecimento da organização social, da agroecologia e das redes de comercialização solidária pode ser um caminho para a construção de alternativas ao modelo hegemônico do agronegócio, garantindo a permanência dos agricultores no campo e a valorização de seus modos de vida.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa fundamentou-se no materialismo histórico-dialético como método analítico para compreender as interações entre as práticas agrícolas, as relações sociais e os conflitos sobre o uso da terra no assentamento Vera Cruz, localizado no município de Grajaú, região centro-sul do Maranhão (Figura 3). Este estudo se propõe a destacar estratégias voltadas para a produção de alimentos e a promoção da soberania alimentar, por meio das práticas da agricultura camponesa, associadas ao uso sustentável dos recursos naturais

Figura 3 - Localização geográfica do assentamento Vera Cruz, município de Grajaú/MA



Fonte: IBGE (2021); Google Earth (2023)

Elaboração: Silva (2024)

A cidade de Grajaú alcançou sua independência política em 07 de Abril de 1881. Localizada na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz e na Região Geográfica Imediata de Barra do Corda, o município abrange uma área territorial de 8.831 km², com uma população aproximada de 78.872 habitantes e uma densidade demográfica de 8,7 habitantes por km², segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2022). Limita-se ao Norte com os municípios de Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do

Grajaú e Arame; ao Sul com Formosa da Serra Negra; a Leste com Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras; e a Oeste com Amarante do Maranhão e Sítio Novo.

No território de Grajaú, existem 17 assentamentos oficialmente reconhecidos pelo INCRA, sendo o foco desta pesquisa o assentamento Vera Cruz. O assentamento Vera Cruz foi estabelecido pelo INCRA no município de Grajaú/Maranhão em 26/09/2001, abrangendo uma área territorial de 3.263 km². Atualmente, o assentamento conta com 108 famílias assentadas, estando próximo de sua capacidade máxima, que é de 109 famílias. Desses 17 assentamentos, 11 são PA (Assentamentos Federais) e 6 são PE (Assentamentos Estaduais). O assentamento Vera Cruz possui aproximadamente 600 pessoas, distribuídas nas 108 famílias assentadas (Santos Filho; Penha, 2015). Trata-se de uma região onde a agricultura familiar executa um desempenho fundamental para a subsistência e desenvolvimento rural, a partir da produção de alimentos e, assim, garantindo a soberania alimentar para os moradores locais e para a economia local e regional.

A escolha do assentamento Vera Cruz como objeto desta pesquisa foi motivada, inicialmente, pelo interesse em desenvolver o estudo na cidade natal da autora, Formosa da Serra Negra/MA. No entanto, a inexistência de assentamentos institucionalizados pelo INCRA no município dificultaria o acesso a dados essenciais para a investigação. Diante dessa limitação, optou-se pelo município vizinho, Grajaú/MA, e pelo assentamento Vera Cruz, considerando sua proximidade com Formosa da Serra Negra, o que possibilitou uma análise contextualizada da região.

Ademais, a seleção do assentamento Vera Cruz como recorte empírico desta pesquisa decorre do reconhecimento desses territórios como espaços de prática consolidada da agricultura camponesa, onde a produção está voltada, predominantemente, para o autoconsumo e para os mercados locais. Nesses contextos, desenvolve-se uma relação singular entre terra, trabalho e saberes tradicionais, que permite compreender dinâmicas produtivas, sociais e culturais associadas à permanência no campo.

Além disso, o assentamento configura-se como espaço de debate e prática em torno da soberania e segurança alimentar, do uso sustentável dos recursos naturais e da reprodução social das famílias agricultoras. Tais características o tornam adequado para investigar de que forma políticas públicas, condições territoriais e estratégias produtivas influenciam a organização socioeconômica e a qualidade de vida de seus moradores, atendendo aos objetivos desta pesquisa.

Embora a implantação do assentamento tenha ocorrido apenas em 2001, a mobilização pela sua criação começou na década de 1990. Durante esse período, as famílias foram incentivadas a ocupar a área, mas posteriormente removidas. Somente após manifestações na sede do INCRA em São Luís conseguiram garantir sua permanência definitiva. Atualmente, além dos beneficiários originais, o assentamento abriga outros moradores que adquiriram lotes para residência e estabelecem suas vidas na comunidade (Santos Filho; Penha, 2015).

O contexto em que o assentamento Vera Cruz está inserido é marcado por problemas ambientais e socioeconômicos, devido ao fato de está localizado na região centro-sul maranhense, região essa que enfrenta pressões decorrentes do desmatamento, da degradação ambiental, da falta de acesso a recursos básicos, de infraestruturas precárias e das desigualdades sociais, situações que afetam diretamente a vida das famílias assentadas (Ribeiro Junior; Oliveira; Costa, 2014).

Diante disso, compreender como o uso da terra e a cobertura vegetal podem impactar as práticas agrícolas se torna indispensável para a promoção do desenvolvimento do assentamento e garantia da promoção da soberania alimentar da comunidade.

Além disso, na maioria dos assentamentos no Maranhão, foi realizado um processo de regularização fundiária, no qual as famílias já residiam nas áreas sujeitas a desapropriações e possuíam uma relação histórica com a terra, seja por meio de atividades produtivas e/ou culturais. Com o estabelecimento dos assentamentos, os residentes dos povoados afetados pelas áreas desapropriadas foram liberados da obrigação de pagar renda aos supostos proprietários das terras. Além disso, receberam créditos que possibilitaram a implementação de projetos produtivos, assim, pode-se afirmar que esses fatores contribuíram significativamente para provocar mudanças na paisagem local (Mattos Júnior; Araújo, 2005).

5.1 Abordagem metodológica, técnicas de coleta e análise de dados

Nesse contexto, a pesquisa realizada no assentamento Vera Cruz, localizado no município de Grajaú, Maranhão, buscou-se utilizar o materialismo histórico-dialético como método analítico para compreender as complexas interações entre as práticas agrícolas, as relações sociais, os conflitos de interesses sobre o uso da terra, a evolução da paisagem agrícola e os impactos ambientais decorrentes

dessas práticas. Tal abordagem proporcionou uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na agricultura familiar, trazendo ferramentas para a compreensão e análise de políticas e práticas sustentáveis e socialmente justas, essenciais para o desenvolvimento rural e a soberania alimentar no assentamento.

Desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, o materialismo histórico-dialético é uma abordagem teórico-metodológica que busca compreender a realidade social a partir das condições materiais de existência e das contradições inerentes às relações de produção. Segundo Pimenta e Cardozo (2020), essa perspectiva permite analisar as políticas públicas considerando as estruturas econômicas e sociais que as influenciam, contrapondo-se a enfoques positivistas que desconsideram a dinâmica histórica e as relações de poder subjacentes.

Essa perspectiva metodológica permitiu não apenas a interpretação das características observadas, mas também a identificação das relações dialéticas entre os diferentes aspectos da realidade agrária. Os resultados da pesquisa foram sistematizados em um relatório final, que não se limitou à apresentação dos dados brutos, mas incluíram discussões aprofundadas sobre suas implicações para a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável da região. Dessa forma foi possível destacar tanto os impactos concretos da dinâmica agrária local quanto sua relevância no contexto mais amplo das relações sociais.

Sobre o materialismo histórico-dialético, Moraes (2021) destaca que o método fundamenta-se em três elementos centrais: o pressuposto histórico-materialista, que enfatiza a primazia das condições materiais na formação social; a lógica dialética, que analisa o movimento contraditório da realidade; e a práxis revolucionária, que une teoria e prática na transformação social. Essa abordagem não se limita à interpretação do mundo, mas busca sua transformação por meio da compreensão das contradições sociais e da atuação consciente dos sujeitos históricos.

Ao aplicar esses princípios ao contexto do assentamento Vera Cruz, é possível examinar as mudanças sociais e econômicas que a comunidade enfrenta sob uma perspectiva materialista e dialética. Com efeito, o conceito de materialismo histórico possibilita a análise de como as condições materiais de vida, tais como o acesso à terra, recursos naturais e meios de produção, afetam as interações sociais e a estrutura comunitária no local de moradia.

É essencial assinalar que a lógica dialética ajuda a entender as contradições presentes no dia a dia do assentamento Vera Cruz, tais como os embates entre a preservação do meio ambiente e a demanda por produção agrícola, ou as tensões entre métodos tradicionais e avanços tecnológicos. Essas contradições fomentam o progresso e a mudança da comunidade, destacando a interação dialética entre forças contraditórias.

A metodologia utilizada nesta pesquisa combinou uma abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, com o objetivo de fornecer uma compreensão abrangente da caracterização ambiental e socioeconômica do assentamento Vera Cruz. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada dos diversos fatores que influenciam a dinâmica do assentamento, desde questões ambientais até fatores socioeconômicos, fornecendo informações úteis para futuras intervenções (ambientais, socioeconômicas, infraestruturais, políticas públicas, entre outras) e políticas de desenvolvimento.

Conforme observado por Triviños (1987, p. 118):

Os marxistas afirmam que existe uma relação necessária entre a mudança quantitativa e a mudança qualitativa. E esta, como sabemos, resulta das mudanças quantitativas que sofrem os fenômenos. Mas a qualidade do objeto não é passiva. As coisas podem realizar a passagem do quantitativo ao qualitativo, e vice-versa. (Triviños, 1987, p. 118).

Ou seja, o autor contextualiza a transição entre as mudanças qualitativas e quantitativas dos fenômenos, evidenciando que a qualidade do objeto não é estática, sugerindo que os objetos podem se transformar tanto do qualitativo para o quantitativo ou inversamente, destacando a desnecessidade de criar uma falsa dicotomia entre as duas pesquisas (Triviños, 1987).

Diante disso, a pesquisa qualitativa surge da necessidade de uma metodologia que, além de considerar o contexto dos fenômenos sociais estudados, privilegie a prática e o propósito transformador do conhecimento adquirido sobre a realidade investigada em seus aspectos essenciais e acidentais. Dessa forma, é possível reconhecer, que, utilizando o método dialético, é capaz de identificar as causas e consequências dos problemas, suas contradições, relações, qualidades e, se existirem, suas dimensões quantitativas, além de promover, por meio da ação, um processo de transformação da realidade relevante (Triviños, 1987).

Além disso, uma pesquisa com análise qualitativa também busca compreender as observações em profundidade. Nesse sentido, Gil (2002, p. 133) afirma que:

[...] A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório (Gil, 2002, p. 133).

A análise qualitativa é um processo que envolve diversas etapas interdependentes, influenciadas por fatores como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra e os pressupostos teóricos da investigação. Segundo Gil (2002), esse processo pode ser estruturado em uma sequência lógica, que inclui a redução dos dados, sua categorização, interpretação e posterior redação do relatório final. No contexto da pesquisa sobre o assentamento Vera Cruz, a análise qualitativa foi essencial para compreender as percepções dos agricultores sobre o uso da terra e a soberania alimentar, ao identificar padrões e relações que não podem ser captados exclusivamente por métodos quantitativos.

Em consonância à essa perspectiva, Minayo (2006) propõe um conjunto de princípios que orientam a análise qualitativa, enfatizando a necessidade de construir interpretações contextualizadas e teoricamente fundamentadas. Para a autora, esse tipo de pesquisa é essencial em áreas como a saúde e as ciências sociais, pois revela as múltiplas dimensões da realidade vivida, especialmente em contextos marcados por desigualdades.

Nesse arcabouço metodológico, a categorização dos dados, conforme destaca Gil (2002), permite organizar as informações em temas específicos, facilitando a interpretação dos fenômenos investigados. No caso desta pesquisa, as entrevistas e observações de campo forneceram subsídios para compreender as práticas agrícolas e as estratégias comunitárias voltadas para a sustentabilidade. A interpretação desses dados, aliada ao referencial teórico adotado, possibilitou uma análise mais ampla das dinâmicas socioambientais do assentamento, contribuindo para a formulação de propostas que fortaleçam a autonomia dos agricultores e a preservação dos recursos naturais.

Por outro lado, a pesquisa quantitativa se destaca pelo uso de métodos estatísticos para a análise de dados, ao permitir a formulação de modelos que

descrevem e explicam fenômenos sociais e educacionais. De acordo com Rodrigues, Oliveira e Santos (2021), essa abordagem baseia-se na quantificação das informações coletadas, utilizando instrumentos padronizados como questionários e testes, o que possibilita a obtenção de resultados objetivos e generalizáveis.

Ao contrário da pesquisa qualitativa, que enfatiza a subjetividade e a interpretação dos significados, a pesquisa quantitativa adota uma postura mais sistemática e estruturada. Segundo Rodrigues, Oliveira e Santos (2021), essa metodologia permite mensurar com precisão as variáveis investigadas, ao garantir a confiabilidade dos resultados por meio de técnicas estatísticas rigorosas. Além disso, a utilização de grandes amostras e procedimentos replicáveis favorece a validação científica dos achados, o que torna essa abordagem essencial para a produção de conhecimento.

A esse respeito, Rodrigues, Oliveira e Santos (2021, p. 165) afirmam que “a pesquisa quantitativa pode ser empregada para quantificar perfis populacionais, indicadores socioeconômicos, preferências e comportamentos dos indivíduos”. Essa afirmação reforça a importância da quantificação na produção científica, uma vez que a análise estatística permite identificar padrões e tendências que poderiam passar despercebidos em abordagens exclusivamente qualitativas. Dessa forma, a pesquisa quantitativa contribui significativamente para o avanço da ciência ao fornecer dados concretos e mensuráveis, além de se complementar metodologicamente com a pesquisa qualitativa.

Seguindo com os estudos de Gil (2002, p. 41), podemos considerar que:

As pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p. 41).

Nessa linha metodológica, as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal aprofundar a compreensão do problema em questão, para torná-lo mais claro ou formular hipóteses relevantes. Essas pesquisas buscam aumentar a familiaridade com o tema em questão, fornecendo informações valiosas que podem orientar investigações mais aprofundadas no futuro. Com uma abordagem flexível e aberta, os pesquisadores exploratórios têm a liberdade de considerar uma grande

variedade de aspectos relacionados ao fenômeno em questão, o que torna possível uma análise mais ampla e uma compreensão mais abrangente do problema em questão (Gil, 2002).

Alinhada a essa compreensão, podemos inferir que as pesquisas descritivas têm como cerne principal descrever as características de uma população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis relevantes. Assim, uma grande variedade de estudos pode ser enquadrada, com uma característica marcante: a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas (Gil, 2002).

A análise e coleta de dados para a realização da pesquisa seguiram um conjunto de procedimentos metodológicos que envolveram tanto fontes secundárias quanto a coleta direta de informações no campo. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental, permitindo o acesso a uma ampla gama de fontes, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações e relatórios governamentais disponibilizados por órgãos como IBGE, INCRA, IMESC e IPEA. Esses documentos fornecem informações essenciais sobre as mudanças ambientais e socioeconômicas na região centro-sul do Maranhão, além de dados específicos sobre o assentamento Vera Cruz e suas práticas agrícolas. A sistematização desses materiais foi fundamental para embasar teoricamente a pesquisa e contextualizar os desafios enfrentados pelos camponeses na região.

Seguindo a recomendação de Gil (2002), a análise dos dados foi conduzida por meio da triangulação metodológica, garantindo maior rigor e confiabilidade aos resultados obtidos. Corroborando com essa perspectiva, Almeida (2016) afirma que a triangulação metodológica é uma abordagem de pesquisa que utiliza múltiplos métodos para coletar dados e obter uma compreensão mais completa e detalhada do fenômeno em estudo. Essa estratégia permite combinar diferentes perspectivas e técnicas, enriquecendo a análise e aumentando a validade dos resultados.

Após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFNT (CAAE: 82807724.3.0000.0342) e o parecer encontra-se anexado ao final desta dissertação, foram realizadas visitas ao assentamento Vera Cruz para a coleta de dados primários. Nessas visitas, foram aplicados questionários semiestruturados e entrevistas, priorizando agricultores e líderes comunitários. O objetivo foi compreender melhor as percepções dos moradores sobre as práticas agrícolas, os desafios enfrentados no cotidiano da produção e as relações sociais

previstas no assentamento. A observação direta também foi empregada, como interações entre os assentados, suas práticas de uso da terra ou desafios enfrentados e estratégias de adaptação ao meio. Além disso, possibilita a verificação de aspectos que podem não ser completamente captados por meio de entrevistas ou questionários, como gestos, rotinas e padrões espaciais do território.

Além da coleta de depoimentos e percepções dos moradores, foi realizado um mapeamento da cobertura vegetal e do uso da terra, como lavouras, pastagens, cursos d'água, entre outros aspectos físicos presentes no assentamento Vera Cruz. Para isso, foram utilizados Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), como *QGIS* e *Google Earth*, além de mapas fornecidos pelo INCRA e IMESC. A integração dessas informações permitiu compreender as transformações espaciais ocorridas na área e como os camponeses adaptaram suas práticas produtivas às condições locais.

A pesquisa de campo contou com a realização de 11 entrevistas com agricultores assentados, todos residentes no assentamento Vera Cruz, localizado no município de Grajaú, estado do Maranhão. A seleção dos participantes considerou os seguintes critérios: (i) residência fixa no assentamento; (ii) envolvimento direto com a produção agrícola; e (iii) disponibilidade para participar da pesquisa de forma voluntária. As entrevistas foram conduzidas presencialmente em maio de 2025, utilizando um roteiro semiestruturado composto por 21 perguntas. Os temas abordados incluíram a estrutura produtiva dos lotes, os principais cultivos, o acesso a crédito rural, a comercialização da produção e a percepção dos agricultores sobre a paisagem e as condições de vida no assentamento. Não foram identificadas lideranças locais formalmente constituídas no momento da coleta de dados. Todos os agricultores convidados aceitaram participar e responderam integralmente ao questionário.

A realização de 11 entrevistas decorreu do limite máximo de 20 entrevistas estabelecido no protocolo submetido e pelo parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFNT), aliado ao número de moradores que efetivamente se dispuseram a participar do estudo.

Os dados obtidos por meio dos questionários estruturados foram organizados em planilhas, permitindo a elaboração de tabelas de frequência e de cruzamentos entre variáveis socioeconômicas e produtivas. Esse processo de tabulação, conforme aponta Gil (2002), é indispensável para a ordenação e a síntese das informações, possibilitando a identificação de tendências e padrões que, de outra

forma, permaneceriam dispersos no material coletado. Dessa maneira, a tabulação dos dados quantitativos garantiu maior clareza à apresentação dos resultados e criou condições para a análise comparativa com outras fontes utilizadas.

No caso das entrevistas semiestruturadas, procedeu-se à transcrição e, posteriormente, à organização do material. Esse procedimento seguiu a lógica da pesquisa qualitativa descrita por Minayo (2004), na qual a leitura flutuante e o agrupamento dos conteúdos permitem evidenciar as regularidades, contradições e singularidades presentes nos discursos dos sujeitos. Assim, a tabulação qualitativa não se limita a contabilizar ocorrências, mas busca captar os sentidos atribuídos pelos assentados às suas práticas produtivas e à vivência no território.

Vale ressaltar que, durante a etapa de análise qualitativa, nem todas as entrevistas realizadas foram integralmente utilizadas, uma vez que algumas questões apresentaram baixa taxa de resposta entre os participantes, inviabilizando sua consideração sistemática nos resultados. Além disso, parte das respostas coletadas apresentou conteúdos repetitivos, refletindo percepções e experiências semelhantes entre os assentados. Diante disso, optou-se por selecionar e analisar trechos das entrevistas que melhor representassem a diversidade de perspectivas e que contribuíssem de forma efetiva para a compreensão do objeto de estudo, assegurando a consistência interpretativa e o rigor metodológico da pesquisa.

A análise dos dados foi realizada de forma articulada, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos em consonância com a abordagem quali-quantitativa da pesquisa. Os questionários possibilitaram a caracterização do perfil socioeconômico e produtivo das famílias, revelando tendências gerais no acesso a políticas públicas, na organização do trabalho e no uso da terra. Já as entrevistas permitiram aprofundar a compreensão dessas informações, na medida em que foram examinadas à luz da proposta de Minayo (2004), que entende a análise como um processo dialético entre teoria e empiria.

Desse modo, a interpretação dos resultados não se restringiu à descrição dos dados, mas buscou estabelecer conexões entre os achados empíricos e o referencial teórico mobilizado, conforme sugere Gil (2002). Esse movimento possibilitou compreender de maneira mais ampla a realidade investigada, evidenciando as condições objetivas e as percepções subjetivas que estruturam a vida e a produção no assentamento Vera Cruz.

Por fim, a metodologia adotada neste estudo permitiu uma abordagem detalhada das dinâmicas socioespaciais do assentamento Vera Cruz, combinando técnicas de coleta de dados que incluem levantamento bibliográfico, entrevistas semiestruturadas e análise espacial por meio de geoprocessamento. A triangulação metodológica possibilitou uma compreensão mais ampla da relação entre o uso da terra, a soberania alimentar e as estratégias camponesas de resistência. Assim, com os procedimentos aqui descritos, a pesquisa avança para a apresentação e discussão dos resultados, nos quais os dados coletados foram analisados à luz do referencial teórico, buscando contribuir para o debate sobre os desafios e potencialidades dos assentamentos rurais no Brasil.

Conforme orientação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado na pesquisa foi incluído como apêndice, com o objetivo de demonstrar a condução ética da coleta de dados. Ressalta-se, no entanto, que sua inclusão não é obrigatória, sendo uma escolha da pesquisadora para fins de transparência e rigor metodológico.

6. RESULTADOS E ANÁLISE

6.1 A Geografia do Vera Cruz: espaço, vida e permanência

A descrição detalhada do assentamento Vera Cruz é essencial para entender as dinâmicas territoriais, socioeconômicas e ambientais que o caracterizam. Esta análise fornece o contexto necessário para a pesquisa, auxiliando na interpretação dos dados e na validação dos resultados. Ao examinar os aspectos históricos, geográficos e produtivos do assentamento, este estudo oferece uma visão abrangente da área, conectando a história da comunidade aos desafios de sua consolidação. Além disso, a análise prévia desses elementos ajuda a identificar padrões de ocupação, formas de organização social e relações entre os moradores e o território, permitindo uma análise crítica dos processos em andamento.

Essa etapa também é crucial para fundamentar metodologicamente a pesquisa, fornecendo um referencial descritivo que se alinha com a literatura acadêmica e os dados secundários disponíveis. Assim, a descrição não apenas contextualiza os resultados da investigação, mas também auxilia na formulação de perguntas mais específicas, permitindo uma análise mais aprofundada ao longo do estudo.

O município de Grajaú conquistou sua emancipação política em 07 de abril de 1881, estando situado na Região Geográfica Intermediária de Imperatriz e na Região Geográfica Imediata de Barra do Corda. O município, com uma área de 8.831 km², possui uma população de aproximadamente 78.872 habitantes e uma densidade demográfica de 8,7 hab/km², conforme dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022). Seus limites territoriais são: ao Norte, os municípios de Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú e Arame; ao Sul, Formosa da Serra Negra; a Leste, Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras; e a Oeste, Amarante do Maranhão e Sítio Novo.

Nos registros fotográficos a seguir (Figura 4), na primeira imagem, observa-se uma área cultivada próxima às residências, com vegetação diversificada e cercas simples, indicando práticas de agricultura de subsistência. A segunda imagem mostra uma das ruas principais do assentamento Vera Cruz, com casas alinhadas à via de terra batida, vegetação abundante e postes de energia, compondo a paisagem do cotidiano local. Já a terceira imagem destaca a igreja católica da comunidade, uma construção de porte expressivo que se destaca entre as moradias,

evidenciando a presença da religiosidade como elemento central na vida coletiva do assentamento.

Figura 4 - Paisagens e elementos do cotidiano no assentamento Vera Cruz



Fotos: A autora (2025)

O assentamento Vera Cruz conta com duas igrejas, uma católica e outra evangélica, uma escola estadual que oferece os ensinamentos fundamental e médio (Anexo - Escola Estadual Pastor José Pires), e uma Unidade Básica de Saúde (UBS) (Figura 5), que, segundo relatos de moradores a partir das entrevistas, atende adequadamente às demandas da comunidade. O abastecimento de água é realizado por meio de um poço artesiano construído pela prefeitura; no entanto, a distribuição ocorre em dias alternados, sendo fornecida à população um dia sim e outro não.

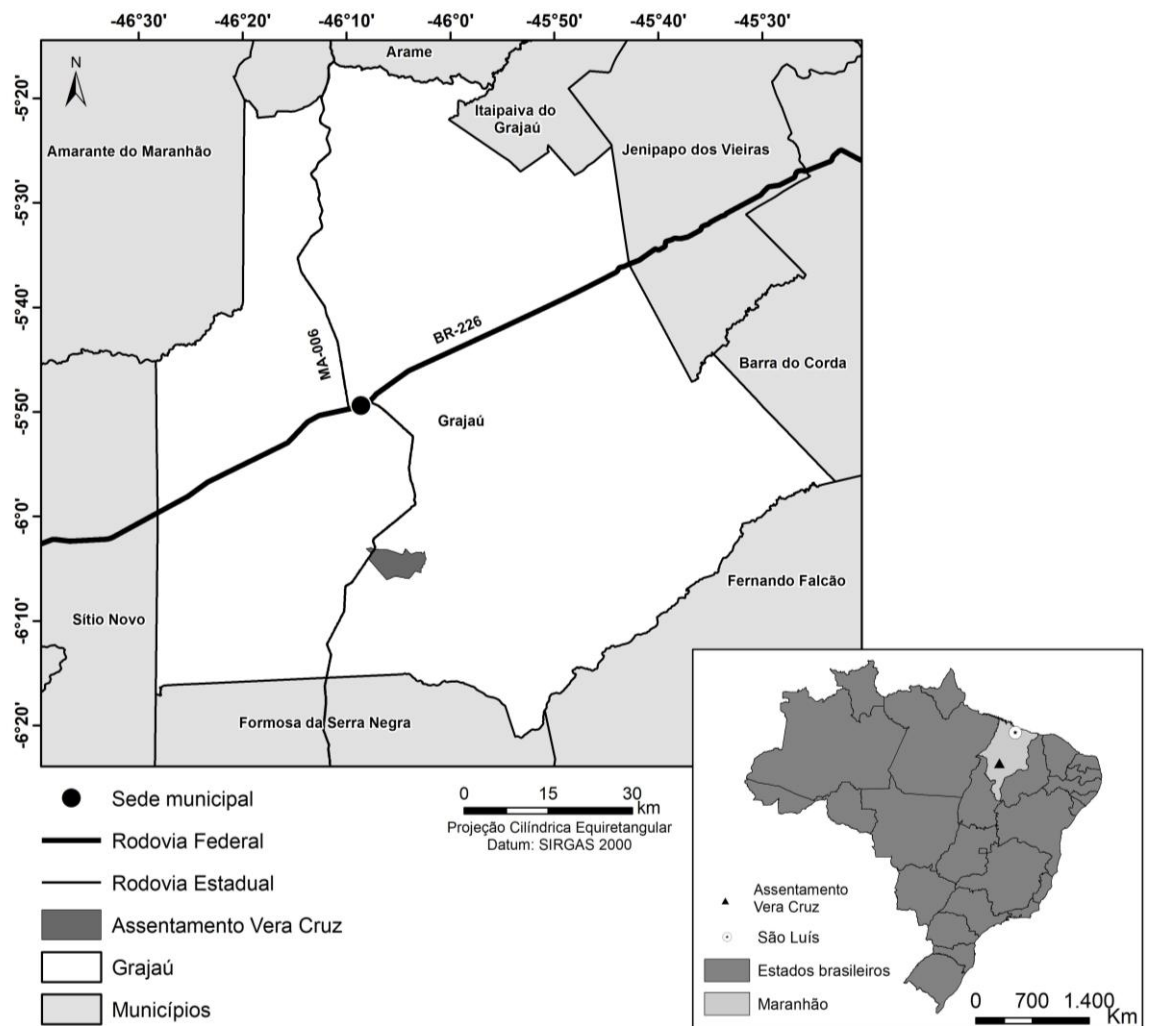
Figura 5 - Equipamentos sociais presentes no território (UBS e escola)



Fotos: A autora (2025)

O assentamento Vera Cruz está situado na zona rural de Grajaú (Figura 6), entre as cidades de Grajaú e Formosa da Serra Negra, a uma distância de 45 km e 35 km, respectivamente.

Figura 6 - Localização do assentamento Vera Cruz entre Grajaú e Formosa da Serra Negra, Maranhão



Elaboração: Os autores (2025)

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2011), o estado do Maranhão apresenta variações climáticas e pluviométricas devido à sua localização em uma zona de transição entre o clima semiárido do interior nordestino e o clima úmido equatorial da Amazônia, além de sua grande extensão no eixo norte-sul. Na porção oeste do estado, predomina o clima tropical quente e úmido (As), característico da região amazônica. Já nas demais áreas, o clima predominante é o tropical quente e semiúmido (Aw).

O território do Maranhão configura-se como uma ampla plataforma inclinada no sentido sul-norte, com declive suave em direção ao oceano Atlântico. O relevo atual da plataforma sedimentar maranhense apresenta formas típicas das litologias predominantes em bacias sedimentares. Submetida a longos ciclos de erosão, essa

plataforma respondeu de maneira distinta à ação dos agentes intempéricos, de acordo com a natureza, estrutura e composição das rochas, originando formas tabulares e subtabulares na paisagem. Os gradientes topográficos, determinados pelo alinhamento das estruturas litológicas, seguem predominantemente a orientação sul-norte. As maiores altitudes concentram-se ao sul, no topo da Chapada das Mangabeiras, na divisa com o estado do Tocantins, enquanto as menores altitudes localizam-se ao norte, nas proximidades do litoral (CPRM, 2011).

O relevo da região onde está localizado o município de Grajaú é composto pelo Planalto Ocidental Maranhense, marcado por morfoesculturas típicas do oeste do estado, com altitudes que atingem, em média, até 350 metros. Nessas áreas, há presença de planícies pontuadas por morros testemunhos. A drenagem local integra as bacias hidrográficas dos rios Mearim e Grajaú. A vegetação predominante é composta pela Floresta Estacional e pelo Cerrado, este último caracterizado por árvores de troncos e galhos retorcidos e com casca espessa (CPRM, 2011).

Segundo os dados do Serviço Geológico do Brasil (2011), o município de Grajaú está situado nos domínios da Bacia Sedimentar do Parnaíba, a qual se desenvolveu sobre riftes cambro-ordovicianos, incluindo os de Jaibaras, Jaguarapi, Cococi/Rio Jucá, São Julião e São Raimundo Nonato. Essa bacia abrange as supersequências Siluriana (Grupo Serra Grande), Devoniana (Grupo Canindé) e Carbonífero-Triássica (Grupo Balsas). Na região de Grajaú, o Grupo Balsas está representado pela Formação Sambaíba (T12s), de idade Triássica. O Grupo Mearim é evidenciado pelas formações Mosquito (J1βm) e Corda (J2c), do período Jurássico. Já o Cretáceo está presente por meio das formações Grajaú (K1g), Codó (K1c) e Itapecuru (K12it). Por fim, ocorrem também depósitos detrítico-lateríticos associados ao período Terciário.

O município de Grajaú está situado na bacia hidrográfica do rio Mearim, responsável pela drenagem de seu território. Tipicamente maranhense, o rio Mearim tem suas nascentes nas encostas da Serra da Menina, em uma área próxima à região limítrofe entre os municípios de Fortaleza dos Nogueiras, Formosa da Serra Negra e São Pedro dos Crentes, a aproximadamente 650 metros de altitude, onde é inicialmente conhecido como ribeirão Água Boa. Nessa mesma região, também nascem outros importantes cursos d'água, que alimentam os rios Grajaú, Parnaíba e Tocantins (CPRM, 2011).

6.2 Dinâmica do uso da terra e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz

A cobertura vegetal do assentamento Vera Cruz reflete a complexa interação entre os processos naturais do bioma Cerrado e as transformações decorrentes do uso antrópico da terra. Localizado em uma região marcada por forte presença de atividades agropecuárias, o assentamento abriga remanescentes importantes de vegetação nativa, como savana florestada, savana parque e savana arborizada, que coexistem com áreas destinadas à pecuária, agricultura e zonas de influência urbana. Essa configuração evidencia não apenas a diversidade ecológica do território, mas também as pressões ambientais resultantes da expansão produtiva, apontando para a necessidade de estratégias de manejo sustentável que conciliem preservação ambiental e o uso socioeconômico da terra pelos assentados.

A análise do uso e cobertura vegetal do Assentamento Vera Cruz em 2015 evidencia uma paisagem dominada por áreas de pastagens (45,57%), seguidas por formações de savana florestada (32,6%) e savana parque (13,7%), enquanto as áreas agrícolas são praticamente inexistentes. Essa configuração reflete um cenário típico de assentamentos localizados na transição entre as dinâmicas do Cerrado antropizado e as práticas agropecuárias de baixa intensidade, demonstrando uma ocupação da terra que ainda conserva importantes fragmentos de vegetação nativa, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Cobertura vegetal e uso da terra do assentamento Vera Cruz - 2015

Classe	Área Km²	hectares	Área (%)
Assentamento Vera Cruz	3.857,60	38,58	-
Agricultura	0,00	0,00	0,00
Água	0,02	1,97	0,05
Influência Urbana	0,20	20,05	0,52
Pecuária (pastagens)	17,58	1.757,99	45,57
Savana Arborizada sem floresta-de-galeria	2,91	290,94	7,54
Savana Florestada	12,58	1.257,69	32,60
Savana Parque sem floresta-de-galeria	5,29	528,97	13,71
Total	3.857,60	38,58	100,00

Fonte: Datum Sirgas (2000)
Elaboração: A autora (2025)

Conforme a abordagem sistêmica de Bertrand (2004), a paisagem deve ser compreendida como resultado da interação entre os elementos naturais e as ações humanas em constante transformação. No contexto do Vera Cruz, o predomínio das

pastagens representa a materialização da ação antrópica sobre o meio natural, onde a conversão de áreas de cerrado em pastagens traduz a busca por um uso produtivo imediato da terra, ainda que em detrimento de parte da vegetação original. Essa alteração no sistema paisagístico reflete a fase inicial de consolidação do assentamento, quando o manejo da terra prioriza a subsistência e a criação de gado como atividade de menor risco econômico.

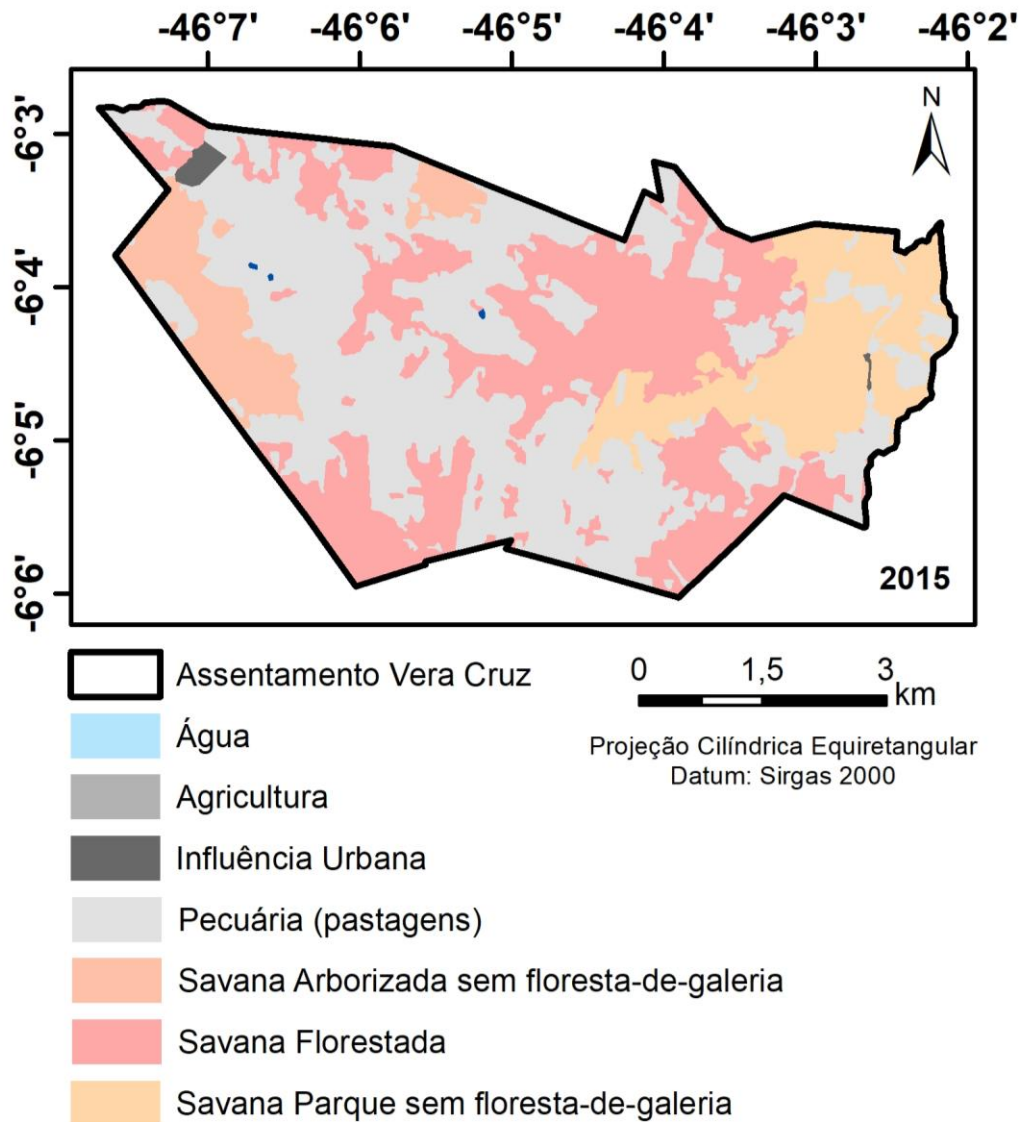
A presença expressiva das formações savana florestada e savana parque, que somam aproximadamente 46% da área total, indica, por outro lado, um relativo equilíbrio ecológico, evidenciando que o processo de antropização ainda não comprometeu totalmente a estrutura natural do território. Sob a ótica de Milton Santos (2006), o espaço geográfico é resultado da articulação entre sistemas de objetos e de ações. Assim, a coexistência de áreas preservadas e degradadas demonstra o caráter híbrido da paisagem camponesa, onde os assentados constroem o espaço a partir de suas condições técnicas e sociais, adaptando o território às suas necessidades produtivas e de sobrevivência.

Essa leitura também se alinha à concepção de Porto-Gonçalves (2004), ao compreender o território como espaço de conflito e resistência. No assentamento Vera Cruz, o mosaico de usos expressa tanto as limitações materiais dos camponeses, que dispõem de poucos recursos para expandir a agricultura diversificada quanto sua resistência frente ao avanço das lógicas do agronegócio. A manutenção de grandes extensões de vegetação nativa não é apenas um resquício ecológico, mas também uma estratégia territorial que assegura recursos naturais essenciais à reprodução social e produtiva das famílias assentadas.

Portanto, a paisagem de 2015 revela uma fase de transição, em que predominam usos extensivos e baixa intensificação agrícola, coexistindo com uma vegetação nativa ainda significativa. Essa configuração espacial traduz a relação dialética entre conservação e produção, típica dos assentamentos rurais do Cerrado maranhense, e evidencia a capacidade camponesa de moldar a paisagem segundo uma lógica de sobrevivência e de manutenção da vida no campo. Sob a ótica da soberania alimentar, a ausência de áreas agrícolas expressivas aponta para desafios no fortalecimento da produção de alimentos, ressaltando a importância de políticas públicas de apoio à diversificação produtiva e à adoção de práticas agroecológicas sustentáveis.

O mapa apresenta a classificação do uso e cobertura da terra no assentamento Vera Cruz no ano de 2015 (Figura 7), com base em imagens georreferenciadas (Datum: SIRGAS 2000). A área mapeada evidencia uma paisagem marcada por diversas formas de uso, como agricultura, pecuária (pastagens), influência urbana e corpos hídricos, além da presença significativa de fitofisionomias do bioma Cerrado, como a savana arborizada, savana parque e savana florestada. A diversidade de classes de uso evidencia a complexidade socioambiental do assentamento, refletindo tanto dinâmicas antrópicas quanto elementos naturais ainda preservados.

Figura 7 - Uso e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz – 2015



Entre 2015 e 2025, observa-se no assentamento Vera Cruz uma reconfiguração sutil da paisagem como mostra a Tabela 2, marcada pela redução das áreas de vegetação nativa e expansão das atividades agropecuárias e agrícolas. O uso da terra revela, portanto, a intensificação das práticas produtivas camponesas, acompanhada de uma reorganização espacial coerente com o processo de consolidação dos lotes e da busca por autonomia alimentar.

Tabela 2 - Uso e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz - 2025

Classe	hectares	Área Km²	Área (%)	Dinâmica 2015 - 2015
Agricultura	1,84	184,05	4,77	100,00
Água	0,19	19,48	0,51	89,89
Influência Urbana	0,42	42,23	1,09	52,52
Pecuária (pastagens)	17,67	1.766,76	45,80	0,50
Savana Arborizada sem floresta-de-galeria	1,31	130,59	3,39	-122,78
Savana Florestada	12,23	1.222,73	31,70	-2,86
Savana Parque sem floresta-de-galeria	4,92	491,75	12,75	-7,57
Total	3.857,60	38,58	100,00	-

Fonte: Datum Sirgas (2000)

Elaboração: A autora (2025)

O dado mais expressivo é o crescimento da área agrícola, que passou de 0 ha em 2015 para 184 ha em 2025, representando 4,77% do total do assentamento. Esse aumento indica o fortalecimento das práticas agrícolas familiares e está relacionado à incorporação gradual de áreas de cerrado a sistemas produtivos destinados à subsistência. Essa expansão reflete a tentativa das famílias de diversificar a produção e ampliar o autoconsumo, aspecto central na lógica camponesa e na promoção da soberania alimentar, conforme defendem Fernandes (2010) e Abramovay (2012).

Ao mesmo tempo, as áreas de pecuária (pastagens) mantiveram-se praticamente estáveis, oscilando de 45,57% para 45,80%. Essa permanência demonstra que a criação de gado continua sendo a principal estratégia econômica dos assentados, mas sem avanço significativo sobre novas áreas, o que sugere certo equilíbrio no uso do solo e uma adequação produtiva às condições locais de manejo. Entretanto, essa estabilidade numérica não exclui impactos ambientais pontuais, como o empobrecimento do solo e a fragmentação da cobertura vegetal.

Em contrapartida, as formações savana florestada e savana arborizada apresentaram redução expressiva. A savana arborizada caiu de 7,54% para 3,38% e a savana florestada, de 32,6% para 31,7%. Essa diminuição reflete o avanço gradual das áreas antrópicas, mas não caracteriza um desmatamento acelerado, o que reforça o papel da agricultura camponesa como modelo de uso moderado e adaptativo da terra. À luz de Bertrand (2004), essa transformação pode ser entendida como um processo de ajuste dinâmico da paisagem, onde os componentes naturais e sociais interagem dialeticamente para atender às demandas de produção e reprodução da vida.

A leve expansão da área urbana e de influência antrópica, que passou de 0,52% para 1,09%, revela o fortalecimento de estruturas comunitárias, como moradias, escola, igreja e comércio, essenciais à vida cotidiana do assentamento. Essa configuração reforça a concepção de Santos (2006), que interpreta o espaço geográfico como um sistema de objetos e ações, em que o uso do território é continuamente redefinido pelas práticas sociais e técnicas. No Vera Cruz, o território vai além do espaço físico produtivo: ele é também o lugar da vida coletiva, das relações de solidariedade e da reprodução cultural camponesa.

Sob a ótica de Porto-Gonçalves (2004), essa dinâmica de uso da terra representa o resultado concreto das disputas territoriais e da resistência camponesa. A permanência de cerca de 48% da área coberta por vegetação nativa indica que, apesar das pressões externas — econômicas, técnicas e políticas —, os assentados têm conseguido manter práticas de manejo compatíveis com a conservação ambiental, expressando uma territorialidade marcada pela resistência e pela busca por autonomia frente à lógica predatória do agronegócio regional.

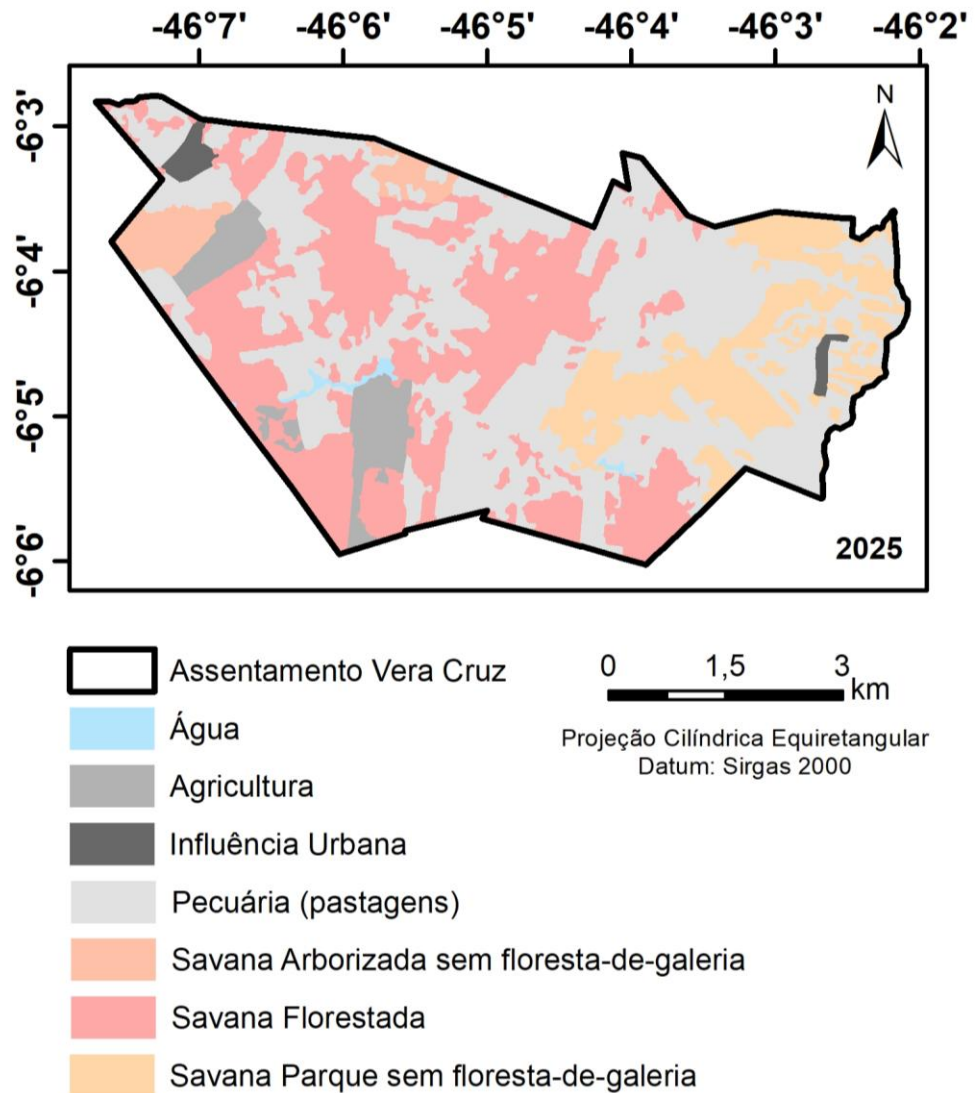
Portanto, entre 2015 e 2025, a paisagem do Assentamento Vera Cruz revela um território em consolidação, onde coexistem práticas produtivas de baixo impacto, fragmentos de cerrado preservado e uma crescente estrutura social camponesa. O equilíbrio entre produção e conservação reforça o caráter híbrido da paisagem, simultaneamente natural e social, e confirma o potencial dos assentamentos rurais como espaços de soberania alimentar, sustentabilidade e resistência frente à homogeneização imposta pelo capital agrário.

Essa análise, à luz da abordagem sistêmica de Bertrand (2004) e da leitura territorial de Santos (2006) e Porto-Gonçalves (2004), mostra que o Vera Cruz expressa uma paisagem viva, em transformação contínua, onde a natureza e a ação

humana se integram em um processo dialético de luta, adaptação e permanência no campo.

Com base na comparação entre os mapas de uso e cobertura da terra do assentamento Vera Cruz nos anos de 2015 e 2025, é possível identificar mudanças significativas no padrão de ocupação do território. Observa-se no mapa de 2025 (Figura 8) um avanço das áreas destinadas à agricultura e à pecuária (pastagens), principalmente sobre zonas que anteriormente eram ocupadas por formações naturais como savana florestada e savana parque.

Figura 8 - Uso e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz – 2025



Fonte: Datum Sirgas (2000); Elaboração: Os autores (2025)

A expansão da agricultura, em especial, sugere uma intensificação das atividades produtivas, possivelmente relacionada à ampliação do uso da terra para fins econômicos, o que pode estar associado a políticas de incentivo à produção ou à necessidade crescente de geração de renda pelas famílias assentadas. Em contrapartida, verifica-se uma retração das áreas de vegetação nativa, o que levanta preocupações quanto à conservação ambiental e ao equilíbrio ecológico local. Essas transformações indicam um processo contínuo de modificação do território, onde as dinâmicas socioeconômicas têm exercido forte influência sobre a paisagem natural do assentamento.

O assentamento Vera Cruz está situado em uma região com presença moderada de recursos hídricos superficiais, localizando-se a aproximadamente 3,6 km do córrego Bonito, que é de pequeno porte e a 9,8 km do rio Mearim, um dos principais cursos d'água da região, as distâncias foram obtidas por meio da ferramenta de medição do *Google Earth* (2025). Essa configuração geográfica indica que, embora o assentamento não possua nascentes ou corpos hídricos expressivos em seu interior, encontra-se em relativa proximidade de fontes externas de água, o que pode influenciar diretamente na disponibilidade hídrica para o uso agrícola, doméstico e pecuário. No entanto, a distância dessas fontes pode representar um desafio para o acesso cotidiano à água, especialmente em períodos de estiagem ou em áreas sem infraestrutura adequada para captação e armazenamento. Assim, torna-se essencial analisar como a comunidade local tem se apropriado desses recursos, bem como os impactos do uso e ocupação da terra sobre a conservação hídrica no território.

A agricultura é uma das principais atividades econômicas e de subsistência no assentamento Vera Cruz, refletindo o caráter rural e produtivo do território. Predominantemente voltada à agricultura camponesa, a produção agrícola se desenvolve em lotes individuais e, em alguns casos, em áreas coletivas, com foco em culturas tradicionais como milho, feijão e mandioca. A atividade está diretamente relacionada à ocupação e ao uso da terra, influenciando tanto a dinâmica socioeconômica quanto os aspectos ambientais da região, como a substituição de áreas de vegetação nativa por lavouras. Apesar da importância da agricultura para a soberania alimentar e a geração de renda das famílias assentadas, ainda são recorrentes os desafios relacionados à infraestrutura, acesso a crédito, assistência técnica e sustentabilidade das práticas produtivas.

Após a visita de campo, foi possível constatar que o assentamento Vera Cruz enfrenta uma grave carência de políticas públicas e de assistência técnica, especialmente por parte do INCRA. Desde a sua institucionalização, o órgão tem se ausentado da realidade local, deixando os assentados em situação de abandono. Essa negligência tem impactado diretamente a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias.

Grande parte dos assentados relatou a redução das áreas cultivadas e da criação de gado, e muitos estão desistindo completamente dessas práticas. Aqueles que ainda se dedicam à agricultura o fazem apenas para subsistência. No entanto, destacam que, na maioria das vezes, a produção não é suficiente para garantir o sustento da família até o próximo ciclo produtivo, obrigando-os a adquirir alimentos fora do assentamento.

As principais culturas desenvolvidas pelos assentados incluem arroz, milho, feijão, mandioca, fava, além de diversas frutas e hortaliças. A seguir, como forma de exemplificação, são apresentadas imagens (Figura 9) de plantações de mandioca e milho.

Figura 9 - Colagem de imagens de cultivos de mandioca e milho no assentamento Vera Cruz



Fotos: A autora (2025)

A presença de influência urbana no assentamento Vera Cruz, destacada no mapa de 2025 (Figura 8), reflete a crescente articulação entre o espaço rural do assentamento e os centros urbanos mais próximos, como os municípios de Formosa da Serra Negra, a aproximadamente 35 km, e Grajaú, a cerca de 45 km de distância, conforme já mencionado anteriormente. Essa conexão é intensificada pela MA-006, única rodovia da região, que atravessa o território assentado e funciona como eixo estruturador da mobilidade e do escoamento de produção, além de facilitar o acesso a serviços urbanos.

Embora o assentamento Vera Cruz esteja geograficamente afastado dos núcleos urbanos, a rodovia MA-006 atua como vetor de integração, favorecendo a circulação de pessoas, mercadorias e informações, e gerando impactos diretos na dinâmica territorial. Tais efeitos se traduzem, por exemplo, na pressão por ocupação de áreas próximas à estrada, na ampliação do acesso a bens de consumo urbanos e

na transformação dos modos de vida das famílias assentadas, tornando o território progressivamente mais híbrido, tensionado entre a permanência rural e as influências do urbano.

A atividade pecuária no assentamento Vera Cruz ocupa uma função determinante na dinâmica de uso da terra, refletida pela expressiva presença de áreas destinadas a pastagens, especialmente no mapa de 2025. A expansão dessas áreas ao longo da década sugere uma intensificação da criação de gado como estratégia de subsistência e geração de renda para os assentados. No entanto, essa ampliação ocorre, em parte, sobre áreas anteriormente cobertas por vegetação nativa, indicando um processo de conversão do uso do solo com possíveis implicações ambientais, como a compactação do solo, perda de biodiversidade e pressão sobre os recursos hídricos (Reis; Machado, 2024).

Segundo Reis e Machado (2024), o manejo inadequado das gramíneas nas áreas de pastagem pode causar erosões, assoreamento dos cursos d'água e perda dos horizontes do solo, favorecendo a diminuição de sua fertilidade ao longo do tempo. Além disso, a ausência de práticas conservacionistas em áreas próximas a cursos d'água tem favorecido processos de assoreamento, comprometendo a integridade hídrica do território assentado e afetando a disponibilidade de água tanto para o consumo humano quanto para a manutenção dos ecossistemas locais. Diante disso, torna-se fundamental refletir sobre a necessidade de adoção de práticas sustentáveis e integradas ao contexto socioeconômico das famílias assentadas.

As savanas caracterizam-se pela dominância compartilhada das sinúsias arbórea e herbácea. A sinússia arbórea apresenta árvores de porte médio ou baixo (de 3 a 10 m), em geral espaçadas e com copas amplas, de esgalhamento baixo. A sinússia herbácea é praticamente contínua, formando um tapete entre as árvores e arbustos. Na sinússia herbácea predominam caméfitos, hemicriptófitos, geófitos e terófitos (IBGE, 2012).

A presença de savana arborizada no assentamento Vera Cruz, sem a ocorrência de florestas de galeria ao longo dos cursos d'água, levanta importantes reflexões sobre os processos de uso e transformação do território. A ausência dessas formações ciliares, que exercem funções ecológicas essenciais como a proteção dos solos e a regulação hídrica, pode estar relacionada ao avanço da pecuária e à conversão das margens em áreas de pastagem ou lavoura. Esse tipo

de interferência compromete a estrutura ecológica do Cerrado, reduz a biodiversidade e acentua processos de assoreamento e erosão, enfraquecendo os mecanismos naturais de resiliência do ecossistema local.

As imagens a seguir (Figura 10) permitem visualizar diferentes expressões da paisagem no assentamento, revelando tanto a presença da natureza quanto os espaços produzidos pela ação humana. Conforme Bertrand (2004), a paisagem deve ser compreendida como resultado da interação dinâmica entre elementos naturais e sociais, constituindo-se em uma síntese visível das relações estabelecidas pelos sujeitos em seu território. Nesse sentido, observar as paisagens do assentamento possibilita compreender não apenas a materialidade do espaço, mas também os significados simbólicos e afetivos atribuídos pelos moradores em seu cotidiano.

Figura 10 - Paisagens do assentamento: entre a sociabilidade e a natureza cotidiana



Fotos: A autora (2025)

As imagens retratam duas dimensões da paisagem no assentamento: de um lado, a presença do espaço socialmente produzido, representado pelo campo de futebol, e de outro, a paisagem natural marcada pela vegetação nativa ainda preservada em alguns trechos. Essa justaposição expressa, como lembra Bertrand (2004), a natureza híbrida da paisagem, que não pode ser reduzida apenas à sua materialidade, mas deve ser entendida como resultado da interação contínua entre processos naturais e ações humanas. Nesse sentido, Santos (2006) reforça que a paisagem é o ponto de encontro entre materialidades e temporalidades, carregando marcas da história, da cultura e das práticas sociais que a produzem e transformam.

No primeiro registro, o campo de futebol simboliza a apropriação coletiva do espaço, um território de convivência que ultrapassa a lógica produtiva da terra e se insere na dimensão cultural e social da vida comunitária. Essa paisagem evidencia o papel do assentamento como lugar de sociabilidade, onde a prática esportiva se torna mediadora de relações e de pertencimento.

Já a segunda imagem evidencia a força da vegetação como elemento identitário da paisagem. A presença das árvores, sombreadas e frondosas, não apenas cumpre funções ecológicas, mas também expressa valores simbólicos, associados à memória, à beleza cíclica do “verdor” mencionado pelos assentados e ao sentimento de enraizamento no território. Assim, a paisagem natural compõe a base sobre a qual se ergue a vida social, reafirmando que, no assentamento, a experiência cotidiana resulta da dialética entre permanências naturais e transformações antrópicas.

6.3 Análise das entrevistas: percepções camponesas sobre terra, produção e soberania alimentar

As entrevistas realizadas com os moradores assentados no Vera Cruz constituem uma fonte central para compreender as práticas produtivas, as percepções sobre o uso da terra e os desafios enfrentados na busca pela soberania alimentar. A análise dessas falas permite articular a experiência concreta das famílias com o referencial teórico mobilizado, evidenciando tanto avanços quanto limites no processo de consolidação do assentamento. Os depoimentos revelam aspectos ligados à organização socioeconômica, ao manejo dos recursos naturais e às estratégias camponesas de produção de alimentos, fornecendo subsídios para

interpretar de que modo o território se estrutura e se projeta diante das condições impostas pelo contexto regional e pelas políticas públicas.

Entre os relatos, destaca-se o depoimento de um dos primeiros moradores do assentamento Vera Cruz (Entrevistado 4), que afirmou carregar uma relação de *“muita tristeza, desde o dia que aqui cheguei até hoje, isso já tem uns 23 anos...”*, desde sua chegada até o momento atual, após mais de 23 anos vivendo naquele território, inclusive antes de sua institucionalização pelo INCRA. Esse testemunho expressa não apenas a dimensão material das dificuldades enfrentadas, ausência de infraestrutura, carência de políticas públicas e precariedade produtiva, mas também a carga emocional acumulada ao longo do tempo.

Tal percepção confirma as análises de Bergamasco (1997), ao enfatizar que a conquista da terra, embora simbólica e necessária, não garante automaticamente melhores condições de vida, sobretudo quando descolada de investimentos sociais e produtivos. Além disso, a narrativa do entrevistado remete às discussões de Fernandes (2010), para quem a luta pela terra é parte de um processo histórico mais amplo que não se encerra com a conquista do lote, e de Fernandes (2012), ao evidenciar que a territorialização camponesa se constrói em meio a contradições que expõem tanto avanços quanto limites na permanência no campo.

Outro relato significativo é o da Entrevistada 3, que vive há 13 anos no assentamento Vera Cruz e cuja trajetória é marcada pela perda do marido, *“que morreu de tanto jogar veneno pros outros”*, conforme relatou. Hoje, sozinha com três filhos, afirma não plantar mais nada e depender do auxílio do Bolsa Família para garantir a subsistência: *“às vezes penso em ir ‘mimbora’ daqui, mas pra onde eu ia? Não planto mais nada aqui, tudo que consumo é comprando fora com a ajuda dos ‘600’ do meu Bolsa Família”*.

Essa narrativa evidencia duas questões centrais. A primeira refere-se à vulnerabilidade das famílias assentadas diante do modelo agrícola dependente do uso intensivo de agrotóxicos, que compromete não apenas o meio ambiente, mas também a saúde dos trabalhadores, como destacam Miranda *et al.* (2018). A segunda está relacionada à fragilidade econômica e produtiva, em que a ausência de condições para manter uma produção própria leva à dependência do mercado e de programas de transferência de renda, confirmando a análise de Bergamasco (1997) sobre as limitações estruturais que persistem nos assentamentos quando não acompanhados de políticas públicas efetivas de desenvolvimento rural.

A Entrevistada 2, que vive há cerca de sete anos no assentamento Vera Cruz, traz um relato marcado por um tom mais otimista em relação ao seu cotidiano. Ela afirma: *“gosto daqui, moro aqui com meu marido e dois dos meus três filhos... inclusive o outro formou agora, lá na sua faculdade também... meu marido ainda planta umas coisinhas, arroz, feijão, mandioca... que dá pra ir mantendo, e quando falta a gente compra ali em Grajaú ou em Formosa mesmo, já que minha mãe mora lá”*. Sua experiência evidencia a coexistência de estratégias de produção camponesa, centradas no cultivo de alimentos básicos para o autoconsumo, com práticas de complementação no mercado local, garantindo a reprodução familiar.

Além disso, a menção à formação de um dos filhos no ensino superior reforça o papel do assentamento não apenas como espaço de produção, mas também como território de permanência e de projeção social, alinhando-se à perspectiva de Fernandes (1996) sobre a territorialização camponesa como processo que articula a luta pela terra à construção de novas condições de vida para as famílias assentadas.

Ao ser questionada sobre a paisagem do assentamento, a Entrevistada 2 destacou sua percepção estética e afetiva do espaço vivido: *“eu acho uma paisagem bonita, quando é no inverno, fica tudo verdinho e fica mais bonito... gosto demais dessas árvores aqui de frente da casa”*. Esse olhar revela uma dimensão simbólica que transcende a função produtiva do território, aproximando-se da compreensão de Bertrand (2004), para quem a paisagem constitui um sistema dinâmico em constante transformação, resultado das interações entre elementos naturais e sociais. A valorização do ciclo das estações e das árvores próximas à moradia mostra como os sujeitos atribuem sentidos particulares ao espaço, que não se reduz a sua materialidade, mas incorpora vivências e significados.

Nesse mesmo sentido, Santos (2006) ressalta que a paisagem deve ser entendida como o conjunto de formas visíveis, expressão de diferentes tempos e práticas sociais sedimentados no espaço. Ao reconhecer a beleza do ambiente vivido, a entrevistada não apenas descreve um aspecto físico, mas projeta sobre ele memórias, afetos e identidades, revelando como a paisagem é também construção social. Assim, mais do que cenário, o assentamento é experienciado como espaço de pertencimento, onde o natural e o humano se entrelaçam na produção de vínculos e significados.

O entrevistado 6, agricultor residente no assentamento há mais de uma década, descreve sua rotina de trabalho com simplicidade e realismo, destacando tanto as dificuldades quanto o valor simbólico da produção agrícola. Em seu relato, ele comenta:

“Olha, a gente planta o que dá pra plantar... tem o arroz, o feijão, a mandioca e umas fruteiras que a gente foi cuidando com o tempo. Não é muita coisa, mas é o suficiente pra ir mantendo a casa, né? O que sobra, quando sobra... a gente vende ou troca com os vizinhos. Aqui é assim, um ajuda o outro. O difícil é quando falta apoio, porque sem assistência e sem crédito, a gente faz o que pode com o que tem. Mesmo assim, gosto de ver tudo verdinho depois da chuva...é quando a terra parece que se alegra junto com a gente.”

O relato do entrevistado 6 permite compreender a produção agrícola do assentamento não apenas como uma atividade econômica, mas como um conjunto de práticas profundamente ligadas à vivência cotidiana, à cooperação comunitária e à construção de significado em relação à terra. Ele evidencia a diversidade e a adaptabilidade das práticas agrícolas, destacando cultivos tradicionais como arroz, feijão, mandioca e fruteiras, que combinam subsistência e comércio local. A fala também ressalta a importância do apoio institucional — ou da falta dele — na dinâmica produtiva, mostrando como a ausência de crédito e assistência limita, mas não paralisa, a capacidade de manejo da terra.

Além disso, o entrevistado atribui valor simbólico ao cultivo, associando o verde renovado da plantação à vitalidade e à alegria compartilhada, indicando que a paisagem agrícola se constrói tanto pelos esforços humanos quanto pelo sentido emocional que os próprios moradores atribuem a ela. Essa perspectiva reforça a compreensão da paisagem do assentamento como um espaço de interações contínuas entre natureza, trabalho e comunidade.

O quadro apresentado logo a seguir (Quadro 1) evidencia a diversidade socioeconômica dos moradores do assentamento Vera Cruz, destacando aspectos como idade, tempo de moradia, escolaridade, composição familiar, fontes de renda e participação em programas sociais. A idade dos entrevistados varia entre 39 e 73 anos, o que revela uma população relativamente envelhecida, onde a força de trabalho encontra-se em parte comprometida. Esse dado se articula à média de tempo de moradia, que vai de 6 a 23 anos, indicando tanto a permanência consolidada de algumas famílias quanto a presença de moradores mais recentes.

No que se refere à escolaridade, prevalecem níveis baixos: predominam o Ensino Fundamental incompleto e o Ensino Médio incompleto, com apenas dois entrevistados apresentando Ensino Médio completo. Esse perfil educacional limitado impacta diretamente nas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e na diversificação das estratégias de renda.

Quadro 1 - Perfil socioeconômico dos entrevistados do assentamento Vera Cruz

Entrevistado	Idade	Sexo	Tempo de moradia (anos)	Escolaridade	Composição familiar	Fonte principal de renda	Participação em programas sociais
1	39	F	6	EM completo	4 pessoas	Comerciante	Não
2	44	F	7	EM incompleto	4 pessoas	Bolsa Família	Sim
3	45	F	13	EM incompleto	4 pessoas	Bolsa Família	Sim
4	73	M	23	EF incompleto	2 pessoas	Aposentadoria rural	Sim
5	44	F	20	EM completo	6 pessoas	Bolsa Família	Sim
6	49	F	18	EM completo	3 pessoas	Bolsa Família	Sim
7	57	M	10	EF incompleto	5 pessoas	Comerciante	Não
8	46	F	11	EF completo	5 pessoas	Bolsa Família	Sim
9	65	M	14	EF incompleto	4 pessoas	Aposentadoria rural	Sim
10	58	M	8	EF completo	3 pessoas	Pecuária	Não
11	67	M	17	EF incompleto	5 pessoas	Aposentadoria rural	Sim

Fonte: Trabalho de campo (2025)

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio.

As fontes de renda concentram-se, majoritariamente, em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, além de aposentadorias rurais e pequenas atividades agropecuárias ou comerciais. A centralidade dos programas sociais é evidente, já que 8 dos 11 entrevistados afirmam ser beneficiários, revelando a dependência dessas políticas públicas para a reprodução social das famílias. Em paralelo, observa-se que as famílias variam entre 2 e 6 membros, o que reforça a heterogeneidade na estrutura familiar, mas também indica a persistência de arranjos coletivos que buscam assegurar a sobrevivência.

Dessa forma, a análise do quadro confirma que a realidade socioeconômica dos assentados é marcada pela baixa escolaridade, dependência de políticas de assistência social e por estratégias de reprodução baseadas em atividades de pequena escala. Esse cenário evidencia os limites estruturais enfrentados pelas famílias assentadas, mas também a importância dos programas sociais e da solidariedade comunitária como elementos de permanência no território.

Após a análise da paisagem no assentamento Vera Cruz, torna-se fundamental compreender como ela se materializa nas práticas produtivas realizadas pelas famílias assentadas. A configuração atual da paisagem resulta diretamente do uso da terra para a agricultura, sendo esse uso profundamente vinculado à reprodução social das famílias e às suas estratégias de permanência no território.

Nesse contexto, a produção de alimentos desempenha papel central não apenas na garantia da segurança alimentar, mas também na promoção da soberania alimentar, conceito que envolve o direito das comunidades de definir suas próprias formas de produção e consumo, com base em saberes locais e na preservação dos recursos naturais (Mendes; Gonçalves, 2023). A Tabela 3 sintetiza os principais cultivos agrícolas do assentamento, suas dimensões e destinações, evidenciando como a agricultura camponesa articula o trabalho humano, os recursos naturais e a organização comunitária na construção da paisagem.

Tabela 3 - Principais cultivos agrícolas e destinação da produção no assentamento Vera Cruz

Cultura	Nº de famílias que cultivam	Área média cultivada (ha)	Produção estimada (sacas/ano)	Destinação principal
Arroz	7	1,5	140	Autoconsumo e venda local
Feijão	6	1,0	70	Autoconsumo e troca
Mandioca	8	1,2	200	Autoconsumo e venda local
Milho	4	1,0	70	Ração animal e autoconsumo
Hortaliças	3	0,3	30	Venda local e autoconsumo
Frutíferas (caju,	5	0,5	50	Autoconsumo

banana, etc.)

Elaboração própria (2025);
Fonte: Trabalho de campo (2025).

A tabela mostra que a produção agrícola no assentamento é diversificada, característica central da agricultura camponesa, como descreve Fernandes (2012), em que a multiplicidade de cultivos está diretamente relacionada à busca pela autonomia produtiva e à redução da dependência do mercado externo. Culturas como mandioca, arroz e feijão se destacam por compor a base alimentar das famílias, sendo fundamentais para a segurança alimentar e para a geração de renda. A mandioca, por exemplo, cultivada por oito das onze famílias entrevistadas, tem parte da produção destinada à venda local, garantindo recursos financeiros para a aquisição de itens que não são produzidos no assentamento.

Os cultivos de feijão, hortaliças e frutíferas estão fortemente associados ao trabalho das mulheres, que desempenham papel determinante na manutenção da diversidade agrícola e na disseminação de saberes tradicionais. Segundo Altieri e Nicholls (2020), as mulheres do campo são essenciais na seleção de espécies e na preservação da biodiversidade, sendo guardiãs de práticas que fortalecem sistemas produtivos sustentáveis. Além disso, Vieira (2012) destaca o engajamento das mulheres nos movimentos sociais, como na Via Campesina, através de campanhas pela preservação das sementes crioulas, que representam resistência à privatização do patrimônio genético e à imposição de organismos geneticamente modificados pelas corporações transnacionais. Essa dimensão política também se faz presente no assentamento, ainda que de forma incipiente, por meio das práticas voltadas para a preservação das variedades tradicionais de feijão e frutíferas.

A produção voltada para a diversidade alimentar conecta-se diretamente à soberania alimentar, pois fortalece a autonomia das famílias em relação aos circuitos comerciais dominados pelo agronegócio e contribui para a valorização dos saberes locais. Entretanto, Mendes e Gonçalves (2023) alertam que, no Brasil, a segurança alimentar tem sido frequentemente tratada como um conceito guarda-chuva que, em certas circunstâncias, subordina a soberania alimentar às diretrizes nacionais de produção e abastecimento, limitando iniciativas autônomas dos assentamentos rurais. No caso do assentamento Vera Cruz, essa tensão se manifesta na dificuldade de acesso a políticas públicas que apoiem efetivamente a produção camponesa, como crédito rural e assistência técnica.

Por outro lado, cultivos como o milho assumem dupla função: complementam a dieta alimentar das famílias e servem como ração para os animais, evidenciando a integração entre agricultura e pecuária, típica dos sistemas agroecológicos em pequena escala. Essa dinâmica produtiva expressa o que Santos (2006) aponta sobre o território como condição, meio e resultado das práticas sociais, demonstrando como a produção agrícola não é apenas uma atividade econômica, mas um processo que constrói a paisagem e reafirma a identidade camponesa. Assim, a produção do assentamento se torna não só um meio de subsistência, mas também um ato político de resistência frente à mercantilização dos alimentos e à homogeneização produtiva imposta pelo agronegócio.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o uso da terra e a cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz, no município de Grajaú/MA, destacando as estratégias voltadas à produção de alimentos e à promoção da soberania alimentar. A partir do referencial teórico adotado, buscou-se compreender o assentamento como um território híbrido, resultado da interação entre elementos naturais e sociais, conforme propõe Bertrand (2004). Essa abordagem possibilitou identificar como a paisagem é continuamente transformada pelo trabalho humano e pelas práticas de resistência camponesa.

Os resultados demonstraram que o assentamento apresenta uma paisagem marcada por contrastes: áreas ainda preservadas coexistem com espaços degradados pelo uso intensivo da terra, refletindo tanto limitações estruturais quanto estratégias de reprodução social das famílias. A produção agrícola se revelou diversificada, com destaque para mandioca, arroz, feijão, milho, hortaliças e frutíferas, sendo em grande parte destinada ao autoconsumo, característica da agricultura camponesa que busca reduzir a dependência do mercado externo. Parte da produção, no entanto, também é direcionada à venda local, compondo estratégias complementares de geração de renda.

A análise do assentamento Vera Cruz demonstrou que a paisagem é um elemento central para compreender as relações entre a comunidade e o território. Mais do que um cenário, ela expressa o resultado histórico das interações entre natureza e sociedade, revelando tanto as marcas do trabalho camponês quanto os impactos das transformações ambientais. No assentamento, a paisagem traduz as lutas, adaptações e resistências cotidianas das famílias, refletindo a busca por permanência, identidade e equilíbrio entre produção e preservação.

As entrevistas revelaram percepções múltiplas sobre o assentamento, evidenciando sentimentos que oscilam entre a esperança na permanência no campo e a frustração diante das dificuldades enfrentadas no cotidiano. Questões como o envelhecimento da população, a falta de assistência técnica, a ausência de crédito rural e a precariedade da infraestrutura limitam a autonomia produtiva das famílias. Observou-se ainda a forte dependência de programas sociais, como o Bolsa Família, que asseguram a sobrevivência imediata, mas não são suficientes para consolidar a soberania alimentar.

A pesquisa evidenciou a relevância das mulheres na manutenção da diversidade agrícola e na salvaguarda dos saberes tradicionais, particularmente em cultivos como feijão, hortaliças e frutíferas. Sua atuação revela-se essencial nos processos de seleção de espécies e conservação da biodiversidade, configurando-se como elemento estruturante para a consolidação de sistemas produtivos sustentáveis. Ademais, o protagonismo feminino manifesta-se nas ações coletivas voltadas à defesa das sementes crioulas e à resistência às dinâmicas de concentração do mercado de sementes, que comprometem a diversidade genética e a autonomia dos sistemas camponeses.

Entretanto, persistem desafios estruturais significativos. A concentração fundiária, a expansão do agronegócio e a mercantilização dos alimentos configuram forças que ameaçam a autonomia dos assentamentos rurais. Embora haja avanços em termos de segurança alimentar, a soberania alimentar ainda é frágil e depende do fortalecimento da organização comunitária, da ampliação do acesso a políticas públicas estruturantes e da valorização das práticas agroecológicas que respeitem a cultura e a biodiversidade locais.

Esta pesquisa, primeira desenvolvida no estado do Maranhão pelo Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, tem relevância acadêmica e social ao trazer para o centro do debate as dinâmicas territoriais de um espaço historicamente marginalizado. O estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as realidades vividas pelas famílias camponesas e oferece subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam não apenas o acesso à terra, mas também a autonomia produtiva, a soberania alimentar e a justiça social no campo.

Considera-se que o objetivo proposto foi plenamente atingido, uma vez que a análise permitiu compreender de forma integrada a relação entre uso da terra,

paisagem e estratégias camponesas no assentamento Vera Cruz. Ao mesmo tempo, o trabalho abre novas possibilidades para pesquisas futuras, como estudos comparativos com outros assentamentos, investigações aprofundadas sobre políticas públicas para a agroecologia e análises longitudinais das transformações na paisagem.

Conclui-se que o assentamento Vera Cruz representa um espaço de resistência e construção coletiva, onde a paisagem materializa a luta cotidiana das famílias pela permanência no campo e pela produção de alimentos saudáveis e diversificados. A permanência dessas famílias na terra é, portanto, não apenas um ato de sobrevivência, mas uma afirmação política da importância da agricultura camponesa para a sociedade e para o futuro do desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito Além da Economia Verde**. São Paulo: Editora Planeta, 2012.
- ALBUQUERQUE, F. J. B.; COELHO, J. A. P. M.; VASCONCELOS, T. C. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 8, n. 1, p. 81-88, 2004.
- ALMEIDA, T. S. C. Triangulação de técnicas para coleta de dados em pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Textura**, Governador Mangabeira-BA, v. 9, n. 17, p. 107-117, jul - dez, 2016.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecology: challenges and opportunities for farming in the anthropocene. **Agronomy Journal**, v. 112, n. 3, p. 221-232, 2020.
- ALVES, F. D. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 48, p. 98-113. 2019.
- BRASIL. Serviço Geológico do Brasil – CPRM. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Grajaú, estado do Maranhão**. São Luís: CPRM, 2011. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/15482/1/rel-grajau.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Relatório identifica desafios na consolidação de assentamentos rurais no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/cgu-presente-relatorio-identifica-desafios-na-consolidacao-de-assentamentos-rurais-no-brasil?> .Acesso em: 5 mar. 2025.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-48, 1997.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?**. São Paulo: editora Brasiliense, 1996.
- BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: Esboço metodológico. Curitiba: **Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR**, 2004.
- BRITO, M. R.; BERALDO, J. M. G.; SOUSA, F. R. Agricultura familiar no Maranhão: uma análise a partir dos censos agropecuários de 2006 e 2017. **Research, Society and Development** v. 9, n. 9, 2020.
- CARDOSO, P. O.; DOULA, S. M.; NETO, A. F. Intervenções governamentais e a emergência de novos conflitos: o desafio da reprodução socioeconômica dos (re)assentamentos rurais. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7, n. 2, p. 93-116, 2018.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Formação do MST e a Luta pela Terra no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 6, p. 24–34, 2012.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B; WHITAKER, D. C. A. (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/565/1/Reforma%20agr%C3%A1ria%20e%20desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE EARTH. **Imagem de satélite da área do assentamento Vera Cruz, MA. Coordenadas: 6°00'00"S, 46°05'00"O**. Imagem capturada em 15 mar. 2015. Disponível em: <https://earth.google.com>. Acesso em: 14 abr. 2025.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Grajaú, Maranhão**. IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Municípios por bioma**. 2019. Disponível em: <https://dataimesc.imesc.ma.gov.br/series/884/show>. Acesso em: 28 de jan. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA); UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA); INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Caracterização socioeconômica e atlas dos projetos de assentamentos federais do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2024. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/47b768e7e594dfa6172b6bb00594c512.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Acesso à terra**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/acesso-a-terra>. Acesso em: 14 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas: espécies indicadoras**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 275 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2018. Disponível em: <https://ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a->

[discriminacao-lgbt/133-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/269-conselho-nacional-seguranca-alimentar-e-nutricional](https://www.gov.br/diccionario-lgbt/133-conselho-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/269-conselho-nacional-seguranca-alimentar-e-nutricional). Acesso em: 24 mar. 2025.

JALIL, L. M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009. 198f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

LEITE, Sérgio. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da Reforma Agrária no Brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 9, p. 144-158, 2006.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 2003.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 6–20, 2015.

MATTOS JUNIOR, J. S.; HESPANHOL, A. N. Assentamentos rurais: Construção e reconstrução de territórios no Maranhão. **Retratos de Assentamentos**, São Paulo, 2010.

MATTOS JÚNIOR, J. S.; ARAÚJO, J. R. G. Assentamentos rurais no maranhão: Territorialização ou (des) organização da produção familiar. **Outros Tempos**, São Luís. v. 2, p. 88-96, 2005.

MENDES, C.; GONÇALVES, J. R. Segurança e soberania alimentar: o caso brasileiro (1994-2015). **Caderno CRH**, Salvador, v. 36, p. 1-18, e023009, 2023.

MENDES, M. F. **Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso**. 2017. 235f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MINAYO, M. C. De S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Representantes da sociedade civil alertam sobre aumento de conflitos agrários**. 2013. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/representantes-da-sociedade-civil-alertam-sobre-aumento-de-conflitos-agrarios/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

MIRANDA, M. R. S. *et al.* Cobertura vegetal e uso da terra no assentamento Paiol-Brasil: subsídios para a conservação do Pantanal. **Revista Geografia**, v. 8, p. 1-15, 2018.

MORAES, L. E. P. de. Materialismo histórico e dialético: perspectivas metodológicas introdutórias. **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, p. e020196, 2021.

MOURÃO, J.; SOUZA, P.; SESSIM, M. **Assentamentos em Foco: Combate ao Desmatamento e Conservação na Amazônia**. Climate Policy Initiative, 2024. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/assentamentos-em-foco-combate-ao-desmatamento-e-conservacao-na-amazonia/>. Acesso em: 5 mar. 2025.

NASCIMENTO, J. C.; SODRÉ, R. B.; SOBREIRO FILHO, J.; MATTOS JUNIOR, J. S. de. Maranhão em face aos conflitos agrários: uma cartografia dos conflitos por terra (2001-2020). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 54, p. 1–18, 2024.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, L. F. C.; DE CASTRO, S. D. Soberania Alimentar. **Revista EVS - Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 311–320, 2013.

PIMENTA, J. A.; CARDOZO, M. J. P. B. O materialismo histórico-dialético: perspectiva metodológica para a pesquisa sobre políticas educacionais. **Temática**, v. 16, n. 10, p. 154–174, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **Revista Internacional Interdisciplinas INTERTHESIS**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1–55, 2004.

REIS, G. C.; MACHADO, C. A. Conservação e uso dos solos nas nascentes do córrego São Luiz, município de Formosa da Serra Negra (MA). **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 13, n. 31, p. 193–208, 2024.

RIBEIRO JUNIOR, J. A. S; OLIVEIRA, D. M. V; COSTA, S. B. Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense. **Geographia Opportuno Tempore**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 11–33, 2014.

ROCHA, R. G. O Processo de Ocupação do Sul do Maranhão: Dinamismo Econômico e Des(re)ordenamento Territorial. **InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 1, n. 1, p. 5–26, jan./jun. 2015.

RODRIGUES, S. J. D. **Organização camponesa em Balsas/MA e a expansão do agronegócio da soja: implicações e resistências no sul do Maranhão**. 2010. 124 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16689>. Acesso em: 18 fev. 2025.

RODRIGUES, T. D. F. F; OLIVEIRA, G. S; SANTOS, J. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

SALVARO, G. I. J.; LAGO, M. C. S.; WOLFF, C. S. "Mulheres agricultoras" e "mulheres camponesas": lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 1, p. 79-89, 2013.

SANTOS FILHO, R. N; PENHA, L. R. Reforma agrária como engodo: o balanço econômico do II Plano Nacional de Reforma Agrária no Assentamento Vera Cruz em Grajaú/MA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 2, n. 1, p. 139-151, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. C.; SILVA, R. F. B.; SOUSA, W. C. Impacto dos Assentamentos Rurais no Desmatamento da Amazônia. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018.

SCHNEIDER, S; GRISA, C. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, suplemento, p. 125-146, 2014.

SOARES, J. L. N. Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do Cerrado: o caso da região sul do Maranhão. **Revista NERA**, n. 13, p. 144–155, 2012.

SODRÉ, R. B.; ALMEIDA, J. G.; SOUSA, I. B. B. de; SOUZA, T. A. S. de; MATTOS JÚNIOR, J. S. de. As faces do agronegócio maranhense: uma análise da expansão agrícola e do aumento da violência no campo. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 599-622, 2019.

SOUZA, M. L.; ALENCAR, A.; PINTO, E.; CASTRO, I.; SALOMÃO, C.; PINHO, P.; SILVESTRINI, R.; CARVALHO, E. **Assentamentos Rurais da Amazônia: Diretrizes para a Sustentabilidade**. Amazônia 2030, 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AMZ2030-38.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025

STEDILE, J. P. **A Questão Agrária no Brasil: 50 Anos de Debates**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALÉRIO, V. J. O. Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos. **Retratos de Assentamentos**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 32-49, 2019.

VIEIRA, F. B. Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 15, n. 20, p. 58-82, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **A Agricultura Familiar e a Sustentabilidade no Brasil: Um Novo Paradigma?**. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Data:

Entrevistado(a):

Localização:

Nome e idade:

1. Qual é a sua função ou ocupação no assentamento?
() Agricultor(a) () Líder da comunidade () Outro (especificar):
2. Há quanto tempo você mora no assentamento Vera Cruz?
3. Você poderia contar, com suas palavras, como o assentamento começou e como foi o processo para viver aqui?
4. Como a sua família organiza o trabalho na terra? Vocês dividem o espaço entre roça, criação de animais, mata ou outras áreas?
5. Quais são as principais formas de ganhar a vida da sua família aqui no assentamento?
6. Quais os produtos que você costuma plantar na roça? () Milho () Mandioca () Feijão () Verduras () Frutas () Outros
7. Vocês criam algum tipo de animal? () Gado () Porco () Galinha () Outros – Para que finalidade? (comer, vender, etc.)
8. O que vocês fazem com o que produzem?
() Só para comer em casa () Para vender () Para trocar () Outro:

9. Como vocês vendem os produtos?
() Feira () Direto para vizinhos ou conhecidos () Programas do governo (como PAA ou PNAE) () Outro: _____
10. Alguma vez você conseguiu um empréstimo, financiamento ou ajuda de algum programa do governo, como o PRONAF? Como foi?
11. Alguém já te ajudou com orientação técnica ou ensinou formas de melhorar a produção? Quem ajudou? Funcionou?
12. Que cuidados você tem com o solo e com a terra? Usa adubo? Deixa a terra descansar? Faz rotação de culturas?
13. Você percebeu mudanças na terra, nas matas ou nas águas nos últimos anos? O que mudou e por que, na sua opinião?
14. Quando você olha para o lugar onde vive, o que você enxerga como paisagem? O que esse lugar representa para você?
15. A vegetação (plantas, árvores, capim) mudou por aqui no decorrer dos anos? O que mudou e por que você acha que aconteceu?

16. Essas mudanças no solo ou na vegetação atrapalharam sua roça ou o jeito de plantar?
17. Você conhece ou usa algum tipo de plantio que ajuda a natureza, como adubo orgânico, não usar veneno, plantar diferente para não cansar a terra?
18. Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta para plantar ou criar e manter a produção funcionando?
19. A produção da sua família dá conta da alimentação de todos ao longo do ano?
20. Você acha que a comunidade consegue se manter com o que planta e cria, sem depender muito de fora?
21. Quando você olha para o lugar onde mora e trabalha, como você vê esse lugar? O que ele representa para você? É bonito, triste, cheio de lembranças? Tem algo que te marca?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa sobre o **uso da terra e cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz/Maranhão: subsídios à produção de alimentos e soberania alimentar**. Esta pesquisa será realizada pela pesquisadora **Graciany Costa dos Reis**, do Curso de **Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais** da Universidade Federal do Norte do Tocantins do Centro de Ciências Integradas, sob orientação do Prof. Dr. **Maurício Ferreira Mendes**.

Nesta pesquisa, pretendemos, **analisar o uso da terra e a cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz, município de Grajaú, Maranhão, destacando estratégias para a produção de alimentos e a promoção da soberania alimentar através das práticas da agricultura camponesa associadas ao uso sustentável dos recursos naturais**. O motivo que nos leva a estudar este tema é a **necessidade de compreender como as práticas da agricultura camponesa, aliadas ao uso sustentável dos recursos naturais, podem promover a soberania alimentar e fortalecer a autonomia dos agricultores, especialmente em contextos de assentamentos rurais como o Vera Cruz, onde as mudanças de uso da terra e a pressão da agricultura convencional desafiam a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável**. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: **entrevistar os moradores que moram às margens do córrego e analisar quais práticas agrícolas são cultivadas na área**. A sua participação será voluntária e consiste em **esclarecer, a partir de entrevistas, a respeito das transformações na paisagem ambiental devido às práticas agrícolas como subsídios para a soberania alimentar na região**. A pesquisa contribuirá para **fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais efetivas em relação ao desenvolvimento rural e à soberania alimentar**.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e a qualquer tempo e sem quaisquer prejuízos. A sua participação é voluntária, e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados obtidos pela pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou qualquer dado, material ou registro que indique sua participação no estudo não será liberado sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização. Você também terá acompanhamento e assistência desta pesquisadora, durante todas as fases da pesquisa.

Ao participar desta pesquisa, o Sr.(a) poderá estar sujeito(a) a alguns riscos, como: **constrangimento, timidez, nervosismo, invasão da privacidade, incômodo, vergonha, irritabilidade, estresse, aborrecimento, cansaço**, dentre outros inerentes ao compartilhamento de informações pessoais e à divulgação de opiniões. É importante estar ciente de que seus dados podem ser utilizados para análises

estatísticas ou para outros fins relacionados à pesquisa. Por isso, é recomendado uma reflexão cuidadosa antes de fornecer qualquer informação ou opinião, garantindo assim sua segurança e privacidade durante todo o processo de participação.

Participando desta pesquisa, o Sr. (a) também estará sujeito (a) a uma série de benefícios que podem enriquecer sua experiência e gerar contribuições para a comunidade na qual está inserido. Além disso, sua contribuição ajudará a gerar conhecimento que pode beneficiar não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade em geral.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável em Araguaína/TO, e a outra será fornecida ao Sr.(a). Os dados, materiais e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos na sala **NUDEPS** do Curso **mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais** da UFNT e, após esse tempo, serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resoluções Nº 466/12; 441/11 e a Portaria 2.201 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, o(a) Sr (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFNT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Norte do Tocantins pelo telefone (63) 3416-5686/5696, pelo email: **cep@ufnt.edu.br**, ou Avenida Paraguai, s./n., esquina com a Rua Uxiramas, Sala do CEP, prédio do PPGLIT, sala 3 (piso superior) ou térreo, Centro de Ciências Integradas (CCI), Setor Cimba. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda à sexta-feira das 14h às 17h.

Eu, _____, fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa **uso do solo do córrego São Luiz como subsídio para o desenvolvimento da agricultura familiar e a soberania alimentar da região**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

- () **Concordo que minha entrevista seja gravada e o áudio seja utilizado somente para esta pesquisa.**
- () **Concordo que minha entrevista seja gravada e o áudio possa ser utilizado em outras pesquisas, mas serei comunicado pelo pesquisador novamente e assinarei outro termo de consentimento livre e esclarecido que explique para que será utilizado o material.**

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome do Participante:

Data:

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

Nome do Pesquisador Responsável: Graciany Costa dos Reis
Endereço: Rua das Guariúbas, 45 Bairro: Setor Cimba
CEP: 77824-806 Cidade: Araguaina-TO
E-mail: graciany.reis@ufnt.edu.br Telefone Celular: (63)99280-8878

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DATA

ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/UFNT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: USO DA TERRA E COBERTURA VEGETAL NO ASSENTAMENTO VERA CRUZ/MARANHÃO: SUBSÍDIOS A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A SOBERANIA ALIMENTAR

Pesquisador: GRACIANY COSTA DOS REIS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 82807724.3.0000.0342

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.052.192

Apresentação do Projeto:

Projeto bem estruturado e deixa claro as principais informações da pesquisa. Além disso, o estudo faz parte de uma pesquisa desenvolvida no PPGDIRE/UFNT, nível mestrado.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme a pesquisadora;

Analisar o uso da terra e a cobertura vegetal no assentamento Vera Cruz, município de Grajaú, Maranhão, destacando estratégias para a produção de alimentos e a promoção da soberania alimentar através das práticas da agricultura camponesa associadas ao uso sustentável dos recursos naturais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme a pesquisadora:

Riscos: constrangimento, timidez, nervosismo, invasão da privacidade, incômodo, vergonha, irritabilidade, estresse, aborrecimento, cansaço, dentre outros inerentes ao compartilhamento de informações pessoais e à divulgação de opiniões.

Benefícios: a pesquisa pode gerar conhecimento que pode beneficiar não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade em geral, entre outros benefícios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro: Setor Cimba **CEP:** 77.824-838

UF: TO **Município:** ARAGUAINA

Telefone: (63)3416-5686

E-mail: cep@ufnt.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)**



Continuação do Parecer: 7.052.192

Pesquisa relevante para a área de conhecimento, uma vez que aborda práticas da agricultura camponesa, aliadas ao uso sustentável dos recursos naturais, visando a soberania alimentar e autonomia dos agricultores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram anexados.

Recomendações:

Recomenda-se numerar as páginas do TCLE. Ou seja, para garantia da integridade do TCLE, requer-se que suas páginas sejam numeradas de forma a indicar o número total de páginas do documento (exemplo: 1 de 3; 2 de 3; 3 de 3).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências. O protocolo de pesquisa atende a Norma Operacional CNS n° 001/2013 e Resolução CNS n° 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2412797.pdf	02/09/2024 10:05:34		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.docx	02/09/2024 10:05:08	GRACIANY COSTA DOS REIS	Aceito
Outros	Carta.pdf	02/09/2024 10:04:02	GRACIANY COSTA DOS REIS	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	02/09/2024 10:03:44	GRACIANY COSTA DOS REIS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	02/09/2024 09:59:59	GRACIANY COSTA DOS REIS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	02/09/2024 09:58:38	GRACIANY COSTA DOS REIS	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	02/09/2024 09:58:23	GRACIANY COSTA DOS REIS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL

Bairro: Setor Cimba

CEP: 77.824-838

UF: TO

Município: ARAGUAINA

Telefone: (63)3416-5686

E-mail: cep@ufnt.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
NORTE DO TOCANTINS
(UFNT)



Continuação do Parecer: 7.052.192

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAINA, 03 de Setembro de 2024

Assinado por:
Gustavo Cunha de Araújo
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Paraguai, s/n, esquina com Rua Uxiramas, sala 3, prédio do PPGL
Bairro: Setor Cimba **CEP:** 77.824-838
UF: TO **Município:** ARAGUAINA
Telefone: (63)3416-5686 **E-mail:** cep@ufnt.edu.br